

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 971^a

Sessão de 10/11/2015

1 971^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dez dias do mês de novembro
2 de dois mil e quinze, às dez horas, reúne-se o Conselho Universitário, na nova
3 Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr.
5 Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores
6 Conselheiros: Vahan Agopyan, Adalberto Américo Fischmann, Alexandre
7 Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva
8 Nunes de Oliveira, Ana Lucia Duarte Lanna, André Carlos Ponce de Leon
9 Ferreira de Carvalho, André Simmonds de Almeida, Antenor Cerello Júnior,
10 Antonio Carlos Hernandez, Antonio Carlos Marques, Antonio Carlos Teixeira
11 Álvares, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Belmira Amélia de Barros Oliveira
12 Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Benedito Honório Machado,
13 Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos
14 Alberto Ferreira Martins, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Clodoaldo Grotta
15 Ragazzo, Dante Pinheiro Martinelli, Douglas Emygdio de Faria, Douglas
16 Rogério Anfra, Dulce Helena de Brito, Eduardo Henrique Soares Monteiro,
17 Elisabeth Mateus Yoshimura, Fabiana de Oliveira, Fabiano Guasti Lima, Tirso
18 de Salles Meirelles, Fernando José Benesi, Fernando Luis Medina Mantelatto,
19 Fernando Salvador Moreno, Frederico Pereira Brandini, Gabriel Maurílio
20 Colombo de Freitas, Gabriella da Silva Luz, Éder Tadeu Gomes Cavalheiro,
21 Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Laura Pereira
22 Furquim, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Jackson Cioni Bittencourt,
23 Mariana Cabral de Oliveira, Jefferson Antonio Galves, João Cyro André, Fábio
24 Frezatti, José Alfredo Gomes Arêas, José Antonio Visintin, José Carlos
25 Bressiani, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato
26 de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci,
27 José Sérgio Fonseca de Carvalho, Julia Machini de Miranda, Júlio Cerca
28 Serrão, Laerte Sodré Júnior, Leny Sato, Lucas Santos Sorriolo, Maria Lúcia do
29 Carmo Cruz Robazzi, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Luiz
30 Silveira Menna Barreto, Márcia Akemi Yamasoe, Marcos Domingos Siqueira
31 Tavares, Marcos Nogueira Martins, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria
32 Amélia de Campos Oliveira, Ricardo Marques de Azevedo, Maria Aparecida de
33 Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria
34 Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Helena

35 Pereira Toledo Machado, Maria Madalena Januário Leite, Marcelo Urbano
36 Ferreira, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Marisa Helena Gennari de
37 Medeiros, Matheus Claudino Pinto Silveira Souza, Neli Maria Paschoarelli
38 Wada, Paulo Nelson Filho, Oswaldo Baffa Filho, Paulo César Rodrigues Conti,
39 Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Roberto Pereira Santiago, Paulo Sérgio
40 Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro Ciancaglini, Renato Melo
41 Ribeiro, Cleber Renato Mendonça, Marcelo Henrique Gehlen, Rodney Garcia
42 Rocha, Sérgio França Adorno de Abreu, Fernando Martini Catalano, Silvana
43 Martins Mishima, Silvio Moure Cícero, Silvio Roberto Farias Vlach, Simone
44 Rocha de Vasconcellos Hage, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José
45 Bonagamba, Umberto Celli Junior, Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet
46 da Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho e Waldyr
47 Antônio Jorge. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
48 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo
49 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Fábio de Salles
50 Meirelles, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Germano Tremiliosi
51 Filho, Guilherme Zdonek Mongeló, Jean Paul Walter Metzger, Joaquim José
52 Martins Guilhoto, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Maria Angela Faggin Pereira
53 Leite, Maria Tereza Nunes, Osvaldo Luiz Bezzon, Richard Charles Garratt,
54 Roberto Gomes de Souza Berlink e Sérgio Persival Baroncini Proença.
55 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Alexandre Martins
56 Rodrigues, Eduvaldo Paulo Sichieri, Elice Natália Botelho, Guilherme Adolfo
57 dos Santos Mendes, Henrique Iglecio Fernandes, José Arana Varela, Marcela
58 Silva Carbone, Matheus Finardi Lima de Faria, Suely Vilela e Walter Vettore.
59 Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a
60 nongentésima septuagésima primeira sessão do Conselho Universitário da
61 Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** “Senhoras e senhores Conselheiros e
62 convidados, declaro aberta a nongentésima septuagésima primeira sessão do
63 Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Assim como na reunião
64 anterior, faremos uma inversão, o Expediente será feito na volta do intervalo do
65 almoço.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando
66 em discussão e votação a Ata da 970ª Sessão do Conselho Universitário,
67 realizada em 13.10.2015, reforçando que pequenas alterações de forma e
68 ortográficas podem ser feitas posteriormente. Não havendo manifestações

69 contrárias, a Ata é aprovada por unanimidade e o **M. Reitor** passa a palavra ao
70 Secretário Geral, para apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:**
71 Representantes Discentes de Pós-Graduação: Sr. Douglas Rogério Anfra
72 (FFLCH); Sr. Gabriel Maurílio Colombo de Freitas (ESALQ); Sr. Guilherme
73 Zdonek Mongeló (MAE); Sr.^a Fabiana de Oliveira (PROLAM); Sr. Renato Melo
74 Ribeiro (FE). A seguir, o **M. Reitor** passa à **PARTE II - ORDEM DO DIA –**
75 **CADERNO I – ELEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO/SUCESSÃO DE DIRETOR E**
76 **VICE-DIRETOR DE UNIDADE. PROCESSO 2015.1.17367.1.4 –**
77 **SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Ofício da Superintendente Jurídica, Prof.^a
78 Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci, à Procuradora Geral, Dr.^a Marcia Walquíria
79 Batista dos Santos, encaminhando o registro sistematizado dos destaques das
80 propostas contidas nos Cadernos I, II e IV da Sessão do Co de 13.10.15,
81 solicitando a revisão do texto para apreciação da Comissão de Legislação e
82 Recursos (16.10.15). **Parecer da PG:** analisa a redação dos destaques e não
83 observa óbice algum à sua adoção, caso alguns deles venham a ser aprovados
84 pelo Co. Destaca apenas que, diante da definição a ser tomada quanto ao art.
85 46, § 4º, será necessário adaptar (ou, eventualmente, suprimir) o § 5º do art.
86 46. Assim, caso aprobe a proposta mencionada como “Alternativa A”, sugere
87 redação final para o § 5º como segue: “(...) hipótese em que poderão ser
88 apresentadas candidaturas compostas também por Professores Doutores”.
89 Esclarece, ainda, que caso aprobe a “Alternativa E”, por exemplo, o § 5º teria
90 que ser excluído. Ou seja, a alteração da redação aprovada na última reunião
91 para o art. 46, § 4º, exigirá que se discuta, em seguida, a adaptação da
92 redação do art. 46, § 5º. Informa que a mesma consideração é cabível quanto
93 ao art. 55, inciso II e III (Caderno II) (20.10.15). **Parecer da CLR:** após ampla
94 discussão, aprova o registro sistematizado dos destaques referentes à eleição
95 e substituição/sucessão de Diretor e Vice-Diretor de Unidade; eleição e
96 substituição/sucessão de Chefe e Vice-Chefe de Departamentos; e
97 substituição/sucessão do Reitor e do Vice-Reitor, conforme material anexo
98 (04.11.15). **Proposta referente ao Caderno I** da pauta da reunião do Co de
99 13.10.2015. **Proposta: Art. 46, § 4º – Alternativa A** - “As chapas poderão ser
100 compostas por qualquer Professor ou Servidor técnico e administrativo da
101 Unidade.” Alternativa B - “As chapas poderão ser compostas por Professores
102 Titulares, Associados e Doutores e Servidores técnicos e administrativos.”

103 Alternativa C - “As chapas poderão ser compostas por qualquer professor da
104 Unidade.” Alternativa D - “As chapas poderão ser compostas por Professores
105 Titulares, Associados e Doutores.” Alternativa E - “As chapas poderão ser
106 compostas por Professores Titulares e Associados.” – **Art. 46, § 5º** – “Caso
107 encerrado o termo inicial de registro de chapas sem que haja ao menos duas
108 inscrições, a Comissão eleitoral determinará, por uma única vez, a prorrogação
109 do prazo de inscrições, por mais dez dias, hipótese em que poderão ser
110 apresentadas candidaturas compostas também de Professores Associados 2 e
111 1.” **Art. 46, § 6º** – Supressão. – Art. 46, § 8º “Nas Unidades não organizadas
112 em Departamentos, o colégio eleitoral será composto pelos membros titulares
113 da Congregação, do CTA e das Comissões previstas nos artigos 48 a 50, e
114 seus respectivos suplentes nos colegiados mencionados, que se reunirão para
115 a eleição, cabendo a cada eleitor apenas um voto.” **M. Reitor:** “Este assunto foi
116 discutido e votado na reunião anterior, trata-se da eleição e substituição ou
117 sucessão de Diretor e Vice-Diretor de Unidade. Na última reunião foi aprovado
118 o texto básico que retornou à CLR com propostas de alternativas para alguns
119 dos artigos aprovados. São cinco propostas alternativas para o Artigo 46, § 4º,
120 que diz que o Diretor e Vice-Diretor de Unidades serão escolhidos entre os
121 Professores Titulares e Professores Associados 3 da Unidade. Houve
122 propostas de que esta eleição pudesse incluir outras categorias. Temos, desde
123 uma proposta que amplia dos Associados 3 para todos os Associados, até uma
124 proposta, presente na alternativa A, que inclui como possíveis candidatos,
125 qualquer membro permanente da Universidade, qualquer Professor ou
126 Servidor. As propostas estão ordenadas em ordem de exclusão. Aprovada a
127 primeira, as demais não serão discutidas ou, aprovada a segunda, as demais
128 não serão discutidas. Todo este esquema já foi discutido na última reunião.
129 Pergunto se os proponentes de cada uma destas alternativas querem, de
130 alguma forma, se manifestar. Darei ainda dois minutos para o encaminhamento
131 da votação pelo proponente de cada uma das alternativas, se ele ou ela
132 desejar falar. A alternativa A foi uma proposta dos representantes discentes da
133 Pós-Graduação que, especificamente aqueles representantes, não estão mais
134 neste Co. Alternativa B, provem de um representante da Pós-Graduação que
135 não está mais, a Mariana. A alternativa C, provém do Professor José Sérgio
136 Carvalho, o senhor terá dois minutos para o encaminhamento.” A seguir o

137 Conselheiro José Sérgio Carvalho informa que encaminha pela retirada, por
138 entender que sua proposta está contemplada na alternativa D.” **M. Reitor:** “A
139 alternativa D tem como proponente a Professora Leny Sato, representante da
140 Congregação do Instituto de Psicologia.” Ato contínuo, a Conselheira Leny Sato
141 reforça que mantém sua proposta. **M. Reitor:** “A alternativa E tem como
142 proponente o Professor Carlos Martins, do IAU” **Cons. Carlos Alberto Ferreira**
143 **Martins:** “Todos, evidentemente, entendemos que o cargo de Diretor de
144 Unidade é um cargo extremamente importante e exige um mínimo de
145 experiência na vida Universitária, parece-me extremamente razoável, portanto,
146 que a lista de elegíveis esteja no conjunto de Professores Titulares e
147 Associados de cada Unidade, na medida em que esta condição garante o
148 mínimo necessário de experiência na vida acadêmica. No entanto, estou
149 convencido de que a atual sistemática cria uma ‘deseconomia’ desnecessária
150 para as Unidades. É o Associado 3, mas não havendo o número necessário se
151 abre para o 2 e não havendo número suficiente se abre para qualquer
152 Associado. Além de convencido desta ‘deseconomia’ desnecessária, entendo
153 que todo Professor Associado tem o tempo e a experiência necessária para se
154 candidatar a este cargo. Nosso sistema de progressão horizontal leva em
155 consideração, todos sabemos disto, essencialmente a produção científica.
156 Sabemos que avaliação do desempenho na área de gestão não é residual,
157 mas, seguramente, não é o quesito mais importante dos processos de
158 avaliação, seja na progressão vertical ou seja na progressão horizontal.
159 Sobretudo, parece-me que a questão aqui é de reforçar o papel do colegiado,
160 pois o colegiado é aquele que melhor expressa – e neste caso devemos
161 lembrar que o colégio eleitoral é a somatória de colégios de cada Unidade – o
162 conhecimento de seus docentes e tem as condições de avaliar do ponto de
163 vista da gestão, qual a candidatura que melhor convêm para a missão e para
164 os planos estratégicos de cada Unidade. Considero de fato que a atual
165 sistemática implica uma ‘deseconomia’ na medida que o colegiado sabe
166 entender qual a candidatura – e devo lembrar que agora estamos falando de
167 candidatura e não mais elegíveis, isto supõe chapa, supõe apresentação de
168 proposta de trabalho, supõe um processo de discussão; em algumas Unidades
169 supõe, inclusive, consulta, por questão de cultura interna – não devemos,
170 portanto, retirar deste colegiado a possibilidade de indicar um Associado 1 ou 2

171 que seja considerado apto para exercer a condição de Diretor ou de Vice-
172 Diretor.” **M. Reitor:** “Muito obrigado, não havendo mais encaminhamentos,
173 passaremos à votação. Lembro que o texto básico está aprovado e que
174 qualquer uma destas propostas na ordem, excluindo a alternativa C, substituirá
175 a que já está. O *quorum* para aprovação é de 79 votos neste momento, pois
176 trata-se de maioria qualificada.” **Secretário Geral:** “Senhor Reitor, faço um
177 esclarecimento aos membros deste colegiado: quando a pauta foi enviada na
178 quinta-feira, no prazo regimental, ainda não tinham sido publicadas as
179 nomeações dos representantes da Pós-Graduação, isto foi feito conforme o
180 Regimento e por isso o *quorum* aumenta. A seguir, o **M. Reitor** inicia os testes
181 do sistema de votação, solicitando aos Conselheiros que escolham uma das
182 alternativas para votar e posteriormente verifiquem se o voto apurado
183 corresponde ao escolhido. A seguir, o sistema de votação apresenta falhas de
184 comunicação e o **M. Reitor** encaminha a discussão do artigo **46, § 5º**,
185 constante do Caderno I, que trata de eleição e substituição/sucessão de Diretor
186 e Vice-Diretor de Unidade. **M. Reitor:** “Este tópico trata de uma pequena
187 modificação que inclui o termo 'por uma única vez' na redação, ficando
188 portanto: 'Caso encerrado o termo inicial de registro de chapas sem que haja
189 ao menos duas inscrições, a Comissão eleitoral determinará, por uma única
190 vez' – e é este o trecho acrescido. Desta forma, quem estiver favorável votará
191 sim para que este termo seja incluído. O proponente da alteração foi o
192 Professor João Cyro. Pergunto se o mesmo gostará de dar encaminhamento
193 ou se lhe parece claro.” Ato contínuo, o Conselheiro afirma que parece-lhe
194 suficientemente claro. O **M. Reitor** encaminha a discussão do Artigo **46, § 6º**,
195 constante do Caderno I. **M. Reitor:** “O artigo seguinte trata da
196 desincompatibilização, ou seja, o artigo 46, parágrafo 6º onde temos: 'os
197 docentes que exercerem as funções de Diretor, Vice-Diretor, Presidente e Vice-
198 Presidente das Comissões – Graduação, Pós-Graduação e assim em diante –,
199 bem como os Chefes e Vice-Chefes de Departamento e que se inscreverem
200 como candidatos, deverão, a partir do pedido de inscrição, desincompatibilizar-
201 se, afastando-se daquelas funções em favor de seus substitutos, até o
202 encerramento do processo de eleição'. O Professor João Cyro, que entende
203 que não precisa dar encaminhamento, propôs que seja suprimido o seguinte
204 texto. Como esta matéria foi aprovada na última reunião, sua supressão

205 também depende de *quorum* qualificado, ou seja 79 votos.” A seguir o **M.**
206 **Reitor** encaminha a discussão do Artigo 46, § 8º, constante do CADERNO I. **M.**
207 **Reitor:** “O Artigo 46, parágrafo 8º conta com pequenas modificações propostas
208 pela Professora Maria Cristina Toledo, da Escola de Artes, Ciências e
209 Humanidades, onde temos: 'Nas Unidades não organizadas em
210 Departamentos, o colégio eleitoral será composto pelos membros titulares da
211 Congregação, do CTA – esta é uma adição, a presença do CTA – e das
212 Comissões previstas nos artigos 48 a 50, e seus respectivos suplentes. Esta é
213 a proposta da Professora Maria Cristina e do Professor Menna Barreto, de
214 incluir no colégio eleitoral o CTA e os Suplentes. Novamente, para ser
215 aprovado exige-se 79 votos e isto se aplica às Unidades que não estão
216 organizadas em Departamentos, que neste momento são EACH, IAU, EEFERP
217 e IRI. Pergunto se a Professora Maria Cristina ou o Professor Menna Barreto
218 gostariam de se manifestar ou se parece-lhes claro o que será votado.” **Cons.ª**
219 **Maria Cristina Motta de Toledo:** “Espero que esteja claro, nossa proposta
220 visa incluir titulares e suplentes de todos estes colegiados, desde a
221 Congregação até as Comissões Estatutárias.” A seguir, o **M. Reitor** inicia
222 novos testes com o sistema de votação. **M. Reitor:** “Muito bom, aparentemente
223 o problema foi resolvido, segundo me informaram era um sinal fraco de rádio,
224 desta forma iniciaremos os testes e peço que todos aqueles cujo aparelho não
225 esteja funcionando levantem a mão para que o mesmo seja substituído. Por
226 estar funcionando entendemos que esteja piscando o indicador verde onde
227 está escrito 'em votação'.” Ato contínuo, o Secretário Geral faz esclarecimentos
228 quanto ao sistema de votação para os novos membros e o M. Reitor
229 novamente pergunta se todos os Conselheiros possuem terminais que estão
230 respondendo. Não havendo manifestações neste sentido, iniciam-se os testes.
231 Realizados os testes, conferidos os resultados nominalmente e não havendo
232 manifestações dos Conselheiros de qualquer outra anomalia no sistema de
233 votação, o **M. Reitor** passa à votação, contemplando primeiramente o Artigo
234 **46, § 4º (alternativa A)** constante do Caderno I. **M. Reitor:** “O primeiro voto
235 tratará a alternativa A, aqueles favoráveis à mesma deverão votar sim, a
236 mesma obtendo 79 votos suprimirá todas as demais.” Ato contínuo, o **M. Reitor**
237 passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
238 resultado: Sim = 5 (cinco) votos; Não = 90 (noventa); Abstenções = 8 (oito);

239 Total de votantes = 103 (cento e três). Não é aprovada a alternativa A. Ato
240 seguinte, o **M. Reitor** passa à votação da redação do Artigo 46, § 4º
241 **(alternativa B)** constante do Caderno I. **M. Reitor:** “Votaremos a alternativa B
242 que contempla Professores Titulares, Associados, Doutores e Servidores.” Ato
243 contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-
244 se o seguinte resultado: Sim = 5 (cinco) votos; Não = 90 (noventa); Abstenções
245 = 11 (onze); Total de votantes = 106 (cento e seis). Não é aprovada a
246 alternativa B. Ato seguinte, o **M. Reitor** reforça que a alternativa C foi retirada
247 de pauta e passa à votação da redação do **Artigo 46, § 4º (alternativa D)**
248 constante do Caderno I. **M. Reitor:** “Votaremos a alternativa D, que contempla
249 Professores Titulares, Associados e Doutores.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa
250 à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim
251 = 21 (vinte e um) votos; Não = 79 (setenta e nove); Abstenções = 7 (sete);
252 Total de votantes = 107 (cento e sete). Não é aprovada a alternativa D. Ato
253 seguinte, o **M. Reitor** passa à votação da redação do **Artigo 46, § 4º**
254 **(alternativa E)** constante do Caderno I. **M. Reitor:** “Votaremos a alternativa E
255 que contempla Professores Titulares e Associados” Ato contínuo, o **M. Reitor**
256 passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
257 resultado: Sim = 66 (sessenta e seis) votos; Não = 33 (trinta e três);
258 Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 109 (cento e nove). Não é aprovada
259 a alternativa E. **M. Reitor:** “Com estes resultados o texto original permanecerá”
260 A seguir, o **M. Reitor** passa à votação da redação do **Artigo 46, § 5º** constante
261 do Caderno I. **M. Reitor:** “Votaremos o Artigo 46, parágrafo 5º.” Ato seguinte, o
262 Conselheiro Bruno Sperb Rocha solicita esclarecimentos. **Cons. Bruno Sperb**
263 **Rocha:** “Pergunto, com relação a estes quatro primeiros cadernos, que se
264 referem a temas debatidos na última reunião do Conselho Universitário, se não
265 será aberta a palavra. Como segunda pergunta, no caso de declaração e
266 manifestação a respeito de abstenção, neste caso posso pedir a palavra? Pois
267 este seria o caso para esta primeira votação.” O **M. Reitor** esclarece que o
268 Conselheiro pode fazer sua declaração ou encaminhá-la por escrito e que o
269 processo de votação das demais será esclarecido conforme os tópicos forem
270 sendo contemplados, tendo em vista que possuem características distintas. Ato
271 contínuo o **Conselheiro Bruno Sperb Rocha** pergunta sobre o Expediente da
272 sessão e o **M. Reitor** esclarece que este ocorrerá após o intervalo. A seguir, o

273 Secretário Geral esclarece que os Cadernos I, II e III tratam dos temas votados
274 na sessão anterior e que o Caderno III da reunião anterior, nesta sessão é o
275 Caderno IV, está sendo votado pela primeira vez, tendo em vista ter sido
276 retirado de pauta. **Cons. Bruno Sperb Rocha:** “Abstenho-me, porque tal como
277 disse na última reunião, o processo como um todo das mudanças estatutárias
278 está sendo de maneira extremamente anti-democrática, dentro de um
279 Conselho Universitário que está oposto aos interesses da Universidade; e a
280 expressão concreta disso é que no Caderno I tem, inclusive, uma menção ao
281 meu nome, dizendo que aludiu-se à eleição paritária e apresentou-se - neste
282 caso não eu, mas a Professora Leny - uma proposta de eleição paritária, entre
283 várias outras menções feitas. Inclusive, não aludi apenas à eleição paritária,
284 referi-me ainda ao 70, 15 e 15 e da eleição universal sem ponderação de voto;
285 e naquele momento, outros Professores falaram sobre a possibilidade de
286 impedimento. Há, naquele trecho, um parágrafo bem curto que resolve tudo
287 isto dizendo que 'esta é uma matéria complexa, não indo à votação'. Desta
288 forma, nem mesmo o que é levantado dentro do Conselho Universitário está
289 sendo trazido à votação, mesmo dizendo respeito a esta matéria diretamente,
290 como é óbvio que impedimento diz respeito à eleição para Diretor, composição
291 do colégio eleitoral diz respeito à eleição de Diretor, Chefe de Departamento,
292 ou o caso para cada um dos Cadernos, mas isto não está sendo posto para
293 votação, por este motivo declaro abstenção de voto nesta votação e em todas
294 as demais.” **Secretário Geral:** “Informo que sua declaração constará em ata.”
295 A seguir o **M. Reitor** retoma a votação do destaque: **Artigo 46, § 5º. M. Reitor:**
296 “Os que estiverem favoráveis à inclusão do termo 'por uma única vez' devem
297 votar favoravelmente.” A seguir, o sistema de votação apresenta falha de sinal
298 em um dos terminais e o **M. Reitor** solicita revisão. Ato contínuo, a Conselheira
299 Neli Maria Paschoarelli Wada questiona se o sistema de votação é alugado e o
300 Secretário Geral responde negativamente, esclarecendo que se trata de
301 problema de sinal e de ajustes que estão sendo feitos, em virtude da nova sala.
302 Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico
303 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 89 (oitenta e nove) votos; Não = 6 (seis);
304 Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 104 (cento e quatro). É aprovada a
305 inclusão do termo 'por uma única vez' na redação do Artigo 46, § 5º. Ato
306 seguinte, o **M. Reitor** passa à votação da redação do **Artigo 46, § 6º** constante

307 do Caderno I. **M. Reitor:** “Neste momento trata-se de suprimir o Art. 46,
308 parágrafo 6º, que trata da desincompatibilização para aqueles que querem
309 candidatar-se a Diretor e Vice-Diretor de unidade, os que estiverem favoráveis
310 à retirada deste artigo deverão votar sim. Desta forma, aqueles que votarem
311 não são favoráveis à permanência da desincompatibilização, sendo que sim é
312 para retirada do termo.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:**
313 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 42 (quarenta e
314 dois) votos; Não = 42 (quarenta e dois); Abstenções = 16 (dezesesseis); Total de
315 votantes = 100 (cem). Não é aprovada a supressão do Artigo 46, § 6º. A seguir,
316 o **M. Reitor** passa à votação do destaque, referente à redação do **Artigo 46, §**
317 **8º** constante do Caderno I. **M. Reitor:** “O Tópico seguinte, Art. 46, parágrafo 8º
318 pede para estender a votação do colégio eleitoral, nas Unidades sem
319 Departamento, aos membros do CTA e aos suplentes de todas as Comissões.
320 Os que estiverem favoráveis votem sim, estarão votando pela extensão do
321 voto.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação:** Pelo painel
322 eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não =
323 14 (quatorze); Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 105 (cento e cinco).
324 É aprovado o Artigo 46, § 8º para que nas Unidades não organizadas em
325 Departamentos, o colégio eleitoral seja composto pelos membros titulares da
326 Congregação, do CTA e das Comissões previstas nos artigos 48 a 50, e seus
327 respectivos suplentes. A seguir, o **M. Reitor** e o Secretário Geral, visando
328 dirimir qualquer dúvida fazem uma conferência entre os votos computados pelo
329 sistema de votação e a manifestação dos Conselheiros, perguntando em
330 seguida se há alguma dúvida quanto à votação e não havendo manifestações
331 dos Conselheiros o **M. Reitor** dá continuidade à Pauta, passando ao
332 **CADERNO II – ELEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO/SUCESSÃO DE CHEFE E VICE-**
333 **CHEFE DE DEPARTAMENTOS. PROCESSO 2015.1.17367.1.4 –**
334 **SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA. Propostas: Art. 55, inciso II:** “As chapas
335 poderão ser compostas por Professores Titulares, Associados ou Doutores.”;
336 **Art. 55, inciso III:** “caso encerrado o termo inicial de registro de chapas sem
337 que haja ao menos duas inscrições, será prorrogado o prazo de inscrições,
338 uma única vez, por mais dez dias, hipótese em que poderão ser apresentadas
339 candidaturas compostas também por Professores Doutores.” **Art. 55, § 5º:** “No
340 caso de vacância concomitante das funções de Chefe e Vice-Chefe, caberá ao

341 docente mencionado no § 2º deflagrar, de imediato, processo de eleição, a ser
342 concluído no prazo de trinta dias.” **M. Reitor**: “O Caderno II trata de eleição e
343 substituição/sucessão de Chefe e Vice-Chefe de Departamentos. Nós
344 aprovamos que os Chefes ou Vice-Chefes de Departamento seriam os
345 Professores Titulares ou Associados, isto é, de Associados 3, mas isto foi
346 estendido à todos os Associados. A proposta do Professor Carlos Martins é de
347 que se incluam os Doutores.” A seguir, o **M. Reitor** pergunta se o Conselheiro
348 Carlos Alberto Ferreira Martins gostaria de fazer o encaminhamento e este
349 responde que não vê necessidade. **M. Reitor**: “O Professor João Cyro
350 novamente e da mesma forma, como no anterior, solicitou a inclusão do termo
351 'por uma única vez', desta forma, isto será votado. Finalmente, no Art. 55,
352 parágrafo 5º, o Professor João Cyro propôs que ao invés de que o texto 'a ser
353 concluído no prazo de dez dias' seja substituído por 'a ser concluído no prazo
354 de trinta dias'.” A seguir, o **M. Reitor** pergunta se o Conselheiro João Cyro
355 André gostaria de fazer os encaminhamentos e este responde que não. A
356 seguir, o **M. Reitor** passa à votação do destaque da redação do **Art. 55, inciso**
357 **II**, constante do Caderno II. **M. Reitor**: “Aqueles que querem incluir os Doutores
358 como elegíveis votarão sim.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à votação.
359 **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 48
360 (quarenta e oito) votos; Não = 51 (cinquenta e um); Abstenções = 5 (cinco);
361 Total de votantes = 104 (cento e quatro). Não é aprovada a redação do Art. 55,
362 inciso II. A seguir, o **M. Reitor** passa à votação do destaque da redação do **Art.**
363 **55, inciso III** constante do Caderno II. **M. Reitor**: “Artigo 55, inciso III, inclusão
364 do termo 'por uma única vez', os favoráveis a esta inclusão votem sim” Ato
365 contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-
366 se o seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não = 11 (onze);
367 Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 99 (noventa e nove). É aprovada a
368 inclusão do termo 'por uma única vez' na redação do Art. 55, inciso III. A seguir,
369 o **M. Reitor** passa à votação do destaque da redação do **Art. 55, § 5º**
370 constante do Caderno II. **M. Reitor**: “Finalmente, o artigo 55, parágrafo 5º,
371 passa de dez dias para trinta dias; os favoráveis deverão votar sim.” Ato
372 contínuo, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-
373 se o seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não = 10 (dez);
374 Abstenções = 12 (doze); Total de votantes = 103 (cento e três). É aprovada a

375 extensão do prazo para 30 dias. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao
376 **CADERNO III – SUBSTITUIÇÃO/SUCCESSÃO DO REITOR E DO VICE-**
377 **REITOR. PROCESSO 2015.1.17367.1.4 – SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.**
378 Propostas: Art. 40, caput: “Na vacância das funções de Reitor e Vice-Reitor,
379 assim como na falta ou impedimento de ambos, a Reitoria será exercida pelo
380 Pró-reitor com maior tempo de serviço docente na USP.” **M. Reitor:** “O
381 Caderno III conta com uma única proposta de modificação, na proposta original
382 aprovada temos que 'na vacância das funções de Reitor e Vice-Reitor, assim
383 como na falta ou impedimento de ambos, a Reitoria será exercida pelo
384 Decano'. Neste momento temos uma proposta encaminhada pela Professora
385 Berenice, representante suplente da Faculdade de Medicina, que sugeriu que
386 se trocasse o Decano pela figura do 'Pró-Reitor com maior tempo de serviço
387 docente na USP'.” A seguir, o **M. Reitor** pergunta aos representantes da
388 Faculdade de Medicina se estes gostariam de fazer algum encaminhamento e
389 os mesmos respondem que não. **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Não
390 sei se é oportuno pedir este esclarecimento, mas como este tópico se refere à
391 vacância, gostaria de saber se no caso de o Reitor e o Vice-Reitor
392 completarem setenta anos como deve ocorrer? Peço este esclarecimento, pois
393 se trata de vacância e considerando a questão da idade, penso que a
394 Professora Maria Paula poderia auxiliar.” **M. Reitor:** “Perfeito Cons.^a Neli, mas
395 eu e o Professor Vahan viajamos juntos muitas vezes, visitamos Unidades,
396 entre outras coisas, nesses casos, se o carro bater e os dois morrerem teremos
397 vacância do Reitor e do Vice-Reitor. Quanto a questão dos setenta anos, a
398 Professora Maria Paula poderá explicar melhor, mas informo que a atual Vice-
399 Reitora da UNESP está em exercício por decisão do Presidente do Tribunal de
400 Justiça do Estado.” **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci:** “Reitero o que foi
401 dito no sentido de que o fator que desencadeia a vacância não afeta esta regra,
402 tanto que se fala em morte, desistência, renúncia, entre uma série de coisas.
403 Isto não impacta a interpretação da regra.” **M. Reitor:** “Pergunto se está
404 esclarecido? Pois qualquer evento – deste mundo ou não – que leve os dois a
405 saírem cria a vacância, não importa qual foi o evento. Desta forma, votaremos
406 a substância, será o Decano ou o Pró-reitor com mais tempo de serviço.
407 Aqueles que quiserem que mude para o Pró-reitor com mais tempo de serviço,
408 votará sim na emenda aqui apresentada.” Ato contínuo, o **M. Reitor** passa à

409 votação. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim =
410 52 (cinquenta e dois) votos; Não = 33 (trinta e três); Abstenções = 18 (dezoito);
411 Total de votantes = 103 (cento e três). Não é aprovada a redação do *caput* do
412 artigo 40. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO IV – PRESIDÊNCIAS**
413 **DAS COMISSÕES ESTATUTÁRIAS. PROTOCOLADO 2015.5.1645.1.7 –**
414 **SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Ofício da Superintendente Jurídica, Prof.^a
415 Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci, à Procuradora Geral, Dr.^a Márcia Walquíria
416 Batista dos Santos, encaminhando o texto consolidado pela Comissão criada
417 pela Portaria nº 826/2015, em decorrência dos debates relativos à proposta
418 que integrou o Caderno III da sessão do Co de 13.10.2015 (21.10.15). **Parecer**
419 **da PG:** esclarece que, do ponto de vista jurídico, não há óbices à aprovação da
420 proposta (27.10.15). **Parecer da CLR:** após ampla discussão sobre o texto
421 substitutivo à proposta que trata da Presidência das Comissões Estatutárias,
422 aprova versão atualizada do mesmo, incorporando as sugestões propostas em
423 plenário, conforme material anexo (04.11.15). Proposta referente ao Caderno III
424 da pauta da reunião do Co de 13.10.2015. **Texto atual:** Capítulo V – Da
425 Comissão de Graduação. Art. 48 - ... (...) § 3º - A Comissão de Graduação terá
426 um Presidente e um suplente eleitos por seus membros. Capítulo VI – Da
427 Comissão de Pós-Graduação. **Texto proposto.** Capítulo V – Da Comissão de
428 Graduação Artigo 48 – ... (...) **Alternativa A [Proposta consolidada pela**
429 **Comissão, com a redação modificada pela CLR]** § 3º - A Comissão de
430 Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, que a integrarão como
431 membros natos, escolhidos pela Congregação, em votação secreta, mediante
432 eleição em chapas, na primeira reunião após o início do mandato do Diretor e
433 na primeira reunião que se seguir ao término do primeiro biênio do mandato do
434 Diretor. **Alternativa B [Proposta Prof. Arêas, com a redação modificada**
435 **pela CLR]** § 3º - A Comissão de Graduação terá um Presidente, eleito dentre
436 os membros da Comissão e homologado pela Congregação, em escrutínio
437 secreto, na primeira reunião após o início do mandato do Diretor e na primeira
438 reunião que se seguir ao término do primeiro biênio do mandato do Diretor. § 4º
439 - O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-
440 Presidente, que assumirá as atribuições ordinárias da função, inclusive as de
441 participação em colegiados. § 5º – O mandato do Presidente e do Vice-
442 Presidente será de dois anos, permitida a recondução, limitado ao término do

443 mandato do Diretor. **Alternativa A [Proposta consolidada pela Comissão,**
444 **com a redação modificada pela CLR]** § 6º - A recondução do Presidente e do
445 Vice-Presidente dependerá de nova eleição pela Congregação. 4 Alternativa B
446 [Proposta Prof. Arêas, com a redação modificada pela CLR] § 6º – A Comissão
447 elegerá, dentre seus membros, seu Vice-Presidente. § 7º - A recondução do
448 Presidente dependerá de nova eleição pela Congregação, assim como a do
449 Vice-Presidente ficará condicionada a nova escolha pela Comissão. **Texto**
450 **atual:** Capítulo VI – Da Comissão de Pós-Graduação. Art. 49 - ... (...) § 3º -
451 Aplicam-se ainda à Comissão de Pós-Graduação, os critérios contidos nos
452 parágrafos 2º e 3º do artigo anterior. **Texto proposto:** Capítulo VI – Da
453 Comissão de Pós-Graduação. Artigo 49 – ... (...) § 3º – Aplicam-se ainda à
454 Comissão de Pós-Graduação os critérios contidos nos parágrafos 2º a 6º do
455 artigo 48. (...) **Alternativa A [Proposta consolidada pela Comissão, com a**
456 **redação modificada pela CLR]** § 5º - O Presidente e o Vice-Presidente da
457 Comissão de Pós-Graduação deverá ser eleito, segundo o procedimento
458 previsto no art. 48, § 3º, dentre os docentes da Unidade credenciados como
459 orientadores em seus respectivos Programas de Pós-Graduação. **Alternativa**
460 **B [Prof. Arêas]** § 5º - O Presidente e o Vice-Presidente da Comissão de Pós-
461 Graduação deverá ser eleito, segundo os procedimentos previstos no art. 48, §
462 3º e 6º, dentre os membros da Comissão, docentes da Unidade credenciados
463 como orientadores em seus respectivos Programas de Pós-Graduação.
464 Capítulo VII – Das Demais Comissões. Art. 50 – As Comissões de Pesquisa e
465 de Cultura e Extensão Universitária, se criadas, terão sua composição
466 estabelecida no Regimento da Unidade, obedecidas as normas gerais dos
467 Colegiados Superiores, aplicados, no que couber, os critérios fixados para a
468 Comissão de Graduação e para a Comissão de pós-Graduação. **Texto**
469 **proposto:** Capítulo VII – Das Demais Comissões. Artigo 50 – As Comissões de
470 Pesquisa e de Cultura e Extensão Universitária, se criadas, terão sua
471 composição estabelecida no Regimento da Unidade, obedecidas as normas
472 gerais dos Colegiados Superiores, aplicados, no que couber, os critérios
473 fixados para a Comissão de Graduação, dentre eles os previstos no artigo 48,
474 parágrafos 3º a 6º. **Texto atual:** Capítulo X – Das Disposições Transitórias (...) (sem correspondente). **Texto proposto:** Capítulo X – Das Disposições
475 Transitórias. **Alternativa A [Proposta consolidada pela Comissão, com a**
476

477 **redação modificada pela CLR]** Artigo 4º-D – A primeira eleição em chapas,
478 pela Congregação, de Presidente e Vice-Presidente das Comissões previstas
479 no artigo 48 a 50 ocorrerá por ocasião do encerramento do mandato do
480 Presidente em exercício na data de entrada em vigor da presente disposição. §
481 1º – Na ocasião mencionada no caput, caso não 5 coincidentes os mandatos
482 dos atuais Presidente e Suplente, o mandato do Vice-Presidente eleito na
483 primeira eleição realizada em chapas somente terá início por ocasião da
484 vacância ocasionada por morte, renúncia ou pelo término do mandato do atual
485 Suplente. § 2º - Se, antes do encerramento do mandato do atual Presidente,
486 esgotar-se o mandato do atual Suplente, proceder-se-á à escolha exclusiva de
487 Vice-Presidente, a ser realizada nos termos das disposições constantes do
488 artigo 48, no que for compatível. § 3º - O mandato do Vice-Presidente
489 escolhido nos termos do caput e do § 2º será limitado ao término do mandato
490 do Presidente. **Alternativa B [Proposta Prof. Arêas, com a redação**
491 **modificada pela CLR]** Artigo 4º-D – A primeira designação de Presidente das
492 Comissões previstas nos artigos 48 a 50 segundo a sistemática estabelecida
493 por esta Resolução ocorrerá por ocasião do encerramento do mandato do
494 Presidente em exercício na data de entrada em vigor da presente disposição.
495 Artigo 4º-E – A primeira designação de Vice-Presidente das Comissões
496 previstas nos artigos 48 a 50 ocorrerá por ocasião do encerramento do
497 mandato do Suplente em exercício na data de entrada em vigor da presente
498 disposição. Artigo 4º-F – Os mandatos dos Presidentes e Vice-Presidentes de
499 Comissão eleitos nos termos dos artigos 4º-E e 4º-F serão limitados ao término
500 do mandato ou do primeiro biênio do mandato do Diretor em exercício. **M.**
501 **Reitor:** “O Caderno IV era o Caderno III da reunião anterior, foi discutido e
502 posteriormente retirado de pauta. Durante a discussão consolidaram-se
503 algumas propostas. A CLR reuniu as propostas em uma única 'proposta A', que
504 fala que os Presidentes das Comissões serão eleitos pelas respectivas
505 Congregações. Ao analisar, eles entenderam que a proposta que veio do
506 Professor Arêas representava um conflito, incompatível com a proposta A, pois
507 a proposta do Professor Arêas mantém a eleição no âmbito das Comissões.
508 Portanto, ela propõe que o eleito seja membro da Comissão e que a eleição se
509 fará pela Comissão, cabendo à Congregação o papel de homologar ou não.
510 Desta forma, não havia como compatibilizar as duas propostas em uma única.

511 De tal maneira que nos restaram duas propostas alternativas, e os senhores e
512 as senhoras verão que como são diversos artigos e capítulos haverá muitas
513 propostas, mas procurando sempre dar uma coerência. Isto é, quem votar pela
514 alternativa A, votará nesta pelo seu conjunto e quem votar pela alternativa B,
515 votará na mesma em seu conjunto. Pois elas se desdobram em seus
516 respectivos capítulos: Comissões de Pós-Graduação e Disposições
517 Transitórias. Então, essencialmente, o que temos são duas propostas. Uma
518 delas consolidada pelo relator da CLR, que fala em eleição pela Congregação,
519 e a proposta do Professor Arêas, que fala em eleição no âmbito da Comissão,
520 pelos membros da Comissão. Sobre a proposta 'homologado pela
521 Congregação', como este assunto é diferente dos anteriores, pois não houve
522 encaminhamento e votação, iremos abrir este tópico, apesar de já ter sido
523 amplamente discutido. Abriremos este tópico para dois encaminhamentos a
524 favor de uma proposta e dois encaminhamentos a favor da outra proposta.
525 Antes disto, peço ao Professor Carlotti, que coordenou a Comissão que está
526 encarregada de fazer os encaminhamentos, que faça os esclarecimentos, sem
527 defender uma ou outra proposta." **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** "O
528 modelo atual de escolha, tendo em vista a composição das Comissões, é
529 heterogêneo, dependendo da Unidade, mas a escolha é feita dentre os
530 membros da Comissão. Este é o modelo atual. O que procuramos encontrar,
531 foi igualar o raciocínio que se utiliza na eleição de reitor, quanto se tem um
532 grupo de pessoas trabalhando em uma mesma proposta que foi eleita, na
533 pessoa dos Pró-reitores, transferir este raciocínio para a Unidade. Inicialmente,
534 como podem se lembrar da reunião da semana passada, a proposta era que
535 fosse indicado pelo Diretor, mas obtivemos diversas manifestações no sentido
536 de que isto representaria um poder muito grande do Diretor, podendo interferir,
537 inclusive, no balanço da composição das Congregações, tendo em vista que
538 este quatro membros de Comissões Estatutárias são também membros das
539 Congregações. Desta forma, ouvindo diferentes pessoas e discutindo com os
540 Diretores e com aqueles que fizeram as propostas, sugerimos – e a CLR
541 entendeu que seria uma posição viável – que essa eleição se realize pela
542 Congregação após a posse do Diretor. Assim sendo, o Diretor é eleito com
543 uma proposta e um programa de trabalho e gestão e na primeira Congregação,
544 após a posse do Diretor, se faria a eleição dos membros desta Comissão.

545 Muito provavelmente, a Congregação optará por pessoas que tenham uma
546 posição favorável àquele plano de trabalho, mas existe a liberdade da
547 Congregação de fazer esta escolha, tirando, assim, aquele peso que havíamos
548 colocado na escolha pelo Diretor, mas mantendo a filosofia da proposta de
549 manter uma equipe de trabalho comprometida com o que foi discutido quando
550 da eleição do Diretor. Este foi o norte dos trabalhos que utilizamos.” **M. Reitor:**
551 “Destá forma, pedirei que pelo menos dois se manifestem a favor da proposta
552 A e da proposta B, obviamente daria, de saída, a preferência para a defesa da
553 Proposta A, ao relator da CLR que consolidou isto. No caso, o Professor
554 Oswaldo Baffa Filho, que fez o encaminhamento. Quanto à proposta B, daria
555 preferência ao Professor Arêas, que fez a proposta. Ademais, pergunto se mais
556 algum Conselheiro quer falar a favor das propostas.” A seguir o Conselheiro
557 Carlos Alberto Ferreira Martins manifesta seu desejo de falar em relação à
558 Proposta A, o Conselheiro Marcos Nogueira Martins em favor da Proposta B e
559 o Conselheiro João Cyro André solicita um esclarecimento. **Cons. João Cyro**
560 **André:** “O esclarecimento é o seguinte, no documento anteriormente
561 distribuído escrevia-se uma recondução limitada ao término do mandato,
562 portanto, isto definia um período de quatro anos no máximo como presidente.
563 Na atual redação foi escrito: ‘permitida a recondução, limitada ao término do
564 mandato do Diretor’, ou seja, permite uma série de reconduções, e isto me
565 parece inconveniente. Gostaria de saber se isso foi proposital ou não. Não sei
566 como o Magnífico Reitor gostaria de conduzir esta questão, mas me parece
567 absolutamente importante que seja uma recondução para permitir que as
568 Comissões sejam aeradas no tempo.” **M. Reitor:** “Onde está isto Professor?”
569 **Cons. João Cyro André:** “Está no parágrafo 5º: ‘O mandato do Presidente e
570 do Vice-Presidente será de dois anos, permitida a recondução’ – e minha
571 sugestão é que fosse uma recondução – limitado ao término do mandato do
572 Diretor.” **M. Reitor:** “Tenho a impressão que houve uma redação um tanto
573 quanto barroca, pois ao invés de se dizer , ‘permitida uma recondução’ se diz
574 ‘permitida recondução, limitada ao término do mandato do Diretor’; terminaria
575 por ser só uma.” **Secretário Geral:** “Como está limitada ao mandato do Diretor,
576 termina por ser uma única recondução.” **M. Reitor:** “O efeito é o mesmo
577 Professor João Cyro, independente da redação.” Ato seguinte, devido à
578 manifestação de alguns Conselheiros, o Secretário Geral faz alguns

579 esclarecimentos. **Secretário Geral**: “As alternativas A e B dizem respeito ao
580 parágrafo 3º; os parágrafos 4º e 5º não tem alternativas. Estas alternativas
581 dizem respeito ao parágrafo 3º, depois votaremos o 4º e o 5º, onde não há
582 alternativas, e no 6º, novamente, há alternativas.” A seguir, o **M. Reitor**
583 pergunta se está claro e não há manifestações neste sentido. **Cons. Oswaldo**
584 **Baffa Filho**: “Na última reunião tiramos este assunto de pauta. Inclusive, havia
585 feito uma proposta de que a eleição fosse feita através de uma chapa única.
586 Este assunto foi à CLR, sendo discutido profundamente, e fui convencido de
587 que a melhor opção hoje é a que está no texto, ou seja, que façamos uma
588 votação dos Presidentes das Comissões pela Congregação, pois a ideia da
589 chapa única criava um vínculo de mandatos que era indesejável. Queremos
590 que esta Comissão seja renovada e seja analisada em relação ao seu
591 desempenho e de seus presidentes, e o outro aspecto é que isto envolveria
592 muitas pessoas e as Unidades pequenas seriam prejudicadas. Da forma que
593 está hoje, garantimos que a Congregação indique os representantes da
594 Comissão, portanto, trazemos ao presidente destas Comissões certa
595 homogeneidade administrativa, pois a Congregação também terá eleito seu
596 Diretor. Desta forma, escolherá pessoas que tenham afinidade, conforme
597 discutido na reunião anterior. Parece-me – e também aos membros da CLR –
598 que essa é a melhor proposta que temos hoje. Nela temos democracia e
599 arejamento – como falou o Professor João Cyro – e tem também esta
600 compatibilidade de administração entre o Diretor e os membros das Comissões
601 Executivas.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: “A natureza da minha
602 proposta surgiu da discussão da última reunião do Conselho, onde argumentei
603 e muitos me seguiram na ocasião, pois aquela proposta de que a indicação do
604 Presidente da Comissão de alguém externo à Comissão e ainda mais indicado
605 pelo Diretor garantiria uma certa ‘Unidade não desejável’. Afinal, embora
606 favorável administrativamente, politicamente não muito arejada – como foi
607 bastante dito aqui. Minha defesa sempre foi no sentido de que se aproveitasse
608 as experiências que as Comissões têm, pois são universos diferentes da
609 administração da Unidade e trazem uma grande gama de contribuições, que
610 seriam perdidas caso estes presidentes de Comissões não fossem membros
611 dessas Comissões. Meu ponto principal é este, ou seja, de que homologado
612 pelas Congregações, eleitos pelas Congregações, mas dentre os membros da

613 Comissão. Ouvi muitos argumentos no sentido de que desta forma não caberia
614 nada ao Diretor que seria apenas um síndico administrando as Unidades, pois
615 os Presidentes das Comissões vindo de suas bases dentro das Comissões,
616 imporiam novas agendas, fazendo o que precisassem e o Diretor apenas
617 proveria os meios. Os Diretores que se prestem a ser apenas Síndicos de uma
618 Unidade, lamento, não deveriam ser Diretores de Unidade, eles deveriam
619 liderar a Unidade mesmo trabalhando com membros natos de Comissões ou
620 membros de Comissões compondo a Presidência destas Comissões. Creio que
621 não há nenhuma incompatibilidade nisto. Creio que a perda se dá com a
622 indicação de membro externo a estas Comissões, pois as Comissões
623 acumulam ao longo de anos e décadas toda uma cultura e em uma indicação
624 de pessoas fora destas Comissões para compô-las como membros natos,
625 embora aprovado pela Congregação junto a uma Diretoria, levaria a uma perda
626 da grande diversidade de opiniões e divergências que temos dentro da
627 Universidade, que a torna rica como ela é. Creio que se esta homogeneidade
628 fosse desejada, a eleição de Diretor não deveria deixar de ser indicação da
629 Reitoria, como esta que aprovamos, se não fosse este o espírito, não haveria o
630 porquê de a Reitoria indicar seus representantes que assumem depois estas
631 Diretorias. Isto se dá justamente para preservar esta diversidade dentro da
632 Universidade, do contrário bastaria o Reitor indicar, não só os Pró-reitores, mas
633 também os Diretores; teríamos uma unidade geral na Universidade. O que
634 procuramos é exatamente colocar, com esta proposta, a necessidade de que o
635 membro ou presidente dessas Comissões venham destas próprias Comissões,
636 eleitos pelas Congregações, homologados pelas Congregações, ou até
637 indicado pelo Diretor, mas que venham destas Comissões e não sejam
638 membros externos a elas. Creio que esta é a principal diferença e não apenas
639 que tenhamos a eleição como era antigamente, pois também a maneira como
640 as Comissões, agindo independentemente, acabam levando a discussão da
641 Universidade, não é uma maneira muito produtiva. É necessário que haja um
642 compromisso e essa homologação pela Congregação, como na proposta que
643 fiz, concilia todas estas coisas. Creio que isto será melhor do que a presença
644 de um membro externo dentro das Comissões.” **Cons. Oswaldo Baffa Filho:**
645 “Apenas um esclarecimento. Não ficou claro quais as condições que a
646 Congregação não pode homologar um presidente que foi votado por uma

647 destas Comissões. Hoje isto já acontece e a única alternativa que a
648 Congregação tem de não homologar um presidente de Comissão é se houve
649 algum fato ilícito nesta eleição. Esta é a única situação. Desta forma, não ficou
650 claro para mim qual é a situação. Por exemplo, imaginemos que a Comissão
651 vota em um determinado elemento, depois Congregação não homologa. Qual
652 seria o motivo, por não gostar do candidato? Qual é a razão? Gostaria de um
653 esclarecimento neste sentido.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: “Creio que
654 no momento a Congregação não homologa nenhum Presidente de Comissão.
655 Isto não é estatutário. As Comissões elegem seus Presidentes e estes
656 Presidentes simplesmente tomam posse e se apresentam ao Diretor ou o
657 Diretor anuncia na Congregação quem são os novos Presidentes.” Ato
658 contínuo, o Secretário Geral esclarece que os Presidentes de Comissões têm
659 assento na Congregação. **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: “A natureza da
660 minha proposta é que seja qual for o processo de eleição, indicação ou
661 homologação pela Congregação, meu problema é a presença de membros
662 estranhos à Comissão. Creio que eles devem vir de dentro da Comissão,
663 preferencialmente, quando não for possível, neste caso a Congregação deveria
664 fazer algo diferente. Entendo que a falta deste membro da Comissão no
665 comando da Comissão representa uma perda para a Unidade. Uma perda da
666 oportunidade de a Unidade ter opiniões divergentes sendo discutidas, que
667 diferem das do Diretor que acabou de ser eleito e que são necessárias para o
668 funcionamento da democracia dentro da Unidade.” **Cons. Valdemar Mallet da**
669 **Rocha Barros**: “Solicito um esclarecimento. Gostaria apenas de saber o que
670 aconteceria se não fosse homologado pela Congregação, uma vez que a
671 votação secreta e é possível a não homologação, o que acontecerá neste
672 caso? Caso a Congregação tivesse que homologar sempre, não seria
673 necessário passar por ela.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: “A fala do
674 Professor Arêas foi muito esclarecedora, no sentido de que sua preocupação
675 fundamental é a de que na hipótese de ser aprovado que a Congregação eleja
676 o Presidente, esta não o faça com membros externos às Congregações. Desta
677 forma, parece-me muito importante que não façamos aqui uma votação da
678 proposta A contra a proposta, pois desta forma entre si, a possibilidade de
679 nenhuma atingir o *quorum* é muito grande. A divergência, pela fala do
680 Professor Arêas, não está se a Congregação elege ou não, mas

681 exclusivamente se a Congregação pode eleger membros de dentro das
682 Comissões ou em aberto. Assim sendo, parece-me que seria mais razoável, do
683 ponto de vista do encaminhamento que estamos dando, primeiramente votar se
684 é a Congregação que elege, caso isto obtenha o *quorum* e seja aprovado,
685 posteriormente votaríamos se a Congregação elege dentre os membros das
686 Comissões ou no conjunto do corpo docente. Meu temor é que há uma grande
687 confluência, no sentido de que é importante que a Congregação elege, mas se
688 votarmos o A contra B, temos grande chance que nenhuma das duas
689 propostas atinja o *quorum* necessário.” **M. Reitor**: “Professor Carlos, há uma
690 questão que ainda permanece. Entendo o argumento que está sendo
691 apresentado, isto é, que os candidatos a serem eleitos deveriam estar nas
692 respectivas Comissões. No entanto, a propostas do Professor Arêas contempla
693 uma coisa diferente, isto é, o poder de escolha fica na Comissão. Neste ponto,
694 parece-me residir o grande conflito em toda esta discussão, ou seja, de quem é
695 o poder central de escolha, é da Congregação ou é da Comissão?” **Cons.**
696 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: “De fato a leitura da proposta B tal como
697 está formulada pela proposta inicial e redigida pela CLR coloca esta indicação.
698 Contudo, a fala do Professor Arêas foi muito clara, no sentido de que ele
699 entende que é pertinente que seja a Congregação, sendo que sua divergência
700 em relação à proposta A é exclusiva ou centralmente se a Congregação tem o
701 poder de escolher dentre os membros das Comissões ou em termos mais
702 gerais. Desta forma, se é uma coincidência no sentido de que o âmbito da
703 eleição e o agente da eleição é a Congregação, este ponto poderia ser votado
704 inicialmente e na sequência votaríamos o ponto de divergência. É a
705 Congregação podendo indicar qualquer Professor, como está suposto na
706 Proposta A ou é a Congregação podendo indicar qualquer Professor membro
707 das Comissões, como é a proposta substantiva do Professor Arêas.” **Cons.**
708 **José Alfredo Gomes Arêas**: “Não sei como esta questão poderia ser
709 encaminhada para não prejudicar o espírito das duas coisas. O Professor
710 Carlos foi extremamente claro, não me oponho que a Congregação elege o
711 membro das Comissões, minha ideia é que o Presidente tenha que vir dentre
712 os membros das Comissões. Se colocarmos esta eleição em separado, com a
713 votação como se as duas propostas sobrevivessem, dificilmente uma proposta
714 se aprova se a Congregação elege e depois se aprovar se são membros ou

715 não, não me parece uma forma adequada. Creio que seria melhor propor uma
716 emenda a esta proposta A, que a Congregação elegeria entre os membros da
717 Comissão candidatos à Presidente das Comissões. A Congregação teria o
718 papel de eleger, entre os membros das Comissões que se candidatariam aos
719 cargos.” Ato contínuo, o **M. Reitor** pergunta se os Conselheiros estão de
720 acordo e obtém resposta positiva. **M. Reitor**: “Desta forma, a alternativa A
721 conta com a seguinte redação: 'A Comissão de Graduação – falo da primeira
722 que se estende às demais – terá um Presidente e um Vice-Presidente, que a
723 integrarão como membros natos, escolhidos pela Congregação'. Esta seria a
724 modificação – além da possibilidade de se retirar o termo 'membros natos', pois
725 eles já seriam originários da Comissão – e a Professora Maria Paula poderá
726 fazer sem interferir no Conteúdo. Desta forma, teríamos: 'A Comissão de
727 Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pela
728 Congregação em votação secreta, mediante eleição em chapas, formadas
729 pelos membros da Comissão'. Neste momento falamos da Graduação, mas isto
730 vale para as demais. Digam-me se está correto e se é este o espírito.
731 Teríamos: 'escolhidos pela Congregação em votação secreta, mediante eleição
732 em chapas, formadas pelos membros da Comissão', seriam aqueles
733 integrantes da Comissão naquele momento. Primeiro, pergunto se é esta a
734 ideia, para posteriormente refinarmos. Podemos, portanto continuar nesta
735 linha?” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira**: “Gostaria de dizer que a
736 Escola Politécnica é frontalmente contra a manutenção deste mecanismo onde
737 só aqueles que pertencem à Comissão possam presidi-la. Creio que a
738 Congregação é suficientemente madura para escolher aquele que ela acha
739 melhor para presidi-la independentemente da pessoa estar ou não Comissão
740 naquele momento. Creio que o espírito desta mudança é não perpetuar grupos
741 que manipulam decisões por um longo período de tempo em suas respectivas
742 Comissões. Creio que deixar esta decisão para a Congregação, está ótimo. A
743 Congregação vota e isto não restringirá o voto àqueles que são da Comissão.
744 A Congregação deve poder votar naqueles que são da Comissão e naqueles
745 que não são. Em minha opinião, a Congregação é o órgão máximo da Unidade
746 e é o órgão capaz de discernir o que é melhor para a Unidade. Desta forma,
747 sou frontalmente contra esta proposta, pois neste momento mudou o
748 mecanismo de proposta. Se a proposta é esta, encaminho contra. Encaminho

749 por uma proposta que pare a redação em 'eleita pela Congregação'. Esta é a
750 minha proposta." **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci**: "Creio que se
751 propusermos a redação da alternativa A, suprimindo esta expressão
752 intercalada 'que a integrarão como membros natos', ficaria a seguinte redação:
753 'A Comissão de Graduação terá um Presidente e um Vice-Presidente,
754 escolhidos pela Congregação, em votação secreta, mediante eleição em
755 chapas, na primeira reunião após o início do mandato do Diretor e na primeira
756 reunião que se seguir ao término do primeiro biênio do mandato do Diretor.'
757 Esta seria a proposta principal e depois se votaria como destaque
758 correspondente à proposta B a expressão 'dentre os membros da Comissão' e
759 um destaque correspondente à alternativa A 'dentre os docentes da Unidade'.
760 Isto é o que entendo da fala do Professor Carlos." **M. Reitor**: "Creio que ficou
761 claro agora e que isto contempla ainda a discordância que o Professor Piqueira
762 quer que o Conselho se manifeste a favor. Por outro lado, isto cria uma
763 proposta de convergência que poderá atrair uma maioria de votos suficiente
764 para fazermos uma mudança." **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior**:
765 "Apenas como esclarecimento, com esta proposta da Professora Maria Paula,
766 se ganhar a primeira, considerando que precisamos de um *quorum*, o corpo da
767 primeira proposta aprovado, se não houver quórum para as outras duas, como
768 ficaria a votação? Acredito que acabaríamos sem uma real proposta, sem
769 definição de quem serão os elegíveis." **Cons. Carlos Alberto Ferreira**
770 **Martins**: "Professora Maria Paula, creio que poderíamos fazer o seguinte:
771 encaminharíamos, inicialmente, a votação da proposta A tal como está
772 formulada, pois ela parece dar conta desta preocupação; e a alternativa B
773 significaria supressão da expressão 'como membros natos' e inclusão da
774 expressão 'dentre os membros da Comissão'." A seguir, o **M. Reitor** pergunta
775 aos Conselheiros se estão de acordo com a sugestão de encaminhamento e o
776 Conselheiro Carlos Alberto Ferreira Martins faz outro esclarecimento. **Cons.**
777 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: "A sugestão de encaminhamento para dar
778 conta desta preocupação, que é pertinente do Professor Carlotti, é a seguinte:
779 votamos, inicialmente, a proposta A tal como está formulada e, em seguida, o
780 Professor Arêas apresenta um destaque que suprime a expressão 'como
781 membros natos' e inclui a expressão 'dentre os membros da Comissão'. Afinal,
782 se a Congregação escolhe dentre os membros da Comissão, não há sentido a

783 expressão 'como membros natos', pois eles já são da Comissão.” **M. Reitor:**
784 “Não me parece ser este o problema, mas sim o método de eleição.” **Cons.**
785 **Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Ocorre que em relação ao método de
786 eleição há acordo. Temos acordo em relação a que seja a Congregação a
787 eleger; o desacordo está em se a Congregação deve ter o poder de eleger
788 dentre os membros das Comissões ou dentre qualquer docente da Unidade.”
789 **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** “Talvez a proposta que a Professora Maria
790 Paula fez seja a mais focada e centrada na discussão que estamos fazendo.
791 Não sei se juridicamente é correto colocar-se em um Estatuto – e tivemos isto
792 no Regimento da Pós-Graduação, não sei se seria conveniente – a indicação
793 preferencialmente em tal situação, ou seja, preferencialmente dentre os
794 membros da Comissão. Entendi o argumento do Professor da Politécnica, mas
795 creio que este termo é muito vago, creio que ou deve ser ou não deve ser.” **M.**
796 **Reitor:** “Tentarei fazer uma proposta que resolva isto, pois esta demanda
797 chegou de numerosas Unidades e agora algumas Unidades aparentemente
798 não estão confortáveis com a mudança, mas há um número considerável de
799 Unidades que desejam a mudança e os argumentos são ponderáveis. Há uma
800 dificuldade muito grande de interação de muitas comissões e presidentes com
801 a gestão da Universidade, argumentos que foram apresentados aqui
802 longamente, por outro lado, há posições consolidadas - pelo menos de
803 algumas - que são suficientes para impedir as mudanças. Aparentemente há
804 um acordo na questão da eleição pela Congregação. Desta forma, arriscar-me-
805 ei a fazer uma proposta de Reitor que visa compatibilizar as coisas. Nós
806 votaríamos sim ou não que a eleição se fará pela Congregação, primeira
807 reunião com uma recondução possível e remeteríamos ao Regimento de cada
808 Unidade se os Presidentes serão eleitos no conjunto dos docentes da Unidade
809 ou apenas naqueles que constituem a comissão respectiva. Remeteríamos
810 esta decisão final que está criando o impasse para cada Unidade.” **Cons. José**
811 **Alfredo Gomes Arêas:** “Creio que esta é uma solução ideal, pois em um
812 aspecto o Professor da Poli tem razão, a Congregação precisa ter este
813 discernimento. As Congregações se julgam pressionadas pelas Comissões, no
814 caso destas formarem continuidades absurdas dentro de cada uma delas, a
815 Congregação terá todo o poder de mudar o Regimento da Unidade e impor
816 membros externos á esta Comissão. As Unidades que já estão consolidadas e

817 já estão funcionando bem como estão podem preferir fazer esta eleição entre
818 os membros das suas Comissões, assim ficaria uma opção de cada Unidade e
819 não imporia à Universidade inteira um modelo que pode ser desastroso para
820 uns e benéficos para outros.” **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna:** “Queria
821 lembrar que em outra ocasião, quando discutíamos essas mudanças de
822 Estatuto, foi colocada a importância dos limites dessas necessárias autonomias
823 das Unidades. As razões pelas quais a Escola Politécnica, na fala do professor
824 Piqueira, pode necessitar da eleição pela Congregação podem ser diversas,
825 daquelas pelas quais a Faculdade de Arquitetura pode querer fazê-lo. Acho
826 importante que haja um regramento mínimo, que nos articule como
827 Universidade. Acho que a forma dessas indicações ou composições que dizem
828 respeito ao Estatuto é dessa natureza, porque, do contrário, vamos fracionando
829 de tal forma que, depois, não nos reconhecemos nesse regramento. Além
830 disso, na argumentação, fica parecendo que são unidades que têm dificuldades
831 no relacionamento entre as comissões e a direção, farão a indicação por
832 membros que não são da comissão e unidades que não tenham dificuldades
833 farão por membros da comissão. O que me parece ser um empobrecimento da
834 questão de fundo que leva a escolha pela congregação ou não. Acho que
835 deveria ser um regramento único, porque as flexibilizações para as unidades
836 são bastante grandes.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Queria tentar ajudar
837 neste processo, lembrando que tem uma proposta da congregação do Instituto
838 de Física que delega às Unidades, desde que esteja contida em seu Estatuto, a
839 eleição dos presidentes por processos distintos daquele que determinamos
840 aqui. No caso, manter o *status* que temos hoje, que é ter a eleição pelos pares
841 da comissão do seu Presidente e Vice-Presidente. Isso eliminaria esse
842 problema. Discordo da opinião da professora Ana Lanna, no sentido de que a
843 Universidade tem uma diversidade que não pode se adaptar a um regramento
844 único, por conta dos diferentes tamanhos e das diferentes configurações. Acho
845 que isso sim seria um empobrecimento. Queria levantar mais um ponto que se
846 refere, única e exclusivamente, ao problema da Pós-graduação. Os programas
847 de pós-graduação que possuem nível de excelência pela CAPES, tem uma
848 verba que se chama Proex, esta verba é destinada ao Presidente da Comissão
849 como pessoa física e se ele deixar de ser Presidente da Comissão, ele tem que
850 devolver a verba para o Tesouro Nacional, não é nem para CAPES, ou seja, a

851 chance dessa verba voltar para o mesmo programa, caso aconteça, é difícil,
852 demorada e bastante arriscada. Assim, acoplarmos o tempo de duração do
853 mandato do Presidente à eleição do Diretor pode cortar a Presidência da
854 Comissão, pois vai ter uma disposição transitória em que o Presidente vai
855 perder a Presidência e, por conta disso, podemos perder uma verba importante
856 para os programas de Pós-graduação.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Junior:**
857 “A verba do Proex vem em nome do coordenador do Programa de Pós-
858 graduação, não é para o Presidente da Comissão de Pós-graduação. Ela é
859 pessoal ao Coordenador do programa de Pós-Graduação, não é para o
860 Presidente da Comissão de Pós-Graduação. Esse problema que existe de
861 perder mandato ocorre em relação ao Coordenador. Quando o Coordenador
862 perde o mandato precisa mudar de nome e demora, mas não tem nada a ver
863 com o que estamos falando aqui hoje.” **M. Reitor:** “Professora Bernadete, como
864 está o fluxo de verbas do Proex, hoje? Nem precisa responder, todos sabem
865 como está.” **Cons. Waldyr Antônio Jorge:** “Eu acredito e todos nós
866 acreditamos que vivemos em uma democracia e uma democracia é isso aqui.
867 Agora vejam só, temos que ter regras, não pode - com todo o respeito - os
868 institutos menores, unidades menores ou maiores, mais antigas ou mais
869 recentes terem regras diferentes, a regra tem que ser para todos. Se cada
870 Unidade vai fazer seu julgamento de acordo com suas necessidades, vamos
871 criar várias universidades dentro da própria Universidade. Tenho mais ou
872 menos a mesma postura que o Professor Piqueira colocou e a Professora Ana
873 Lanna também, acho que o ‘pau que bate em Chico bate também em Francisco
874 e pau que bate em Zé bate em José’. Não tem que criar muita diversidade, não.
875 Democracia é o seguinte, os departamentos da Unidade indicam cada um dos
876 elementos que vão fazer parte da Comissão. Hoje, eles são eleitos por seus
877 pares na Comissão e isso não basta. Por que razão? Porque há uma gestão
878 que é eleita pela comunidade, no caso, um diretor de plantão. E é preciso se
879 haver harmonia entre o diretor e as suas comissões, senão criam-se feudos e
880 conflitos que não leva a gestão aos resultados finais. Dessa forma, tem que ter
881 alinhamento e, este, quem determina é o colegiado maior; aqui, o Conselho
882 Universitário e, nas unidades, as congregações que elegeram o Diretor, do
883 contrário, o diretor não estaria eleito. Esse diretor deverá ter a liberdade, após
884 eleito e indicado os membros de cada departamento, para gerenciar, junto com

885 a sua Congregação, a eleição dos presidentes das várias comissões, que têm
886 que estar sintonizadas com a sua gestão. Senão, fica simplesmente conflituosa
887 a condução da gestão da Unidade. Isso é harmonia, isso é democracia, ganhou
888 ou perdeu, esteja infeliz ou insatisfeito com os problemas da Unidade. Tem que
889 conviver e a roda continua girando e os sucessos e insucessos, se
890 acontecerem, cabe à gestão responder.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira**
891 **Martins**: “Ainda não fiz a defesa da proposta ‘A’, mas quero insistir no seguinte:
892 está em jogo, fundamentalmente, o princípio que vem sendo discutido muito
893 enfaticamente desde que se abriu o processo de discussão da reformulação do
894 Estatuto, que é o princípio do fortalecimento das unidades. Ninguém se
895 manifestou, ao longo desses quase dois anos, desde março de 2014, não
896 houve nenhuma manifestação, contra esse princípio fundamental. É um dos
897 grandes nove temas selecionados durante o processo conduzido pela CAECO,
898 que é a ideia da descentralização e, conseqüentemente, do fortalecimento das
899 Unidades. É disso, essencialmente, que se está tratando aqui. A proposta
900 trazida na sessão anterior a esse Conselho gerou um ruído de que, com a boa
901 intenção de fortalecer as entidades, talvez, se estivesse correndo o risco de
902 empoderar excessivamente os Diretores. É atribuir aos diretores a
903 possibilidade de encaminharem, inclusive, incidirem sobre o equilíbrio da
904 própria Congregação. No trabalho da Comissão encarregada foi possível
905 perceber que é importante eliminar esse ruído, para que não jogássemos fora a
906 criança com a água do banho. A questão fundamental é atribuir à Congregação
907 esse poder. Isso é essencialmente o fortalecimento da ideia de unidade e o
908 fortalecimento da possibilidade de que uma unidade possa definir e implantar
909 políticas indissociáveis e coerentes de ensino, pesquisa, cultura e extensão.
910 Ensino no âmbito da graduação e da pós-graduação, porque nenhum de nós,
911 em são juízo, vai defender que uma unidade abrigue propostas conflitantes e
912 distintas entre seu ensino de graduação e pós-graduação, entre sua política de
913 pesquisa e sua política de cultura e extensão. Parece-me que é fundamental
914 que o encaminhamento seja focado nisso, que é o princípio fundamental e é o
915 que está colocado na formulação por escrito da proposta ‘A’ e o que o
916 professor Arêas colocou nos termos da sua concordância. Parece-me que o
917 grau de autonomia, para definir o funcionamento de suas comissões está dado,
918 porque hoje já são os regimentos internos os que definem o tamanho, qual é o

919 formato e qual a forma de eleição. Há uma série de unidades em que a
920 indicação dos representantes se faz a partir dos departamentos. Há unidades
921 em que a eleição se faz pelos pares, enfim, essa diversidade sim me parece
922 que é salutar e desejável e não está em questão aqui. O que está em questão
923 é o princípio de fortalecimento da Unidade via eleição pela congregação.
924 Parece-me, Magnifico Reitor, que talvez seja o caso de, efetivamente, de voltar
925 à proposta de encaminhamento inicial. A proposta 'A' que dá conta desse
926 princípio e, na sequencia, votamos uma emenda, um destaque do professor
927 Arêas que incluiria a ideia de que a Congregação elege e exerce esse poder da
928 política da Unidade, mas o faz escolhendo dentro dos membros das comissões
929 ou não." **M. Reitor:** "Diria que o maior prejuízo que podemos ter é sair daqui
930 sem uma proposta aprovada. O que significa a permanência do que temos. Isto
931 é insatisfatório para um grande número de unidades. Não sei se representam a
932 maioria absoluta ou não deste Conselho, mas é insatisfatório. Então algum tipo
933 de modificação é necessária. A pior mudança é nenhuma mudança. Agora,
934 garantirmos a unidade da Universidade através de um regramento que se
935 aplica a todos é ideal, quando isso não é possível, Professora Ana Lanna,
936 temos que aceitar coisas parciais. Sei que não é o ideal, mas é uma maneira.
937 Não se trata de dar independência absoluta e inaceitável às unidades, mas é
938 um compromisso. A proposta feita pelo Professor Carlos Martins é que
939 votássemos o 'A' e, em seguida, votássemos um destaque aditivo, no qual
940 adicionaríamos que a eleição se faz dentre os membros das comissões. É,
941 obviamente, um encaminhamento com mais chance de dar um resultado
942 positivo." **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** "Qual era a redação que a
943 Professora Maria Paula Dallari deu para a proposta? Ela excluiria apenas como
944 membro nato? Era isso basicamente e sem mencionar a origem? Só um
945 esclarecimento, como ela colocou?" **M. Reitor:** "Vota-se o corpo, isso significa
946 que ele passa a ser eleito pela Congregação. No passo seguinte passa-se a
947 uma emenda aditiva dizendo que eles vêm das comissões." **Cons. José**
948 **Alfredo Gomes Arêas:** "Como ficou a redação? Ficou sem o termo 'membro
949 nato'? Tenho impressão que da maneira que foi falado, sem a menção desse
950 membro nato, ou seja, pessoa sabidamente ou supostamente externa à
951 comissão que vão passar a integrar como membro nato - professor Carlotti
952 levantou o problema de como ficaria a situação de quem seria essas pessoas -

953 se deixar com essa redação talvez não precise nem de aditivo, a Congregação
954 decide como quer eleger essas pessoas. Quer dizer que nem precisa de
955 regimento nem nada. Não vejo a necessidade disso. Os presidentes das
956 comissões que forem eleitos pela Congregação, sem nenhuma menção para
957 compô-la como membro nato ou de origem dentro da própria comissão, fica a
958 critério de cada Congregação decidir como vai fazer. Acho que não há
959 necessidade de aditivo, acho que as unidades mais inteligentes e consolidadas
960 vão preferir pessoas com experiências nas comissões ou algumas vezes nem
961 sempre, talvez, a comissão esteja em um momento ruim, não é nem a história
962 da unidade ser mais velha, mais consolidada ou coisa parecida. Um professor
963 que me antecedeu, também falou de um modo de compor comissão que
964 desconheço, que é o Departamento indicando etc. O professor da Física falou
965 do presidente da comissão que lá deve ser uma coisa só, ou seja, o presidente
966 da CPG é também o presidente do programa. Então, temos já uma diversidade
967 dentro da Universidade que vai requerer soluções locais que vai ter que ser
968 decidida *ad hoc*. Não precisa estar prevista em regulamento. Acho que se
969 eliminarmos esse *innuendo* de que o membro é externo à Comissão e deve
970 ser implantado lá, conciliam-se todas as propostas.” **M. Reitor:** “A menção que
971 se faz no momento seria necessária de qualquer forma, porque a menção que
972 se faz de que integrará como membro nato, podemos ter eleição pela
973 Congregação de alguém que já é da Comissão e ela integra ou de alguém que
974 não é e passa a integrar. Se quisermos dar liberdade às congregações para
975 escolher de dentro ou de fora, isto terá que ficar. O que garantiria de fato uma
976 opção feita pela própria Congregação é um artigo adicional que dissesse que
977 isso será objeto de decisão pela congregação e a congregação escolherá o
978 sistema, caso contrário, acho que essa menção tem que ficar. Isso não quer
979 dizer que obriga que seja alguém de fora, porque se for alguém de dentro ele
980 integra como membro. Repetir não faz mal. Pergunto, ante de prosseguirmos,
981 se há um acordo para tentarmos votar dando liberdade às congregações? Não
982 é uma liberdade absoluta, porque já se está fazendo uma modificação
983 importante e que terá grande reflexo na maioria, senão em todas as unidades,
984 isto é, é transferir a eleição para o âmbito da Congregação, que é o órgão, ao
985 mesmo tempo, administrativo e político da Unidade. Aqui fazemos um
986 regramento que não é uma modificação insignificante, tirar a eleição do âmbito

987 das comissões, trazendo para um sistema muito mais aberto. Acho que isso já
988 seria um ganho significativo diante da situação atual. Estamos falando de um
989 parágrafo dizendo que as congregações das unidades decidiram sobre a forma
990 de eleição.” **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci**: “Esbocei um parágrafo, que
991 seria o 8º, nessa sequência que diz o seguinte: ‘o Regimento interno da
992 Unidade definirá se o presidente e o Vice-presidente da Comissão serão eleitos
993 dentre os membros da Comissão ou dentro do conjunto dos docentes da
994 Unidade.’ Essa é a redação para aquela alternativa de deixar a Unidade a
995 decisão posterior.” **M. Reitor**: “Houve uma ponderação vinda do cenário que
996 estou começando e acho que é muito interessante. Porque amarrar o futuro
997 para sempre, pois depois que isso entra no regimento da Unidade é muito difícil
998 ser mudado, porque não deixamos que a Unidade decida, em cada momento?
999 Ou seja, não acrescentamos mais nada, pura e simplesmente dizemos que a
1000 eleição será feita pela Congregação que escolherá qual é o corpo de elegíveis.
1001 Cada Congregação decidirá, a cada momento, qual é o corpo de elegíveis. Ela
1002 pode, em um determinado momento, optar pelas comissões e, em outro
1003 momento, optar por uma coisa mais aberta. Faz sentido isto? Não amarramos
1004 nem em um sentido nem em outro.” **Cons.ª Maria Amélia de Campos**
1005 **Oliveira**: “Acho que é uma proposta interessante se acrescentarmos uma
1006 pequena coisa: ouvida a comissão? Não?” **M. Reitor**: “Porque nada amarra,
1007 que na sua Unidade, a senhora não ouça a sua comissão. Concorda?” **Cons.**
1008 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: “A comissão sempre se manifestará e
1009 sempre será ouvida.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas**: “Na minha opinião a
1010 proposta é perfeita, embora discorde do senhor do seguinte: deve ser retirado
1011 que a integração como membros natos. Acho que é redundante e
1012 desnecessário. Sei que muitos que querem a colocação de membros externos
1013 à Comissão, preferem essa redação, pois ela já sugere isso, quer dizer, isso
1014 não precisa ser dito. A Congregação elegerá os presidentes das comissões,
1015 ponto final. Agora a forma da escolha, se é decidida a cada momento pela
1016 congregação, não precisa indicar que esses a integraram como membros
1017 natos, se forem externos, a integraram como membros natos, se não for, já são
1018 membros natos.” **M. Reitor**: “Professor Arêas, a legislação não serve para
1019 sugerir coisas, ela serve para autorizar ou não, no momento de conflito o que
1020 vale é o que está escrito, quando não há conflito não precisa olhar. Contrato de

1021 casamento só olharmos na hora de separar e é aí que começamos a ver os
1022 erros que fizemos, então, não é isto, não há nenhuma sugestão, ele dá a
1023 liberdade para.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu**: “Acho que é difícil
1024 tomar uma decisão, porque todos os argumentos são válidos e quando todos
1025 são válidos, nenhum deles é satisfatório. Acho que a proposta que o Reitor
1026 está apresentando é a mais razoável, porque, de alguma maneira, ela nos diz
1027 qual é a fonte de autoridade que constitui a presidência e a vice-presidência,
1028 mas, ao mesmo tempo, ela não impede a possibilidade de organizações
1029 próprias nas unidades que permitam a execução da composição dessas
1030 comissões. Acho que é mais razoável isso. Vamos supor, por exemplo,
1031 estamos falando aqui de unidade, eu também procuro unidade, só que tenho
1032 que procurar unidade na diversidade, tenho uma diversidade enorme. Para
1033 mim é importante que eu tenha o tempo todo para ficar lá, mas pode ser que
1034 outras unidades sejam mais compactas e, portanto, tenham maior capacidade
1035 do próprio Diretor ter a iniciativa de apresentar nomes. Acho que se fizermos
1036 uma proposta nessa direção, atribuímos à Congregação este poder, e, ao
1037 mesmo tempo, não criamos impedimentos para outras possibilidades a partir
1038 desta, acho que chegamos a uma solução que atenderá todas as percepções
1039 que estão aqui contempladas.” **M. Reitor**: “Professor Sérgio, pediria que o
1040 senhor se manifestasse dizendo se esse texto contempla sua visão que é a
1041 mesma da minha.” **Cons. Antonio Carlos Marques**: “Quero voltar a um ponto
1042 antes de votar, que não tem nada a ver com isso que já está bastante
1043 amadurecido, um ponto que foi levantado pelo Professor João Cyro, que ainda
1044 não está completamente claro e acho que é bastante importante deixar isso
1045 claro. Entendo que outro ganho bastante importante pode vir a ser a limitação
1046 máxima do mandato do presidente e vice-presidente há quatro anos. Da
1047 maneira que está a redação não está completamente claro, veja bem, está
1048 escrito o seguinte: o mandato do Presidente e do Vice-presidente será de dois
1049 anos, permitida a recondução, limitado ao término do mandato do diretor. Isso
1050 significaria 4 anos, mas não está dizendo que se mudar o diretor ele não possa
1051 se candidatar de novo e ficar 8 anos. Se estivesse permitida uma única
1052 recondução, limitada ao término do mandato do Diretor, seria claro, seria
1053 impossível ficar mais do que 4 anos. Sei que é um detalhe, mas talvez seja
1054 outro ganho que mereça ser pensado por esse Conselho.” **M. Reitor**: “Se não

1055 houver restrição, sugiro trocar o 'a' por 'uma'. Há outros inscritos, mas isso
1056 tende a se tornar uma discussão interminável, parece que temos um consenso
1057 de que se aprovarmos o que está na proposta 'A', ela contempla o essencial,
1058 isto é, que os presidentes e vice-presidentes têm que ser eleitos pela
1059 Congregação. Como a Congregação vai conduzir isto não vamos regrar, ou
1060 seja, cada Unidade poderá escolher os candidatos de onde achar melhor a
1061 qualquer momento, isto é, não vamos criar um entrave permanente
1062 representado por um artigo que se incorpore ao regimento da Unidade. **Cons.**
1063 **Silvio Roberto Farias Vlach:** "Parece-me que essa proposta entra em
1064 contradição com o artigo 45 do Regimento que diz que integraram as
1065 congregações os presidentes das comissões estatutárias e não os vice-
1066 presidentes. Aqui se subtende que integraram a Congregação. Na minha
1067 leitura, a Comissão de Graduação terá um presidente e um vice-presidente que
1068 a integrarão como membros natos." **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci:**
1069 "Integrarão a comissão, não a Congregação." **M. Reitor:** "Continua valendo que
1070 o presidente vai para a Congregação." **Cons. Luiz Henrique Catalani:**
1071 "Professor, tenho uma questão que acho crítica. Sempre fui favorável a esta
1072 proposta, até mesmo, sempre vi a possibilidade de escolher dentre os
1073 membros. Ocorre que o mandato do membro na Comissão é de três anos, que
1074 não vai corresponder a ele esse mandato e, uma vez escolhido dentro da
1075 Comissão como é que fica a composição da Comissão, ou seja, estamos
1076 incluindo um membro a mais. Quando retiro um para ser presidente, tenho que
1077 repô-lo com outro representante, que é um representante de departamento.
1078 Temos duas situações: se for um membro extra Comissão acrescenta-se um
1079 membro à Comissão; se for um membro da Comissão, ela se mantém com um
1080 número diferente." **M. Reitor:** "Algum mal quanto a isso, Catalani? **Cons. Luiz**
1081 **Henrique Catalani:** "Não. Mas se você tem um membro da Comissão em uma
1082 comissão de seis pessoas e escolho dentre as seis pessoas um presidente ou
1083 eu reponho aquela pessoa ou não. Vamos ter condições nas quais teremos 6
1084 membros e outras que teremos 7 membros. Acho que é uma dúvida que vai
1085 surgir toda vez que tiver uma eleição." **M. Reitor:** "Não percebo isso." **Vice-**
1086 **Reitor:** "Já temos Unidades em que o Presidente da Comissão deixa de ser o
1087 representante da sua Comissão, da sua coordenação, assume-se presidente e
1088 eleger-se outro. Cada Unidade tem a sua peculiaridade." **Cons. Carlos Gilberto**

1089 **Carlotti Junior**: “Catalani, hoje já é assim. Você tem a comissão formada por
1090 cinco, seis, sete, oito e dali você tira um presidente. Você não precisa, nesta
1091 situação, chamar outro membro para compor a comissão, seria a mesma coisa.
1092 Essa preocupação de ter outro membro, se for eleito um membro da Comissão,
1093 acho que não existe, já estamos acostumados dali de dentro ter uma pessoa e,
1094 se você colocar uma pessoa a mais também não vai causar nenhum problema.
1095 Não vejo isso como preocupação, acho natural e as pessoas já estão
1096 acostumadas.” **M. Reitor**: “Vamos encaminhar para a votação, mas antes
1097 disso, a Professora Maria Paula tem que dar uma informação, pois há um
1098 pequeno texto que está faltando nas disposições transitórias e que será
1099 incorporada na votação.” **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci**: “Nas
1100 disposições transitórias, na proposta ‘A’, ficou faltando prever o efeito daquela
1101 vinculação dos presidentes das Comissões e vice-presidentes aos dois biênios
1102 do Diretor. Com a redação alterada pela CLR, no final desse parágrafo que
1103 estamos discutindo, está dito que, mediante a eleição em chapa na primeira
1104 reunião, após o início do mandato do diretor, e na primeira reunião que se
1105 seguir ao término do primeiro biênio do mandato do diretor. Ao adaptar as
1106 disposições transitórias, ficou faltando explicitar também essa característica
1107 que o primeiro Presidente e o primeiro Vice-presidente vão ter que observar
1108 esse primeiro ou segundo biênio. Então, teria que ser acrescentado um
1109 parágrafo 4º, no artigo 4º-C, na página 5, no alto tem parágrafo segundo e
1110 parágrafo terceiro, entraria um parágrafo 4º, que teria a seguinte redação: ‘os
1111 mandatos do Presidente e do Vice-presidente, escolhidos nos termos do *caput*,
1112 serão limitados ao término do mandato ou do primeiro biênio do Diretor em
1113 exercício.’” **Cons. João Cyro André**: “O que me parece desnecessário agora é
1114 que seja limitado ao mandato do Diretor, na medida em que a Congregação vai
1115 decidir. Decide por dois anos, indica mais dois anos e, como é no início do
1116 mandato, praticamente haverá a continuidade, assim, permitida uma
1117 recondução para mim seria suficiente. Não quero causar confusão, mas pensei
1118 que isso trouxesse simplicidade e objetividade ao tratamento, se for causar
1119 tumulto, simplesmente, não seja considerado isso. **M Reitor**: “Por um motivo
1120 muito simples, nem todos os diretores completam seus mandatos e, portanto,
1121 pode haver descasamento. Vamos encaminhar a votação, repito para que não
1122 haja nenhuma dúvida. Votaremos a proposta ‘A’ como está e ao nosso

1123 entendimento - isto está sendo gravado e constará da Ata - é que esta redação
1124 não vincula nenhuma Unidade, quanto ao espectro de pessoas onde ela,
1125 Unidade, vai buscar os Presidentes. Caberá estritamente à Congregação
1126 escolher se fará a eleição apenas daqueles que são membros da Comissão ou
1127 optar pelo conjunto dos docentes; também não vincula nenhuma unidade a
1128 repetir sempre o mesmo procedimento, embora me pareça de bom senso que
1129 ela adotará o mesmo procedimento para as quatro comissões cada vez que
1130 fizer as eleições. Alguém discorda disso? Está sendo gravado e se houver
1131 qualquer dúvida constará da Ata do Conselho Universitário. Ao votar isto,
1132 estaremos votando todas aquelas coisas que vinculam a alternativa 'A',
1133 levando em conta que fizemos uma modificação no parágrafo 5º, trocamos
1134 'permitida a' por 'permitida uma' recondução. **Votação.** Pelo painel eletrônico,
1135 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 07
1136 (sete) votos; Abstenções = 15 (quinze); Total de votantes = 106. É aprovado: a
1137 alteração dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 48 do Estatuto da USP, referente à
1138 proposta A, bem como a modificação do texto do parágrafo 5º.
1139 Conseqüentemente, são aprovados: o texto do artigo 49 referente à alternativa
1140 A; o texto proposto para o artigo 50; a inclusão do artigo 4º-D, conforme o texto
1141 proposto, referente à alternativa A, com a inclusão de um § 4º; obedecido o
1142 *quorum* estatutário. **M. Reitor:** "Podem bater palmas porque acho que foi uma
1143 vitória do plenário e do debate, algo que é muito bom. Faltam cinco minutos
1144 para o almoço. Temos duas modificações que parecem simples. Talvez as de
1145 eleições exijam análises mais detalhadas, as quais poderíamos deixar para
1146 logo depois do almoço. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO VI –**
1147 **TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS. 1. PROTOCOLADO**
1148 **2015.5.1671.1.8 – SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA. Texto atual.** Artigo 243 –
1149 Às reuniões dos colegiados e das comissões somente terão acesso seus
1150 membros. Parágrafo único – Poderão ser convidadas, a juízo do presidente do
1151 colegiado, pessoas para prestar esclarecimentos sobre assuntos especiais.
1152 **Texto proposto.** Artigo 243 – Às reuniões dos colegiados e das comissões
1153 somente terão acesso seus membros. Parágrafo único – Poderão ser
1154 convidadas, a juízo do presidente do colegiado, pessoas para prestar
1155 esclarecimentos sobre assuntos especiais. Artigo 243-A – Cada colegiado
1156 poderá decidir pela transmissão ao vivo de suas sessões, valendo-se dos

1157 meios tecnológicos disponíveis na Universidade. **Alteração do Regimento do**
1158 **Conselho Universitário. Texto atual.** Artigo 15 – Às reuniões do Colegiado e
1159 de suas Comissões somente terão acesso seus membros. **Texto proposto.**
1160 Artigo 15 – Às reuniões do Colegiado e de suas Comissões somente terão
1161 acesso seus membros. Artigo 15-A - A Secretaria Geral providenciará a
1162 transmissão ao vivo das sessões do Conselho, valendo-se dos meios
1163 tecnológicos disponíveis na Universidade. **M. Reitor:** “Transmissão das
1164 sessões dos colegiados. Ela implica uma alteração do regimento geral, com o
1165 *quorum* de 60 votos e depois uma alteração do Regimento do Conselho
1166 Universitário. Esta proposta foi encaminhada pela representação, no caso
1167 específico, o Professor José Renato. Pergunto se ele quer fazer
1168 encaminhamento disso para a votação. Não? Alguém quer se manifestar
1169 contrariamente? Portanto, vamos pôr em votação a proposta de que seja
1170 permitida a transmissão, depois vamos votar se o Conselho concorda em
1171 transmitir suas próprias reuniões.” Ato seguinte, o **M. Reitor** encaminha a
1172 votação referente ao artigo 243A, informando que cabe a cada colegiado
1173 decidir sobre a transmissão de sua reunião. **Votação:** Pelo painel eletrônico,
1174 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 102 (cento e dois) votos; Não = 01 (um)
1175 votos; Abstenções = 01 (um); Total de votantes = 104. É aprovada a inclusão
1176 do artigo 243-A no Regimento Geral da USP. Ato contínuo, o M. Reitor coloca
1177 em votação as sessões do Conselho Universitário. **Votação:** Pelo painel
1178 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 102 (cento e dois) votos; Não
1179 = 01 (um) votos; Abstenções = 01 (um); Total de votantes = 104. É aprovada a
1180 inclusão do artigo 15-A no Regimento do Conselho Universitário. O M. Reitor
1181 informa que a próxima reunião do Conselho Universitário será em 8 de
1182 dezembro e será transmitida online. Após uma pausa para almoço, é retomada
1183 a sessão. **M. Reitor:** “Vamos recomeçar a 971ª sessão do Conselho
1184 Universitário. Quero lembrar a todos que a próxima reunião do Conselho será
1185 no dia 8 de dezembro de 2015 e, provavelmente, será novamente uma reunião
1186 que durará o dia inteiro. Vamos começar agora o expediente e quero lembrar
1187 que está em curso a revisão do programa de metas para os próximos dois
1188 anos, 2016-2017, a reitoria, os pró-reitores e os superintendentes vão rever o
1189 plano que foi de 2015, verem as metas que foram alcançadas, as que não
1190 foram, as que precisam ser revistas, novas e assim por diante. Ao mesmo

1191 tempo, estamos solicitando das unidades que aproveitem o momento em que
1192 terminou a avaliação institucional delas e que façam seu plano também.
1193 Lembrando que no dia 11 de dezembro, faremos uma reunião de Dirigentes, na
1194 qual estão convidados todos os diretores, onde poderemos avançar a
1195 discussão desse programa de metas para os próximos dois anos. Nossa
1196 expectativa é que no início do ano, provavelmente, em março do próximo ano,
1197 possamos, todos em conjunto, examinar o programa de metas da Universidade
1198 para os próximos dois anos e das unidades. Lembrando que no caso das
1199 unidades não se trata obrigatoriamente de coisas exaustivas, mas sim
1200 objetivas. Trata daquilo que de fato representam os principais tópicos, quer do
1201 ponto de vista de reorganização administrativa, acadêmica, de obras, se
1202 houver, que isto seja contido em algum que todos possam apreciar. Antes de
1203 darmos continuidade, vocês estão vendo projetados os resultados da inscrição
1204 deste ano na FUVEST, aliás, comparando 2015 a 2016, isto é, o número de
1205 candidatos por vaga, e estas são as unidades com mais de 20 candidatos por
1206 vaga. Está em ordem decrescente, a partir da Faculdade de Medicina de
1207 Ribeirão Preto, que este ano foi a que teve maior número de candidatos por
1208 vaga, quase 72 candidatos. Não quero fazer o *link*, mas tenho impressão que o
1209 fato de ter entrado no ENEM ajudou a divulgar a Faculdade de Medicina de
1210 Ribeirão Preto e atrair mais candidatos, mas essa é uma interpretação muito
1211 pessoal. De qualquer maneira, está aí para informação. Acho que é
1212 interessante que todos conheçam como vai a nossa Universidade. Vou pedir
1213 para o professor Amaury Patrick Gremaud, que é da Faculdade de
1214 Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, que foi nomeado o Diretor,
1215 coordenador da Escola USP de Gestão. Acertei com ele que fizesse uma breve
1216 explanação do que ele pretende e de como está encarando este programa,
1217 será ainda inicial e que, provavelmente, que poderá se desdobrar melhor na
1218 reunião de dirigente, para que no início do ano possamos ter alguns programas
1219 já claros de atuação da Escola.” **Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud**
1220 **(apresentação)**: “Queria começar agradecendo pela confiança que o M. Reitor
1221 depositou em nossa pessoa para assumir a escola de Gestão da Universidade
1222 de São Paulo. É com muita honra que assumo esse desafio. Espero estar a
1223 altura dele, a altura de poder ajudar os senhores na gestão dessa
1224 Universidade, no papel que cabe à escola, cuja missão, que foi definida quando

1225 ela foi criada, em 2012, é: 'Contribuir com a gestão estratégica da USP, por
1226 meio do desenvolvimento das pessoas, propondo e promovendo formação
1227 continuada e ações de capacitação para os servidores(as) técnico-
1228 administrativos e docentes em cargos de gestão.' O que queríamos acoplar
1229 nesta atual gestão é tentar aproximar a Escola USP de Gestão, justamente da
1230 Gestão da Universidade, quer dizer, aproximar e integrar a Escola com as
1231 dificuldades com os processos de gestão que estão sendo feitos, não só aqui
1232 nos órgãos centrais, quanto nas diferentes unidades. Para isso, a
1233 Universidade resolveu localizar a Escola USP de Gestão dentro do
1234 organograma, dentro da CODAGE ao lado dos Recursos Humanos, do
1235 Administrativo e do Financeiro, propondo, assim, essa integração com os
1236 organismos de gestão da Universidade e esse parece ser, talvez, o nosso
1237 grande desafio, quer dizer, acoplar o papel dessa Escola com os problemas
1238 que a Universidade tem na sua gestão, notadamente, à medida em que uma
1239 série de mudanças está sendo apresentada e essas mudanças têm impactos
1240 sobre os servidores técnicos, sobre os docentes e os gestores de uma maneira
1241 geral. Os gestores, de alguma maneira, podem e poderão contar com o apoio
1242 da Escola de Gestão. Definimos, por enquanto, três diretrizes ou três eixos
1243 principais de ação, um primeiro eixo relativamente óbvio para as escolas de
1244 gestão, que é 'investir no desenvolvimento das competências do corpo
1245 funcional da Universidade'. Auxiliar um trabalho que já foi iniciado pela
1246 secretária de recursos humanos no processo de revelação dessas
1247 competências, ao mesmo tempo, desenvolver novas habilidades, permitindo,
1248 então, a progressão funcional dos funcionários docentes e dos técnicos e
1249 administrativos dessa Universidade, não só do ponto de vista administrativo
1250 das suas carreiras profissionais, como também da própria progressão em
1251 caráter pessoal desse conjunto de pessoas. É óbvio que o papel dessa Escola
1252 é também manter o aprimoramento e essa atualização contínua dessas
1253 habilidades, dado a contínua mudança no meio em que estamos envolvidos.
1254 Como segundo eixo importante, se no primeiro estamos falando de
1255 oportunidade ligada ao corpo técnico administrativo, estamos falando das
1256 necessidades que a gestão universitária impõe e que leva para nós uma série
1257 de atribuições a serem devolvidas, que são de adequar as competências e as
1258 transformações que o ambiente nos produz e que as reformas administrativas,

1259 de gestão permanentemente impõem ao quadro técnico administrativo da
1260 nossa Universidade. Neste sentido, é fundamental a Escola promover um
1261 levantamento, na verdade um permanente levantamento de necessidade para
1262 que possamos implementar essa formação ou criar estratégias de formação
1263 para atender a essas necessidades. Isso feito, obviamente, em alguns
1264 momentos específicos, quando há mudanças de gestão, agora temos o efeito
1265 do PIDV que, com certeza, deve ter causado impactos que requerem certas
1266 ações na área de formação e treinamento, mas isso imaginamos ser uma coisa
1267 que, de modo permanente e contínuo e, em momentos específicos, de
1268 alterações das mudanças administrativas requer um trabalho especial. Além
1269 disso, há a importância da Escola promover, de modo também contínuo ações
1270 mais proativas a permitir que esse corpo gestor, e que esse corpo técnico
1271 administrativo também assuma papel propositivo no sentido de aperfeiçoar,
1272 levar a mudanças na gestão administrativa da Universidade. E aqui,
1273 terminando, puxando para esse último elemento, o terceiro eixo é justamente,
1274 dentro desses processos de formação e de treinamento, transformar a Escola
1275 também em um *locus* onde se reflita sobre os problemas de gestão particulares
1276 da Universidade. Sabemos que têm vários centros dentro da Universidade que
1277 trabalham com a questão da gestão de uma maneira geral. A ideia é que a
1278 Escola também possa se colocar enquanto um centro de reflexão sobre as
1279 questões da própria Universidade, sobre as questões de gestão como um
1280 terceiro elemento. Neste sentido, os três eixos prioritários: o atendimento às
1281 necessidades que nossos quadros funcionais têm, o segundo elemento,
1282 atender, de um lado às necessidades de uma mudança que o processo de
1283 gestão impõe, em terceiro lugar, ser um centro de reflexão sobre as questões
1284 de gestão da Universidade. Esses seriam os três eixos, de alguma maneira,
1285 estamos pelo primeiro e segundo eixo ainda, ou seja, levantando as
1286 necessidades, para isso a Escola USP tem uma série de pessoas que
1287 podemos chamar de facilitadores, que estão localizados nos diferentes
1288 institutos, nas diferentes unidades da Universidade, que serão nosso
1289 contraponto para levantar as necessidades da Universidade e alguns cursos já
1290 estão sendo providenciados. Mas, neste momento, como já foi dito pelo M.
1291 Reitor, ainda estamos montando nosso quadro para o ano que vem e, este
1292 quadro, depende da interação com as senhoras e senhores para montarmos o

1293 nosso projeto para o ano que vem, em termos de quais são as reais
1294 necessidades, em termos de formação tanto vindo a partir do corpo funcional,
1295 quanto das nossas necessidades, em termos de que os gestores estão
1296 precisando, dentro dessas mudanças que estão sendo processadas neste
1297 momento.” Em seguida, o **M. Reitor** agradece ao Professor Aumari pela
1298 exposição e abre a palavra para que os conselheiros possam apresentar
1299 questionamentos. **Cons.^a Silvana Martins Mishima**: “Fiquei muito contente de
1300 ver a apresentação da Escola Técnica de Gestão da USP. Vou repetir uma fala
1301 que já fiz inicialmente em outra situação, quando a Escola foi lançada, que é o
1302 fato de algumas Unidades sentirem falta da formação de Técnicos
1303 especializados e que estejam voltados à atividade fim. Venho de uma Unidade
1304 em que temos um centro de simulação de práticas clínicas para a Enfermagem
1305 com um foco bastante importante para formação. Que muitas vezes não pode
1306 ser feito no cenário de práticas, mas tem que ser feitas no cenário de
1307 simulação. Muitas unidades estão conformando esse tipo de espaço nesse
1308 cenário para ensino dentro das próprias Unidades. Contudo, temos ainda
1309 carência de pessoas especializadas e que tenham algum tipo de formação e
1310 certificações específicas para trabalhar com simulação. Escola privada tem
1311 isso, tem grandes laboratórios para várias áreas. No caso da enfermagem,
1312 algumas em São Paulo, podemos dizer que a Escola de Enfermagem de
1313 Ribeirão Preto tem, do ponto de vista da estrutura física e funcional, uma
1314 infraestrutura pesada e bem interessante para a questão da formação.
1315 Trabalhamos com a certificação de nosso pessoal com recursos do InovaLab,
1316 trazendo pessoal de Miami para isso, mas, Professor, gostaria muito que se
1317 pensasse nesta direção também na formação de técnicos que possam
1318 qualificar o nosso ensino nesta direção. Especialmente a Escola de
1319 Enfermagem que perdeu técnicos capacitados no PIDV e dentro dos eixos sei
1320 que tem um primeiro que fala das competências, mas acho que temos que
1321 olhar um pouquinho para esses técnicos que tem uma formação específica em
1322 tecnologias mais modernas para o ensino, principalmente, na área da saúde.
1323 **Cons.^a Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado**: “Falo aqui na
1324 qualidade de aluna da Escola USP de Gestão. Estou concluindo o Curso de
1325 Gestão Pública, no *campus* de Ribeirão Preto, até então, sob a coordenação
1326 da Professora Cláudia Souza Passador. Quero dizer que a Escola USP de

1327 Gestão é extremamente exitosa, hoje, temos uma turma de 22 alunos, sendo
1328 só eu e meu vice-diretor docentes e dirigentes e 20 servidores da Universidade
1329 de São Paulo extremamente comprometidos em fazer com que a USP dê certo.
1330 Dessa forma, acho que a missão da Escola USP de Gestão vai além de
1331 capacitar os servidores, tem-se a oportunidade de identificar quem realmente
1332 está comprometido em fazer com que a Universidade mantenha a grandeza
1333 que ela tem. Peço, como aluna da Escola de Gestão, que o professor Amauri
1334 considerasse aqueles que já fizeram com que ela se tornasse uma escola
1335 exitosa, coloco aqui a Professora Claudia Souza Passador, que é professora
1336 da FEARP, e que muito se dedica - nós como alunos sabemos quando um
1337 professor realmente faz aquilo porque gosta e acredita no resultado daquilo
1338 para sua instituição. Desejo sucesso nessa nova empreitada, mas acho que,
1339 não o continuísmo, mas a continuidade neste contexto, é muito importante para
1340 a nossa Universidade. **Cons. José Renato de Campos Araújo**: “Só queria
1341 dizer que antes de representante dos doutores, sou professor do curso de
1342 Gestão Públicas, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, que iniciou sua
1343 atividade há dez anos e está formando gente de graduação e, agora, de pós-
1344 graduação, de quatro anos para cá. Sei que alguns docentes já colaboraram,
1345 entre eles, o Professor Fernando Coelho, mas acho que tem uma riqueza muito
1346 grande na EACH dos alunos que estão se formando. Com dez anos já temos
1347 alunos doutores em Administração Pública formados. Essa aproximação é
1348 bastante importante e se precisar de um *link*, estou à disposição.” **Prof. Dr.**
1349 **Amaury Patrick Gremaud**: “Quero agradecer as palavras e dizer que em
1350 relação ao Professor Ary, à professora Claudia Souza Passador e o Professor
1351 João, reconhecemos o trabalho que foi desenvolvidos por eles. Assumimos a
1352 Escola e estamos dando continuidade a esse trabalho. Agradeço também a
1353 EACH, conheço algumas pessoas dali que já trabalharam na Escola de
1354 Gestão, você mesmo já citou o professor Fernando Coelho. Em relação às
1355 necessidades específicas, acho importante esse levantamento que estamos
1356 trabalhando e acredito que no encontro de Diretores já existam definições mais
1357 precisas em relação às necessidades específicas de cada uma das instituições
1358 e cada um dos institutos e das unidades que possam trabalhar e delinear
1359 algum tipo de ação.” **Cons. José Antonio Visintin**: “Quero confirmar a
1360 importância que a Escola USP tem. Foi feito esse curso aqui em São Paulo,

1361 entre 100 pessoas, fui o único docente que fiz esse curso de gestão pública.
1362 Acho isso uma vantagem, porque somos pesquisadores, somos cientistas e
1363 estamos gestores e não somos da praia, às vezes, aprendendo apanhando. A
1364 hora que tivermos começando a entender de gestão, você pergunta quando vai
1365 ser a próxima eleição. Então, acho importante - até já havia conversado com o
1366 M. Reitor alguma coisa - fazermos alguns encontros de novos gestores para
1367 apresentar, como uma aula durante um dia, como é a gestão e implementar
1368 isso também para os professores. Quem se interessa por gestão? Tem chefe
1369 de departamento, professores, presidentes de comissões, diretores e vice-
1370 diretores que querem dar o máximo de si na gestão da sua Unidade. Também
1371 dá uma olhada não só por corpo técnico administrativo, mas também por corpo
1372 docente, que ele também tem esse papel importante. Isso dá uma evolução e
1373 até um pouco mais de segurança, porque estamos gestores e o corpo funcional
1374 é gestor. Dessa forma, acho que ele tem que ser preparado para sempre.
1375 Agora, também precisamos dessa ajuda e acho que a escola USP é
1376 fundamental na nossa formação e na ajuda da administração.” **M. Reitor:**
1377 “Complementando e dando minha opinião, entendo que a Escola USP, além
1378 das iniciativas próprias, mapeadas nesta forma, tanto ouvindo opinião como
1379 sugestões de dirigentes, de onde ela pode ser mais eficiente, mas, certamente,
1380 ela poderia coordenar iniciativas como esta, que são bastante especializadas,
1381 mas que tendem a melhorar o perfil do funcionamento da Universidade. Por
1382 exemplo, um curso para formação de técnicos, capazes de fazer simulação e
1383 que envolvesse a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, a Faculdade de
1384 Odontologia de Bauru, onde também existem processos semelhantes - sei
1385 muito bem -, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, entre outras, nas
1386 áreas Biológicas e de Ciências da Saúde, e, eventualmente, em outras áreas.
1387 Acho que é muito bom, pois não cabe à Escola de Enfermagem, à Faculdade
1388 de Odontologia, se preocupar com a organização de um curso desse tipo, mas
1389 elas detêm a competência e a experiência e podem sugerir a criação de um
1390 curso administrado pela Escola Técnica de Gestão da USP. Essa é minha
1391 visão. A Escola não tem um corpo próprio de profissionais, ela depende
1392 exatamente dos professores e servidores da Universidade de São Paulo, que
1393 estão qualificados para realizar esses cursos. Ou seja, o que o Professor José
1394 Renato aponta é que na EACH há um conjunto de pessoas que certamente

1395 podem contribuir enormemente para o seu funcionamento. Está aberta a
1396 palavra aos conselheiros.” **Cons. Paulo José do Amaral Sobral**
1397 **(apresentação)**: “Quero compartilhar o resultado de uma pesquisa que foi feita
1398 por um grupo da nossa Faculdade, para apresentar a situação dos egressos de
1399 uma das nossas formações. Somos ilustres (ou quase) desconhecidos, muitos
1400 não conhecem Pirassununga, não conhecem a FZEA, então, quero começar
1401 apresentando alguma coisa sobre nossos egressos da Engenharia de
1402 Alimentos. Para contextualizar, somos uma Faculdade nova, vamos fazer 25
1403 anos daqui a dois anos, temos 110 professores e 133 funcionários que formam
1404 os cinco anos das quatro profissões. Não contamos, em Pirassununga, de um
1405 ICB, de um IQ, de um IF, somos nós mesmos que formamos o básico dos
1406 nossos profissionais. Temos aproximadamente 1.500 discentes com
1407 predomínio feminino, com mais de 400 na pós-graduação, tudo isso espalhado
1408 em 5 departamentos. Formamos, então, zootecnistas e engenheiro de
1409 alimentos, dois cursos com cinco estrelas no Guia do Estudante. Medicina
1410 Veterinária e Engenharia de Biosistemas, que são novos, formamos duas
1411 turmas já na primeira avaliação, com quatro estrelas, o que também excelente.
1412 Temos uma deficiência muito grande que é acompanhar os egressos.
1413 Utilizamos o sistema de egressos da USP, mas fica como uma coisa voluntária,
1414 por parte dos alunos, então, eles colocam uma primeira vez as informações,
1415 mas depois que saem não atualizam mais. Portanto, foi feito um projeto por
1416 uma colega nossa e quero apresentar o resultado para vocês, que foi muito
1417 bom. Esse é o projeto que foi feito: o mapeamento dos egressos do curso de
1418 Engenharia de Alimentos, coordenado pela Professora Vivian Lara Rocignolo,
1419 que trabalha, inclusive, junto à Professora Silvia, da FEA, em um Núcleo de
1420 Pesquisa. O primeiro *slide* é muito interessante. Estamos mesmo dominados
1421 por elas, inclusive na profissão. 74% da nossa formação são engenheiras de
1422 alimentos, sendo 26% de homens. É mais ou menos assim nas engenharias
1423 *soft*; nas engenharias *hard*, como civil e mecânica, o perfil muda um pouco.
1424 Nossos profissionais, que começaram há dez anos, estão praticamente todos
1425 empregados. Devido ao *boom* da economia brasileira nos últimos anos,
1426 começou a decair um pouco recentemente. Mas isso está na média nacional
1427 das engenharias dos últimos dez anos, vamos dizer assim, cerca de 95% de
1428 empregabilidade. E aí são as empresas onde nossos profissionais estão

1429 trabalhando. Quero chamar a atenção para uma coisa. Quando criamos o
1430 curso de Engenharia de Alimentos, o qual fui encarregado de fazer a proposta,
1431 fui aconselhado por alguém na época, a não entrar na área de indústria de
1432 bebidas alcoólicas, por uma questão difícil de explicar aqui, mas por incrível
1433 que pareça, apesar de não termos a disciplina de bebidas fermentadas, nosso
1434 maior cliente hoje, em termos de profissionais, é a AMBEV. Isso só demonstra
1435 que, apesar de não haver uma disciplina específica, a base que damos é muito
1436 boa e isso satisfaz a AMBEV. Semana que vem, a AMBEV estará em
1437 Pirassununga entrevistando nossos alunos. Eles pediram para ir lá buscar
1438 alunos nossos e estarão sendo recebidos por mim. Então, são empresas
1439 multinacionais, brasileiras ou internacionais - ou translacionais - o que nos
1440 deixa bastante orgulhosos, também em saber que a USP, há cerca de dez
1441 anos, tomou a decisão acertada de investir naquele *campus*, começando por
1442 abrir este curso. Aí está a área de trabalho dos profissionais. A maioria trabalha
1443 com controle de qualidade ou garantia da qualidade, com pesquisa e
1444 desenvolvimento, produção, área comercial é muito importante, e *supply chain*,
1445 pois somos o único curso de Engenharia de Alimentos que ensina *supply chain*,
1446 junto com logística, marketing e distribuição de alimentos, de modo geral. Isso
1447 tem nos deixado muito satisfeitos e gostaria de compartilhar com os
1448 conselheiros. Quem quiser conhecer nossa unidade, está convidado.” **M.**
1449 **Reitor:** “Obrigado, Professor Sobral, todos ficamos muito orgulhosos e, quem
1450 sabe, nessas visitas que a AMBEV faz, eles poderiam ser convencidos a
1451 investir um pouco na educação no Brasil e não só nos Estados Unidos.” **Cons.**
1452 **Bruno Sperb Rocha:** “O tema que gostaria de abordar, como parte do
1453 expediente dos representantes dos servidores, é do direito de manifestação e
1454 direito de greve. Na última reunião, citei alguns dos impactos que são
1455 conhecidos de todo o Conselho Universitário - apesar do Conselho
1456 Universitário tratar como se não soubesse ou como se não tivesse importância
1457 - impactos no funcionamento da Universidade da demissão de quase dois mil
1458 servidores da atual gestão da Reitoria sem reposição de nenhum. Citei vários
1459 exemplos, um deles foi a questão dos restaurantes. Vou rememorar algumas
1460 das implicações da falta de funcionários dos restaurantes. É um dado
1461 consolidado com a Superintendência de Assistência Social e o serviço médico
1462 da Universidade, de que quase 50% dos trabalhadores dos restaurantes têm,

1463 no momento, afastamento ou restrição em função de adoecimento trabalhista
1464 por esforço repetitivo, decorrente de sobrecarga de trabalho. Quase metade
1465 dos trabalhadores. O índice de acidentes de trabalho nos restaurantes também
1466 é altíssimo. Queimaduras, cortes são cotidianos, fruto da sobrecarga de
1467 trabalho, tudo isso fruto da falta de funcionários. É uma situação absolutamente
1468 insustentável e desesperadora a que os trabalhadores vivem nos restaurantes
1469 da Universidade, fruto da sobrecarga de trabalho pela falta de contratação e
1470 pela demissão em massa realizada por essa gestão da Reitoria. No dia 18 de
1471 setembro, os funcionários de um dos restaurantes resolveram fazer uma
1472 paralização, porque já estavam há bastante tempo denunciando essa situação,
1473 reivindicando a contratação de funcionários, para diminuir a sobrecarga de
1474 trabalho. Fizeram um dia de paralização. Não tiveram a reivindicação atendida,
1475 como todo o Conselho sabe, não serão contratados funcionários, e tiveram o
1476 salário cortado por esse dia de paralização, por essa demanda. No dia 15 de
1477 outubro, nós servidores, fizemos uma paralização geral na Universidade, essa
1478 não só dos restaurantes, mas em dezenas de unidades. Uma das
1479 reivindicações era a solução dos problemas que atingem os restaurantes e
1480 também outros órgãos, pela falta de funcionários, e outra reivindicação central
1481 era exatamente a reversão do corte de salário dos funcionários dos
1482 restaurantes, pelo dia 18 de setembro. Essa nossa paralização foi no dia 15 de
1483 outubro. Agora, o que está acontecendo é que as diretorias dos restaurantes
1484 estão ameaçando os trabalhadores de terem também o salário do dia 15 de
1485 outubro cortado por terem feito parte de uma paralização, que, inclusive, foi
1486 geral da Universidade, com dezenas de unidades, a minha, por exemplo. Não
1487 está tendo ameaças de corte de ponto em nenhuma dessas unidades, a
1488 Reitoria não definiu uma posição sobre corte de ponto em relação a esse dia,
1489 mas nos restaurantes - nesse mesmo lugar, que vive essa situação, que teve
1490 um dia de salário cortado do mês de setembro por fazer uma paralização para
1491 denunciar essa situação insustentável - ali está tendo ameaça de corte de
1492 ponto, também em relação ao dia 15 de outubro. Com isso, o que a Reitoria faz
1493 é desrespeitar violentamente o direito de manifestação e o direito de greve dos
1494 trabalhadores da Universidade, desrespeitar um setor particular dos
1495 trabalhadores da Universidade e acirrar ainda mais o conflito, porque, frente a
1496 isso, não se encontra nenhuma saída. Os trabalhadores recorrem a um método

1497 legítimo e necessário de manifestação para denunciar uma situação
1498 absolutamente bárbara e medieval que acontece dentro dessa Universidade, a
1499 resposta não é o atendimento da reivindicação e sim o corte do salário, que
1500 evidentemente levará a acirrar ainda mais o conflito, porque nem nós, nem
1501 ninguém da nossa categoria, do nosso sindicato, tem a disposição de tolerar
1502 calado nenhuma situação de trabalho absolutamente desumana, e muito
1503 menos uma violação como essa do nosso direito de manifestação e de greve.
1504 Por isso, trago essas denúncias ao Conselho Universitário mais uma vez, tanto
1505 das condições de trabalho e do grau de adoecimento, como do corte de
1506 salários e a exigência da imediata devolução do salário cortado dos
1507 trabalhadores dos restaurantes. Aliás, devo ressaltar que isso foi feito de forma
1508 totalmente arbitrária, descontando o salário de alguns trabalhadores e de
1509 outros não, sem nenhum critério objetivo. Reivindicamos, portanto, a reversão
1510 desse corte, o pagamento do salário a todos os trabalhadores do bandejão, e,
1511 evidentemente, o não corte do salário como punição pela paralização do dia 15
1512 de outubro, reivindicação esta legítima e votada nas nossas Assembleias e nos
1513 nossos fóruns.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Gostaria de me dirigir
1514 ao M. Reitor. Semana passada, tive a notícia de que o berçário de Bauru está
1515 sendo fechado por falta de funcionários. É uma injustiça a administração ter
1516 que fechar um berçário por falta de funcionário, porque esse berçário
1517 desenvolveu em Bauru inúmeras campanhas sobre amamentação, inclusive,
1518 grande parte do banco de leite da maternidade Santa Isabel, em Bauru, é
1519 mantido pelas mães que utilizam esse berçário. Então, temos a necessidade de
1520 contratação de funcionários. Outra coisa que quero colocar e que também diz
1521 respeito à falta de contratação de funcionários, é que o Centro de Saúde Paula
1522 Souza - ligado à Faculdade de Saúde Pública - vem devolvendo todo
1523 medicamento que recebe, porque, por falta de farmacêutico, a população não
1524 pode se beneficiar desses medicamentos, que são distribuídos para a
1525 população, e aquele centro de saúde, tem a maioria dos usuários como idosos.
1526 Inclusive, foi criada uma associação dos usuários e estou trazendo uma
1527 solicitação dessa associação, que quer conversar com o senhor, porque eles
1528 fizeram a gestão em Brasília para o centro de saúde receber uma verba,
1529 através do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, e parece
1530 que está havendo um entrave muito grande entre o Centro Paula Souza e o

1531 senhor. Portanto, gostaria que o senhor dialogasse inclusive com o Diretor da
1532 Faculdade de Saúde Pública, o Diretor do Centro de Saúde, e com essa
1533 associação, onde todas as pessoas são idosas e estão necessitando do
1534 medicamento. Na minha concepção é um crime devolver medicamento e não
1535 concedê-lo, por falta de um farmacêutico, visto que é um direito da população.
1536 Também quero perguntar para o senhor, mais uma vez, o que será feito com
1537 nossas creches, porque já tivemos informes do Chefe de Gabinete, que
1538 circulou pela USP, dizendo que as creches serão fechadas. Sabemos que os
1539 funcionários já recebem o auxílio creche, mas gostaríamos, também, que as
1540 creches fossem vistas dentro da ótica da permanência estudantil, inclusive
1541 temos vários estudantes de pós-graduação, que estão mantendo seus filhos
1542 dentro do CRUSP. Penso que isso seja meio contraditório, pois uma vez
1543 cobramos isso do Professor Waldyr Jorge e ele nos respondeu, dizendo que
1544 tanto ele quanto o senhor não deveriam ser responsáveis por crianças, mas
1545 acho que vocês estão sendo, porque se essas crianças permanecem na
1546 moradia, sem creche, ficam desassistidas e desamparadas. Por isso, acho que
1547 é papel da Universidade amparar a infância e o idoso.” **Cons. João Cyro**
1548 **André (apresentação):** “Tenho me dedicado à questão orçamentária da USP,
1549 tenho prestado particular atenção a isso e vou apresentar alguns *slides*, como
1550 preparação para a discussão das Diretrizes Orçamentárias, que faremos mais
1551 adiante na sessão de hoje. Minha manifestação está sempre assentada em
1552 dois aspectos: um é a responsabilidade fiscal da USP. Existe uma questão de o
1553 nosso gasto ter de ser limitado a receitas e, eventualmente, mais um
1554 percentual que fixei em 20% da reserva financeira da Universidade de São
1555 Paulo. Adicionalmente, contas distintas entre receitas e reserva financeira, para
1556 que não seja escamoteada a situação que, do meu ponto de vista, é de crise
1557 da Universidade de São Paulo em relação à situação financeira. Olhando um
1558 pouco para o caminho que vimos trilhando, o que podemos observar é que de
1559 2010 até setembro de 2015, passamos de uma situação de resultado positivo,
1560 de R\$ 212 milhões para R\$ 75 milhões; em 2011, R\$ 575 milhões negativos;
1561 em 2012, R\$ 1,007 bilhão negativo; em 2013, R\$ 1,084 bilhão negativo, em
1562 2014, até setembro de 2015, R\$ 851 milhões negativos. Esse foi o caminho
1563 que percorremos até agora e que demonstra uma preocupação com o que virá
1564 a seguir e que debateremos hoje na discussão sobre as Diretrizes

1565 Orçamentárias. É uma situação que não pode continuar. O que percebemos é
1566 que apesar do esforço que tem sido feito na atual gestão para os cortes de
1567 gastos, em função da própria situação econômica do país e, particularmente,
1568 do Estado de São Paulo, houve um decréscimo das receitas - estou
1569 trabalhando com valores nominais - mas também a queda das despesas não
1570 tem acompanhado a queda das receitas. Ou seja, continuamos com um déficit
1571 que é significativo. As despesas continuam, desde 2011, a ultrapassarem
1572 nossas receitas ligadas ao Tesouro do Estado de São Paulo. Se olharmos os
1573 comprometimentos dos repasses do Tesouro do Estado, vamos observar que
1574 em 2010, pensando na questão do percentual de pessoal, saímos de um
1575 patamar de 80%, em 2010, para 82% em 2011, 95% em 2012, 100% em 2013,
1576 106% em 2014, e mais de 110% em 2015, com os dados que temos até agora.
1577 Se pensarmos não só no pessoal, que é o parâmetro que estamos utilizando,
1578 mas nas despesas totais que temos na Universidade, saímos de um patamar
1579 de 95%, em 2010, para um patamar de 125%, em setembro de 2015. Os dados
1580 que estou usando são dados nominais, que estão em todos os relatórios
1581 apresentados pela CODAGE, pode ser que eu tenha feito alguma conta errada,
1582 mas esses números são da CODAGE e são bem reais, talvez com pequenas
1583 diferenças. O que é importante observar é que se olharmos o número de
1584 contratados nas últimas três gestões reitorais, vemos que na gestão da
1585 Professora Suely Vilela, foram contratados 223 técnicos e administrativos e 424
1586 docentes. Na gestão Rodas, 2.414 servidores contratados e 306 docentes. E
1587 nesta gestão, 1.912 demitidos - a maior parte dentro do PIDV, e 135
1588 professores contratados. Isso mostra uma não conexão entre as várias
1589 gestões, em termos de política de recursos humanos na Universidade. Quero
1590 chamar a atenção para participação na folha, sem mostrar o VA e o VR (vale
1591 alimentação e vale refeição), temos dos docentes, temos a participação na
1592 folha dos docentes ativos na ordem de 33%, dos inativos 14%; dos técnicos e
1593 administrativos, a participação é de 46% dos ativos e 7% dos aposentados.
1594 São números extremamente significativos e que merecem uma reflexão dos
1595 dirigentes executivos da Universidade e desse Conselho Universitário.
1596 Considero que os executivos (Reitor, Pró-reitores e Diretores) são os principais
1597 responsáveis por uma correção de rumo, e o Conselho Universitário deve atuar
1598 para garantir essa correção de rumo, a comunidade deve ser convocada para

1599 participar desse esforço. E o preço de não se tomar medidas urgentes, para
1600 mim, são dois. Primeiro, no mínimo, comprometer a independência
1601 administrativa da Universidade. E no outro extremo a impossibilidade de
1602 cumprir os compromissos com pessoal e custeio e perder a capacidade de
1603 investimentos dessa Universidade.” **M. Reitor:** “Quero chamar a atenção para
1604 um fato. Está escrito 'os executivos (Reitor, Pró-reitores e Diretores) são os
1605 principais responsáveis por uma correção de rumo.' Não são. Os responsáveis
1606 são Reitor, Pró-reitores, Diretores e Conselho Universitário. Esta gestão adotou
1607 uma política muito clara, que todas as decisões relativas aos aspectos
1608 financeiros da Universidade, aos gastos, às correções salariais, ao plano de
1609 demissão voluntária, para redução do número de servidores. Essas decisões
1610 são tomadas em conjunto com o Conselho Universitário. E quando digo 'com
1611 os Diretores e o Conselho Universitário', isso extrapola as simples decisões
1612 que aqui são tomadas, mas se estende a toda gestão. Isto é, não adianta vir ao
1613 Conselho Universitário e vestir a camisa da restrição financeira, e no dia
1614 seguinte pedir uma audiência ao Reitor, falando que precisa contratar mais
1615 docentes e que queria contratar também mais alguns técnicos; mas sabe que
1616 não dá, mesmo porque há unidades com docentes manifestando-se a favor de
1617 deixar de dar disciplinas. Lembrando que eles têm responsabilidade sobre isso
1618 e este tipo de comportamento, presumo, não será aceito pelo Conselho
1619 Universitário. Então, vejam bem, os responsáveis são Reitor e Vice-reitor, Pró-
1620 reitores, Diretores e o Conselho Universitário. É aqui que decidimos os rumos
1621 da Universidade.” **Cons. José Renato de Campos Araújo:** “Primeiro, quero
1622 agradecer à Mesa, ao Professor Ignacio Poveda, pela recepção das minhas
1623 propostas como transmissão *online*, entre outras, que está sendo votada e a
1624 mudança na forma da eleição que será votada mais adiante nessa reunião,
1625 dado que foram falas minhas em reuniões anteriores. Hoje, quero fazer uma
1626 fala juntando um pouco das últimas três manifestações, inclusive a do M.
1627 Reitor. Sem dúvida, acho que o Co precisa discutir a execução orçamentária,
1628 como o orçamento está sendo levado e tudo mais, mas há algumas questões
1629 que por algum motivo não chegam à pauta do Co, como por exemplo, a
1630 questão da creche, como a Cons.^a Neli falou. Eu, pessoalmente, coloquei-me
1631 mais de uma vez. Por que estou trazendo esse assunto hoje, em especial? Dia
1632 9 de setembro, fiz um pedido via SIICUSP, dos dados financeiros das creches,

1633 com cinco pontos. Depois, se a Mesa quiser, tenho cópia disso. Como a lei lhes
1634 faculta, eles estenderam o tempo até o dia 23 de outubro e desde esse dia até
1635 hoje não tive nenhuma resposta. Obviamente, ao receber esses dados, quero
1636 ter informações sobre isso. Qual o meu interesse? Sou pai de aluno da creche,
1637 não são só servidores administrativos. Acho importante lembrar de uma coisa
1638 que pouca gente fala quando o assunto é a creche, e para isso gostaria de
1639 lembrar da fala do M. Reitor na primeira reunião desse ano, quando o senhor
1640 leu o Decreto de criação da Universidade de São Paulo, de 1934. No Decreto
1641 de criação, o senhor leu os objetivos da Universidade. Lá consta o jardim da
1642 infância como órgão da Universidade, dentro do Instituto de Educação da
1643 antiga Escola Caetano de Campos. Quem quiser, pode visitar. Lá diz com
1644 clareza que isso não é assistencialismo. É lugar de prática pedagógica, de
1645 desenvolver educação, fazer pesquisa, etc. Eu, como pai de aluno da creche -
1646 meu filho tem quatro anos -, já assinei por volta de 15 ou 20 autorizações para
1647 que ele fosse 'cobaia' de trabalhos científicos dentro das creches. As creches
1648 têm 30 anos nessa Universidade, posso estar errado, mas acho importante isso
1649 ser discutido no Co. Não quero entrar no mérito de valores, se é caro, se não é
1650 caro, porque o que se tem até agora, principalmente com relação do
1651 movimento dos pais, são algumas informações do Superintendente da SAS, do
1652 Professor Nakao, dizendo que a creche é cara. Mas gostaria, sinceramente, de
1653 saber quanto é cara? A resposta tradicional que o senhor vem me dando é que
1654 a USP cumpre os preceitos legais trabalhistas com o pagamento de auxílio
1655 creche. Concordo plenamente, mas gostaria de discutir no Co se a creche será
1656 fechada ou não. Para quem não sabe, em 2015 não entrou nenhum aluno e em
1657 2016 também não deve entrar nenhum aluno, pelo menos essa é a informação
1658 dada pela SAS. Portanto, gostaria de que esse assunto venha à pauta, senão
1659 na última reunião do ano, na primeira reunião de janeiro de 2016.” **M. Reitor:**
1660 “Já dei a informação aqui. Não foi de falas ou coisas esparsas. Dei a
1661 informação e vou repetir para que não haja dúvida. As creches custam R\$ 24
1662 milhões por ano aos cofres da Universidade e atendem 408 crianças. O auxílio
1663 creche custa R\$ 22 milhões de reais por ano e atende 3.600 crianças.” **Cons.**
1664 **Douglas Rogério Anfra:** “Sou Douglas, estudante de Filosofia dessa
1665 Universidade. Vim falar sobre algumas coisas que tenho lido, basicamente, nas
1666 relatorias feitas a respeito das reuniões do Co e, observando o tom no meio de

1667 mais uma crise que atinge a Universidade, entre várias, com aspectos até de
1668 critérios e valores, nos seguintes termos. Observamos as discussões sobre os
1669 gastos sem observar, em geral, senão em termos de certo pendor moral, do
1670 tipo 'não podemos gastar', 'temos que ter um valor positivo em relação à
1671 execução orçamentária e não podemos pedir mais dinheiro ao Governo do
1672 Estado', como fazem outras reitorias das outras universidades estaduais
1673 paulistas, como a UNESP fez, e a UNICAMP também. Mas essa Reitoria nega-
1674 se a fazer esse apelo. Isso reflete um pouco a posição dos senhores
1675 conselheiros também e é por isso que tento falar aos senhores. Essa
1676 Universidade já passou por outras crises, inclusive, em 1977, no ano em que
1677 houve a Marcha das Crianças e quando surgiu a demanda pelas creches, era
1678 um mês de grave crise na gestão do Estado, com Paulo Maluf, com cortes que
1679 ele utilizava, basicamente, instrumentalizando parte do dinheiro, dizem, para
1680 uma campanha eleitoral, para tentar se erguer à condição de Presidente da
1681 República. E cortes orçamentários foram feitos aqui. No entanto, isso não
1682 representou um corte nesses aspectos que eram considerados fundamentais.
1683 Por quê? Porque a pergunta que se fazia era: 'o que é necessário para essa
1684 Universidade? Que projetos temos como horizonte e o que deveremos fazer
1685 para isso? E o que isso implica?' Ter uma creche, no caso da Universidade,
1686 não é só realizar uma demanda de assistência estudantil, ela entrou na USP
1687 nesses termos antes da LDB falar sobre ensino infantil, mas aqueles termos
1688 passados não mais os termos de hoje. Os termos em que se desenvolveram
1689 estão relacionados à unidade de pesquisa e que faz extensão. E trabalhar
1690 nesses termos envolve pensar que as creches se relacionam com o tripé da
1691 Universidade e cumpre outro tipo de papel. Assim como outras unidades, como
1692 o HRAC e o HU, são unidades de ensino e pesquisa, não são unidades
1693 necessariamente, que cumprem uma função externa à Universidade e que está
1694 fora do projeto universitário. Além disso, falo em nome dos estudantes de pós-
1695 graduação, essa demanda atinge de modo um pouco diferente estudantes e
1696 funcionários. Na medida em que o Professor Zago apresenta a ideia de um
1697 auxílio creche, tem que ser lembrado que esse auxílio vale somente para
1698 professores e para funcionários, os estudantes estão fora dessa questão. E aí
1699 são obrigados a se relacionar com a demanda sobre creches do próprio
1700 município de São Paulo. E como é essa demanda? Mesmo tendo obrigação de

1701 cumpri-la, há uma fila de 170 mil vagas deficitárias em creches nesta cidade.
1702 Isso em alguns relatórios, pois outros, mais otimistas, apontam 90 mil pessoas
1703 que protocolaram no Ministério Público para tentar obrigar a Prefeitura a
1704 cumprir seu dever. Se a Universidade cumpria uma parte, que não era tão
1705 numerosa e, na verdade, cumpria por conta de uma necessidade da relação
1706 com a Pesquisa e outras demandas, fazendo uma gestão de qualidade e um
1707 tipo de atendimento que essa cidade não conhece, já que as creches são uma
1708 referência do ensino infantil. Não podemos tratar a questão do ensino infantil
1709 como algo de menor importância ou relevância em relação a outras unidades
1710 de pesquisa. Ela é uma unidade de pesquisa, é uma referência de políticas
1711 para a educação infantil. Por isso, deve ter considerado o mérito em relação
1712 àquilo que é necessário dentro desse projeto e, afinal, ser considerada nos
1713 termos em que ela relaciona com o projeto Universitário e o seu tripé. Então,
1714 pergunto novamente ao Reitor sobre uma posição em relação aos estudantes.
1715 Os estudantes desassistidos estão sendo abandonados, literalmente, sem
1716 nenhum tipo de auxílio creche, que não cobre o ensino de qualidade, que é
1717 comparável ao que era apresentado na Universidade. Gostaríamos de
1718 conhecer esses gastos em detalhes, pois o Professor fez o requerimento,
1719 inclusive, para saber especificamente os custos, como eles funcionam, etc.
1720 para serem divulgados aos pais e todos poderem participar desse problema da
1721 Universidade. Além disso, apresentar aqui, se há algo dentro dessa demanda
1722 das creches que reflete no projeto universitário, ele deve ter outro tipo de
1723 critério, e ser considerado com mais seriedade, não apenas como uma
1724 demanda de assistência social ou estudantil, tal qual tem sido apresentado.” **M.**
1725 **Reitor:** “Há uma questão apenas que quero esclarecer. O Conselheiro,
1726 provavelmente, fez afirmações baseadas em 'ouvi dizer'. Sem consultar fontes
1727 de fato. Pergunto se o Conselheiro assistiu as gravações ou de alguma forma
1728 procurou se informar sobre o desempenho do Reitor, que também é o
1729 Presidente do CRUESP, na recente visita à Assembleia Legislativa do Estado
1730 de São Paulo, na Comissão de Orçamento e Patrimônio. Se não viu, gostaria
1731 que não dissesse mais que este Reitor não solicita recursos, contrariando o
1732 que os outros dois Reitores fazem. O senhor não ouviu isso, o senhor ouviu
1733 falar.” **Cons.^a Julia Machini de Miranda:** “Quero colocar aqui mais uma
1734 contribuição da perspectiva dos estudantes sobre o que tem acontecido na

1735 Universidade, porque penso ser algo preocupante para nós. Digo isso porque,
1736 pelo menos na minha unidade - e sei que em várias outras -, temos tido um
1737 problema muito crônico com falta de professores, e isso tem significado o
1738 fechamento de muitas matérias. O meu curso, que é muito pautado em
1739 optativas, quase não existe mais matérias para cursarmos, as salas estão cada
1740 dia mais lotadas. Infelizmente, ficamos sabendo de provas que acontecem com
1741 os alunos sentados no chão às vezes e, para além disso, questões estruturais,
1742 como falta de bebedouros nos prédios, banheiros fechando, coisas desse tipo.
1743 Acho que são coisas muito preocupantes. Além da questão das filas dos
1744 bandejões, entre muitas outras questões que os estudantes têm colocado há
1745 um tempo. Por outro lado, fico muito decepcionada ao estar nesse Conselho,
1746 porque sinto que não há uma preocupação do tamanho que deveria haver,
1747 porque participamos das reuniões neste Conselho e as coisas são muito pouco
1748 debatidas - essas questões concretas que têm atrapalhado as atividades fim da
1749 Universidade. No último Conselho debatemos a importância de não se
1750 atrapalhar as atividades fim, mas sinto que elas têm sido muito prejudicadas. E,
1751 infelizmente, percebo que quando os funcionários ou os estudantes colocam
1752 outra perspectiva sobre a situação, é muito pouca a atenção que é dada para
1753 nós, e estamos realmente preocupados com a qualidade do ensino que temos
1754 aqui dentro. Toda essa questão das creches entra nesse bojo sobre o que
1755 significa isso que está acontecendo com a Universidade, quais são os rumos
1756 que ela vai tomar, porque, de fato, isso tudo atrapalha as atividades fim. O que
1757 o colega da pós-graduação falou é real. Existe uma comissão de estudantes,
1758 funcionários e professores que se utilizam da creche e que estão vendo um
1759 grande número de pessoas que tem tido sua pesquisa afetada pelo fato de não
1760 ter como colocar seus filhos em uma creche - a creche da Universidade - como
1761 colocavam antes. Então, gostaria de pedir que essas questões sejam olhadas
1762 com mais centralidade, porque em todas as reuniões é dito que as atividades
1763 fim não estão sendo prejudicadas, que está tudo certo na Universidade, mas a
1764 realidade, para quem está dentro da sala de aula, é bem oposta a isso, e isso
1765 tem afetado estudantes de muitos lugares da Universidade. Conversamos com
1766 pessoas dos interiores, que têm apresentado problemas semelhantes, das
1767 Exatas, das Humanas, das Biológicas. Portanto, não é uma questão só da
1768 minha unidade, mas creio ser uma questão geral da Universidade. É um

1769 problema central para nós, estudantes, e acredito que os funcionários e os
1770 estudantes da pós-graduação tenham as mesmas questões a ser colocadas.”

1771 **Cons. José Sérgio Fonseca de Carvalho:** “Venho em nome da Congregação
1772 da Faculdade de Educação reiterar a importância da discussão das creches da
1773 USP, para que tenhamos o panorama do tamanho que esse problema tomou.
1774 Vou pular toda a primeira parte da minha fala, que já foi dito, gostaria apenas
1775 de acrescentar dois dados. O tratamento dos problemas das creches da
1776 Universidade de São Paulo como mera questão administrativa elide, a meu ver,
1777 e ao ver da Congregação, o fato de que, embora tenham sido criadas como
1778 resposta a uma demanda social dos trabalhadores e estudantes da USP, as
1779 creches da Universidade de São Paulo ganharam autonomia e relevância no
1780 panorama da educação infantil nacional e internacional. As creches da USP
1781 têm sido objetos de pesquisa dos professores da Faculdade de Educação,
1782 algumas dessas pesquisas publicadas no exterior, como o caso da Professora
1783 Isabel Galvão. Os alunos da Faculdade de Educação têm feito estágio com
1784 frequência. A formação que eles recebem nessa creche os têm levado a
1785 ocupar lugar de proeminência no debate público sobre educação infantil no
1786 Brasil. O que me leva a crer, senhor Reitor, que nossa conta não pode ser
1787 simplesmente 400 crianças e famílias beneficiadas. Os beneficiados pela
1788 creche da USP são hoje todos aqueles que são ligados à educação pública
1789 infantil no Estado de São Paulo. Fazer as contas de 400 é elidir nosso
1790 problema. A creche da USP hoje é um patrimônio cultural da Universidade e
1791 seus destinos devem ser tratados como tal. Nesse sentido, gostaria de propor
1792 que soubéssemos quanto se gasta com as creches, qual o seu custo, mas que
1793 a comparássemos a outros cursos que - esses sim - não são atividades fim da
1794 Universidade de São Paulo. Como conselheiro, gostaria de saber quanto
1795 gastamos com a segurança privada que, supostamente, zela pelo patrimônio
1796 dos nossos automóveis nos estacionamentos, e comparar com o gasto da
1797 creche da USP. Gostaria que puséssemos em pauta, por exemplo, quanto
1798 custa na Universidade de São Paulo os carros e motoristas dos diretores, e
1799 pensássemos se eles são prioridade em relação ao ensino infantil. Se
1800 considerarmos que eles são prioritários, podemos, sim, dizer, aí temos
1801 responsabilidade fiscal, porque a responsabilidade fiscal implica a possibilidade
1802 da decisão política a partir de dados, caso contrário, não há a responsabilidade

1803 fiscal, haverá simplesmente uma obediência fiscal. Sou favorável à
1804 responsabilidade fiscal e creio que ela só poderá acontecer a partir do
1805 momento que tivermos os dados claros e detalhados sobre os lançamentos na
1806 USP e fizermos nossa opção, que, eventualmente, será o fechamento da
1807 creche, mas que isso seja uma opção - reiterando a palavra do Reitor – ‘deste
1808 Conselho’ e das demais unidades diretamente ligadas ao problema da creche.”

1809 **Cons. Lucas Santos Sorrillo:** “Quanto à polêmica das creches, esperamos
1810 que a cada dia o oferecimento de creches para os servidores, até para os
1811 professores, talvez para os alunos, seja maior. Acredito que com a
1812 terceirização ele está cada vez maior, cada vez mais universal, então temos
1813 tido ganhos para toda a comunidade da USP. Gostaria de me desculpar,
1814 enquanto aluno, em relação a uma coisa. Talvez não participamos do debate
1815 que gerou as diretrizes orçamentárias como deveríamos. Infelizmente, há
1816 setores e setores dentre os estudantes, e a gestão do DCE ainda não indicou
1817 os membros da COP. Gostaríamos muito de ter participado, mas a pergunta
1818 que quero fazer, talvez já tenha sido respondida nesses debates,
1819 principalmente pelo Professor Adalberto, de quem sou aluno. Por que não está
1820 se debatendo seriamente a possibilidade de um *endowment* da USP e do
1821 incentivo aos *endowments* aos fundos patrimoniais das unidades? O Professor
1822 Zago acabou de falar sobre por que o Lemann não investe mais em educação
1823 no Brasil, de tantos funcionários que ele tira da nossa Universidade, mas talvez
1824 não tenhamos criado incentivos suficientes, como outras universidades do
1825 mundo têm criado, para que esses empresários possam investir na Faculdade
1826 e criarmos alternativas orçamentárias muito bem regradas e regulamentadas
1827 pela própria Universidade, para que não tenhamos conflito entre o interesse
1828 privado e o público, mas que tenhamos acréscimo nos interesses privados e
1829 públicos. Gostaria que fosse considerada seriamente a possibilidade de se
1830 estudar a criação de um *endowment* e incentivar os *endowments* em todas as
1831 unidades.” **Cons.^a Leny Sato:** “Quero ler uma moção que foi elaborada pela
1832 Congregação do Instituto de Psicologia na nossa última reunião, quando a
1833 Congregação tomou conhecimento da situação dos servidores dos
1834 restaurantes que são administrados pela SAS. Passo à leitura: 'A Congregação
1835 do Instituto de Psicologia, reunida em 19.10.2015, manifesta sua preocupação
1836 com as condições de trabalho nos restaurantes administrados pela

1837 Superintendência de Assistência Social da USP. A falta de pessoal para
1838 atender a demanda dos mais de 80 mil alunos da Universidade vem trazendo
1839 uma série de problemas aos seus funcionários, relacionados à sobrecarga de
1840 trabalho, com potencial risco de adoecimento físico e psíquico. Diante disso,
1841 manifestamos nosso repúdio ao corte de salários desses trabalhadores, em
1842 decorrência da paralização feita por eles no dia 18.9.2015. As atuais condições
1843 de trabalho ferem os fundamentos constitucionais de proteção à dignidade
1844 humana e do valor social do trabalho, artigo 1º, incisos III e IV. E a referida
1845 paralização dos funcionários foi um ato de legítima defesa frente a essa
1846 situação e de recusa de submissão a tal ilegalidade. Acima de tudo,
1847 acreditamos que o corte dos salários em tal episódio demonstrou uma grave
1848 insensibilidade da administração da Universidade frente à situação desses
1849 trabalhadores, já penalizados cotidianamente pelas condições que enfrentam
1850 em seus locais de trabalho. Assim, solicitamos a reversão dessa medida, pelo
1851 bem de uma instituição que tenha como base em suas relações os princípios
1852 de liberdade, justiça, dignidade humana e solidariedade, conforme consta no
1853 Código de Ética da Universidade de São Paulo.' Essa foi uma solicitação da
1854 nossa Congregação. Também quero manifestar minha decepção ao constatar
1855 a impossibilidade de discutirmos as mudanças em relação à composição do
1856 Colégio Eleitoral, como discutimos no Caderno I, referentes à eleição para
1857 Diretor e Vice-Diretor. Várias propostas foram feitas e, infelizmente, não
1858 pudemos fazer essa discussão." Ato seguinte o M. Reitor passa ao **CADERNO**
1859 **V – ELEIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS DOCENTES NO**
1860 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO 1. PROTOCOLADO 2015.5.1671.1.8 –**
1861 **SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Ofício da Superintendente Jurídica, Prof.^a
1862 Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci, à Procuradora Geral, Dr.^a Márcia Walquíria
1863 Batista dos Santos, encaminhando o texto que trata da eleição da
1864 representação das categorias docentes, transmissão das sessões dos
1865 colegiados e eleições de Vice-Diretor e Vice-Chefe de Departamento, no
1866 âmbito da reforma do Estatuto e Regimento Geral da USP, a cargo da
1867 Comissão criada pela Portaria 826/2015, para apreciação da Procuradoria
1868 Geral (27.10.15). **Parecer da PG:** esclarece que, do ponto de vista jurídico, não
1869 há óbices à aprovação da proposta (29.10.15). **Parecer da CLR:** após ampla
1870 discussão sobre os textos que tratam da eleição da representação das

1871 categorias docentes; transmissão das sessões dos colegiados; e eleições de
1872 Vice-Diretor e Vice-Chefe de Departamento, aprova versão atualizada dos
1873 mesmos, incorporando as sugestões propostas em plenário, conforme material
1874 anexo (04.11.15). Proposta que trata da eleição da representação das
1875 categorias docentes no Co. **Texto atual:** Artigo 215 – A eleição dos
1876 representantes das categorias docentes no Conselho Universitário processar-
1877 se-á em duas fases. § 1º – Na primeira fase, em cada Unidade, serão eleitos,
1878 mediante voto secreto e direto, os delegados de cada uma das categorias e os
1879 respectivos suplentes. § 2º – Cada eleitor votará em apenas dois nomes, um
1880 para delegado, e outro, para suplente. § 3º – Os delegados e seus suplentes
1881 deverão pertencer à categoria que os escolher. § 4º – Na segunda fase, os
1882 delegados das categorias de todas as Unidades constituirão colégio eleitoral
1883 que, por voto direto e secreto, elegerão os respectivos representantes e
1884 suplentes junto ao Co. § 5º – As candidaturas serão registradas
1885 individualmente na Secretaria Geral. § 6º – As eleições realizar-se-ão em
1886 primeira convocação, com a presença de mais da metade dos membros de
1887 cada categoria e, em segunda, com qualquer número. **Texto proposto:** Artigo
1888 215 – Os representantes das categorias docentes no Conselho Universitário
1889 serão escolhidos por meio de eleições em chapas, com até dois turnos de
1890 votação e com voto direto e secreto, nos termos dos parágrafos deste artigo. §
1891 1º - Os candidatos a titular e suplente deverão fazer inscrição prévia de suas
1892 candidaturas, em forma de chapa. § 2º - As inscrições das chapas ficarão
1893 abertas na Secretaria Geral pelo prazo de dez dias, e serão realizadas da
1894 forma prevista em normas padronizadas acerca de procedimentos eleitorais
1895 aprovadas pela Comissão de Legislação e Recursos. § 3º - Cada eleitor votará
1896 em apenas uma chapa de candidatos à representação de sua categoria. § 4º –
1897 Caso nenhuma das chapas obtenha maioria absoluta no primeiro turno,
1898 proceder-se-á a um segundo turno, realizado quinze dias após, entre as duas
1899 mais votadas, considerando-se eleita a que obtiver maioria simples. § 5º - Caso
1900 haja empate entre chapas, no primeiro ou segundo turnos, serão adotados
1901 como critério de desempate, sucessivamente: I – o maior tempo de serviço
1902 docente na USP do candidato a titular; II – o maior tempo de serviço docente
1903 na USP do candidato a suplente; III – o maior tempo de serviço na respectiva
1904 categoria do candidato a titular; IV – o maior tempo de serviço na respectiva

1905 categoria do candidato a suplente; V – o candidato a titular mais idoso; VI – o
1906 candidato a suplente mais idoso. § 6º - A Comissão de Legislação e Recursos
1907 poderá autorizar a realização da eleição de forma eletrônica, desde que
1908 certificada a segurança do sistema a ser utilizado. **Texto atual:** Artigo 216 – O
1909 edital de convocação, para as eleições referidas no artigo anterior, fixará o
1910 número de delegados de cada categoria por Unidade, mantendo a
1911 proporcionalidade com o total dos membros da categoria. Parágrafo único – A
1912 proporcionalidade será fixada pelo Co e poderá ser revista periodicamente.
1913 **Texto proposto:** Artigo 216 – revogada. **Texto atual:** Artigo 217 - O edital de
1914 convocação deverá ser publicado pelo menos trinta dias antes da data fixada
1915 para a primeira fase da eleição e deverá conter normas para disciplinar o
1916 processo eleitoral. **Texto proposta:** Artigo 217 – O edital de convocação da
1917 eleição de que trata o artigo 215 será publicado com pelo menos trinta dias de
1918 antecedência em relação à data fixada para a realização do primeiro turno da
1919 eleição. **Alteração do Regimento do Conselho Universitário. Texto atual:**
1920 Artigo 4º – As eleições dos membros do Co, indicados nos incisos VIII, XII e
1921 XVIII do art 15 do Estatuto, na segunda fase, serão efetuadas com os
1922 delegados eleitos na primeira fase e sob a coordenação da Secretaria Geral,
1923 em data e hora fixadas em edital, presididas por um professor indicado pelo
1924 Reitor. [...] § 2º – Ocorrendo empate, no caso da representação docente,
1925 observa-se o disposto no art. 220 do Regimento Geral. [...] **Texto proposto:**
1926 Artigo 4º – As eleições dos membros do Co, indicados nos incisos XII e XVIII
1927 do art. 15 do Estatuto, na segunda fase, serão efetuadas com os delegados
1928 eleitos na primeira fase e sob a coordenação da Secretaria Geral, em data e
1929 hora fixadas em edital, presididas por um professor indicado pelo Reitor. [...] §
1930 2º – revogado [...] Artigo 4º-A – As eleições dos representantes das categorias
1931 docentes no Conselho Universitário, processadas na forma dos artigos 215 e
1932 217 do Regimento Geral, serão efetuadas sob a coordenação da Secretaria
1933 Geral e presididas por um professor indicado pelo Reitor. **M. Reitor:** “É uma
1934 proposta que vem dos representantes de categoria docente no Conselho. Eles
1935 fazem uma proposta de eleição direta. Quero lembrar que, como parte da
1936 proposta, se contempla uma votação eletrônica que permite ouvir todos os
1937 docentes da Universidade. Neste sentido, a Universidade tomou providências
1938 para instalar um sistema de votação que já foi testado em mais de uma

1939 unidade, está sendo progressivamente testado e, neste momento, entre ontem
1940 e hoje, há um teste correndo para todos os membros do Conselho
1941 Universitário, titulares e suplentes. Pedimos, então, a todos que possam, que
1942 completem a votação. Os que não tiverem computador, há *tablets* disponíveis,
1943 é só levantar a mão que o pessoal da STI traz. É exatamente para termos um
1944 teste e sentir como esse sistema de votação simplifica a vida. Tenho a
1945 impressão de que a grande maioria já votou, mas aqueles que quiserem é só
1946 se manifestar que eles trarão um computador, pois às 16 horas eles encerrarão
1947 e faremos a apuração. A proposta trata da eleição de representantes e está
1948 aqui regulamentada e gostaria de perguntar aos representantes das categorias
1949 docentes que encaminharam a proposta, se querem esclarecer alguma coisa.”
1950 Não há manifestações. **M. Reitor:** “Então, vamos adiante. Há alguma dúvida
1951 quanto à proposta que aqui está?” **Cons. Benedito Honório Machado:**
1952 “Quero, primeiramente, cumprimentar a representação das categorias docentes
1953 pelo trabalho que definiria hercúleo. Primeiro, porque essa proposta superará o
1954 que eu definiria como um processo, do ponto de vista democrático, que
1955 caracterizaria como sendo medieval. Aquela eleição em dois turnos era uma
1956 coisa absolutamente fora de propósito. Lembro-me uma vez, como candidato à
1957 representação dos Associados, junto com o Professor Sérgio Adorno, fomos
1958 candidatos, fizemos uma chapa e, obviamente, perdemos aquela eleição.
1959 Então, acho que é um avanço importante e penso que isso dá um tom muito
1960 importante para a Universidade, na direção da sua modernização do ponto de
1961 vista da democratização que tanto queremos. Mas mais do que isso.
1962 Transformar esse processo medieval simplesmente não será suficiente e é
1963 nessa direção que solicito a esse colegiado, ao Professor Zago e à
1964 Administração da Universidade, para que tenhamos decisões que sejam
1965 absolutamente representativas em todos os momentos da vida universitária,
1966 especialmente em momentos críticos como esse, a representação dos 6 mil
1967 professores dessa Universidade não pode permanecer nos ombros hercúleos
1968 de três ou quatro representantes, um para cada categoria. Um representante
1969 dos Doutores, o Professor José Renato, com quem tive oportunidade de
1970 conversar hoje, por mais esforços que ele faça para representar os cerca de
1971 três mil Doutores dessa Universidade, não é razoável, não é defensável.
1972 Tampouco, um representante para 1.600 ou 1.700 Associados; da mesma

1973 forma, o representante dos Titulares, o Professor Baffa, que faz o melhor, mas
1974 não tem como representar os cerca de 900 Professores Titulares. Portanto,
1975 esse é um aspecto importante. Se queremos que o Conselho Universitário
1976 realmente tome as decisões em relação ao rumo que a Universidade deve ter
1977 quanto ao seu futuro, especialmente em momentos de crise, temos que
1978 superar esses entraves 'medievais', que era o processo em tela nessa votação,
1979 e especialmente os processos que definiria como sendo pré-históricos de um
1980 único representante para cada categoria docente.” **M. Reitor:** “Concordo. Acho
1981 que precisamos rediscutir todas essas coisas. Infelizmente, houve um
1982 momento em que essa discussão avançava e levamos um tiro no pé, porque,
1983 como disse uma representante sindical, não era para votar, era preciso impedir
1984 que o Conselho Universitário votasse. Acho que o processo de votação é o
1985 processo que faz avançar essas coisas. É isso que estamos fazendo nesses
1986 dias. O Presidente da CLR está aqui. Eles trabalharam exaustivamente para
1987 conseguir fazer com que esses elementos mais centrais da governança, para
1988 completar toda essa questão de mandatos, etc. pudessem chegar a um fim,
1989 pois continuamente temos mandatos que se esgotam e novas eleições
1990 precisam ser feitas. Então, esse não era o momento de retornar à discussão a
1991 respeito de composição de colegiados e coisas desse tipo. Não quer dizer que
1992 nos opomos a isso, quer dizer que o momento passou e agora pode retornar. É
1993 preciso construir esse momento adequadamente, precisa que o Conselho todo
1994 esteja convencido de que é bom discutir isso. Não precisa que todos
1995 concordem. Tivemos hoje uma demonstração de que da discordância podem
1996 surgir progressos e avanços. Agora, neste momento, precisamos liquidar esta
1997 fatura e voltarmos inclusive a pensar que uma representação maior - que é
1998 necessária, porque a USP é muito grande - precisa ser analisada no que tange
1999 ao funcionamento deste Conselho, até que ponto é prático trabalharmos com
2000 um conjunto imenso de pessoas que não podem falar, porque se todos
2001 quiserem falar, isso nunca termina. Portanto, precisamos buscar soluções que
2002 sejam práticas e que, como o senhor disse, façam avançar a Universidade no
2003 século XXI. Estou perfeitamente de acordo com isso.” **Cons. Bruno Sperb**
2004 **Rocha:** “No Caderno I fiz uma declaração de abstenção e disse que ela valia
2005 para os demais Cadernos e justifiquei. Em relação ao tema do Caderno V e
2006 eleição dos representantes de categoria docente, parece-me que o que está

2007 em votação passa muito longe - para dizer o mínimo - de resolver o problema.
2008 Não altera o fundamental. Não altera o fato de que a Universidade é dirigida
2009 por um Conselho Universitário onde praticamente ninguém é eleito, inclusive.
2010 Não só não respeita a LDB, mas sequer a maior parte dos membros do
2011 Conselho Universitário é eleita em qualquer tipo de eleição direta, eleita pela
2012 comunidade universitária. E como já foi dito recentemente pela ADUSP, o
2013 Conselho Universitário tem cerca de um terço de seus membros diretamente
2014 ligados à direção ou proprietários de fundações ou de empresas terceirizadas
2015 que atuam dentro da USP. E essa proposta não altera nada disso. No entanto,
2016 em relação a essa proposta, considerando que ela, diferente das demais, vem
2017 dos representantes de categorias docentes e caminha no sentido de
2018 assemelhar a eleição dos representantes à forma de eleição que já existe entre
2019 os representantes dos funcionários - somos eleitos por eleição direta, com
2020 consulta a todos os membros - vemos a necessidade de apoiar a proposta dos
2021 representantes dos docentes. Era isso e quero, oportunamente, fazer um
2022 comentário sobre uma questão secundária que foi citada pela Mesa, que é a
2023 consulta eletrônica. Não nos opomos ao uso da consulta eletrônica por nenhum
2024 motivo, no entanto, para a nossa categoria é sensível o fato de que a eleição
2025 com a cédula de papel é menos excludente para uma parte da categoria, que
2026 não trabalha com computador, não usa o computador e tende a ter maior
2027 dificuldade em participar. Então, agora não é sobre a matéria em votação e sim
2028 sobre um comentário do Reitor, parece-me que é necessário não contrapor as
2029 duas coisas e manter, de alguma forma, a possibilidade de quem quiser, poder
2030 votar no seu local de trabalho, na sua unidade, através do papel, da urna." **M.**
2031 **Reitor:** "Obrigado. Este é um cuidado que sempre será tomado em qualquer
2032 tipo de eleição, mesmo aquelas que envolvam estudantes, professores. É
2033 sempre necessário manter a opção da votação em cédula. A votação eletrônica
2034 dá conta de 95% a 98%, dependendo da categoria, mas há aquele que pode
2035 alegar que não tem um computador e logo não pode votar, e esse não pode ser
2036 excluído do direito de voto. Há, ainda, aquele que não quer administrar um
2037 computador, que não quer ceder sua senha, e assim por diante. Então, esse
2038 cuidado sempre será tomado, faz parte da questão da votação eletrônica,
2039 diferentemente da votação do sistema eleitoral brasileiro, que exige que todos
2040 votem em urna eletrônica. Portanto, o que está em votação é a proposta da

2041 CLR. Vou colocar em votação separadamente. Primeiro, a alteração do
2042 Regimento Geral da USP, em que o *quorum* é 60 votos positivos. Se isso for
2043 aceito, terá de mudar, também, o Regimento do Conselho Universitário, cujo
2044 *quorum* é de maioria simples.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação.
2045 **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 96
2046 (noventa e seis) votos; Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 3 (três); Total de
2047 votantes = 99 (noventa e nove). É aprovado o parecer da CLR, favorável à
2048 proposta de alteração do Regimento Geral, tendo em vista a proposta de texto
2049 que trata da eleição da representação das categorias docentes no Conselho
2050 Universitário. Ato seguinte, dando continuidade ao Caderno V, o **M. Reitor**
2051 coloca em votação a **alteração do Regimento do Conselho Universitário**.
2052 **Votação**: Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 94
2053 (noventa e quatro) votos; Não = 0 (zero) votos; Abstenções = 0 (zero); Total de
2054 votantes = 94 (noventa e quatro). É aprovado o parecer da CLR, favorável à
2055 proposta de alteração do Conselho Universitário, tendo em vista a proposta de
2056 texto que trata da eleição da representação das categorias docentes no
2057 Conselho Universitário. Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **CADERNO VII.**
2058 **ELEIÇÃO EXCLUSIVA DE VICE-DIRETORES DE UNIDADES – MANDATO**
2059 **TAMPÃO. PROTOCOLADO 2015.5.1671.1.8 – SUPERINTENDÊNCIA**
2060 **JURÍDICA. Texto atual:** Artigo 46 – (...) § 14 - O Vice-Diretor substituirá o
2061 Diretor em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso de vacância.
2062 Artigo 46-A – [...] **Texto proposto:** Artigo 46 – (...) § 14 – O Vice-Diretor
2063 substituirá o Diretor em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso
2064 de vacância, devendo-se realizar, nesta última hipótese, eleição exclusiva para
2065 a função de Vice-Diretor, nos termos do artigo 46-B. Artigo 46-A – [...] Texto
2066 original: Artigo 46-B - Ocorrendo vacância exclusivamente da função de Vice-
2067 Diretor, cumprirá ao Diretor deflagrar, de imediato, processo de eleição para o
2068 preenchimento da função, a ser concluído no prazo máximo de sessenta dias.
2069 § 1º - A eleição será realizada em até dois turnos, com inscrição prévia de
2070 candidaturas individuais, de acordo com os procedimentos previstos no artigo
2071 46, no que for compatível. § 2º - Eleito, o novo Vice-Diretor entrará em
2072 exercício, e seu mandato, pautado pelo programa de gestão referido no § 2º do
2073 artigo 46, encerrar-se-á juntamente com o do Diretor. Proposta alternativa CLR:
2074 Art. 46-B- Ocorrendo vacância exclusivamente da função de Vice-Diretor,

2075 cumprirá ao Diretor indicar um Vice-Diretor, que deverá ser homologado por
2076 colegiado composto nos termos do art. 46, § 7º. Parágrafo único- Na hipótese
2077 do caput, o Vice-Diretor entrará em exercício e seu mandato, pautado pelo
2078 programa de gestão referido no § 2º do artigo 46, encerrar-se-á juntamente
2079 com o do Diretor. **Texto atual:** Título X – Disposições Transitórias (...) Artigo
2080 4º-B – [...] § 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o mandato do primeiro Vice-
2081 Diretor eleito segundo o sistema de inscrição prévia de chapas será limitado ao
2082 do Diretor com o qual foi eleito. **Texto proposto:** Título X – Disposições
2083 Transitórias (...) Artigo 4º-B – [...] § 2º - Se, antes do encerramento do mandato
2084 do atual Diretor, esgotar-se o mandato do atual Vice-Diretor, será realizada
2085 escolha exclusiva para esta função, nos termos do artigo 46-B. § 3º - O
2086 mandato do Vice-Diretor escolhido nos termos do caput e do § 2º será limitado
2087 ao término do mandato do Diretor. **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci:** “As
2088 duas alternativas foram debatidas pela CLR, que admitiu esse texto original
2089 que replica e reproduz a sistemática que acabou de ser aprovada em relação à
2090 eleição de Vice-Reitor na hipótese de vacância exclusiva. Foi aprovado mais
2091 cedo o Caderno III, que se houver a vacância do cargo de Vice-Reitor, será
2092 feita eleição para mandato tampão, ele cumpre o mandato correspondente ao
2093 período do Reitor. Pois bem, esse é o texto original que foi proposto pela
2094 Comissão, para vacância exclusiva do cargo de vice-diretor. A proposta
2095 alternativa - a CLR debateu e considerou que as duas propostas seriam
2096 aceitáveis – foi, em termos mais simples, uma vez que diferentemente do vice-
2097 reitor que tem funções administrativas - pelo Regimento da USP -; como as
2098 funções do vice-diretor são mais singelas, foi sugerida outra alternativa, que é
2099 essa que consta como proposta alternativa da CLR, segundo a qual, nessa
2100 hipótese, o diretor indicaria um vice-diretor. Então, o diretor indica um vice-
2101 diretor e submete esse nome à homologação por um colegiado composto nos
2102 termos do artigo 46, parágrafo sétimo, ou seja, o mesmo colegiado que elegeu
2103 o diretor. Seria uma espécie de eleição indireta.” **M. Reitor:** “Sim, é uma
2104 eleição em que o diretor sugere um nome e o colegiado aprova ou não. O
2105 mesmo colegiado que elege normalmente, para o mandato tampão,
2106 obviamente, até terminar seu mandato. A lógica é que se originaram de uma
2107 chapa, se em um momento o vice-diretor sai, é bom que haja uma interação
2108 entre o diretor e o novo vice-diretor. Então, são apresentadas duas opções.

2109 Vou colocar na ordem a votação, isto é, se o texto original for aprovado, não
2110 votaremos a proposta alternativa. Mas uma das duas precisa ser aprovada,
2111 chamo a atenção para isso, pois, caso contrário, ficaremos com um vácuo.
2112 Algo mais a ser esclarecido? É mudança estatutária e precisamos ter maioria
2113 qualificada para aprovar. Se não aprovar nem uma nem outra, ficamos sem
2114 provimento. Aí terá que consultar a consultoria jurídica, consultar a CLR e aí
2115 vira aquela confusão. Por isso, é melhor ter uma solução, uma ou outra.” **Cons.**
2116 **Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari**: “Apenas para, na qualidade de membro
2117 da CLR, acrescentar um elemento que a Comissão considerou como
2118 justificativa de porque não, necessariamente, usar a mesma sistemática para
2119 escolha de vice-diretor para o mandato tampão daquela utilizada para o vice-
2120 reitor. Porque no caso do vice-reitor, há uma imposição legal que estabelece a
2121 obrigatoriedade de se fazer a lista tríplice para escolha pelo governador.
2122 Portanto, o Conselho Universitário não teria condições de adotar para a
2123 escolha do vice-reitor sistemática que não a do processo eleitoral que é
2124 utilizado para reitor. Não que julgássemos isso melhor, mas é porque aí há
2125 uma limitação legal. Na medida em que essa limitação não existe para a
2126 definição do vice-diretor, que temporariamente, apenas para completar a
2127 mandato do seu antecessor, será indicado, é que nos pareceu mais condizente
2128 com a sistemática de chapa que houvesse a sugestão de um nome pelo
2129 Diretor, mas, de toda a maneira, a necessidade de sua homologação pelo
2130 mesmo colégio eleitoral que escolhe o diretor. Caso esse colégio eleitoral não
2131 homologue, o diretor terá que fazer uma nova indicação. Isso nos pareceu mais
2132 condizente com a sistemática de escolha do diretor, mas a razão da diferença
2133 com o vice-reitor é fundamentalmente de ordem legal.” **M. Reitor**: “Isto me leva
2134 a reconsiderar o seguinte: a proposta alternativa da CLR que contempla a
2135 noção de chapa deve ser votada prioritariamente. Se ela não atingir o número
2136 de votos necessários, colocaremos a segunda opção que, de fato, aqui está em
2137 primeiro lugar. Então, o que vamos votar é a proposta alternativa da CLR que,
2138 no caso de mandato tampão para vice-diretor, o diretor escolhe um nome e
2139 submete este nome ao mesmo colégio eleitoral que elegeu o vice-reitor. É
2140 necessário aprovar o parágrafo 14, este é sempre necessário, seja uma
2141 votação ou outra. Então, ele está incluído na votação que faremos agora.
2142 Primeiro, a proposta alternativa da CLR. Os que tiverem de acordo com essa

2143 opção, devem votar sim.” Procedidas as votações – primeiramente a proposta
2144 da CLR, seguida do texto original – é detectado possível problema no sistema
2145 de votação, o que leva o **M. Reitor** a cancelar ambas as votações e refazê-las.
2146 **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Antes da questão de inverter a
2147 ordem, preocupa-me o seguinte: ainda estamos falando de temas que dizem
2148 respeito à alteração do Estatuto, portanto, da necessidade de um *quorum*
2149 qualificado de 79 votos. A menos que haja um erro bastante significativo no
2150 número total, estamos com 89 ou 94, em uma votação anterior, de membros
2151 presentes, quando, ao início da nossa votação, estávamos com 108 ou 106.
2152 Pergunto se, a se confirmar que o *quorum* de presença neste momento
2153 realmente é esse, é realmente conveniente dar continuidade a temas que
2154 demandam o voto qualificado, porque pela ausência podemos estar
2155 prejudicando a votação.” **Secretário Geral:** “Nosso *quorum*, em contagem
2156 manual, é de 103. Agora, o problema é temos que acertar a questão e talvez
2157 seja o caso, se for refeita a votação, de todos prestarem atenção.” **M. Reitor:**
2158 “Vou fazer novamente as duas votações, começando, mais uma vez, pela
2159 proposta da CLR.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** “Antes de iniciar a
2160 votação, acho estranho fazer novamente uma votação que já aconteceu.
2161 Repetir uma votação na qual não foi observada nenhuma irregularidade, para
2162 mim é casuísmo. Muitas vezes criticamos nosso Congresso Nacional, onde fica
2163 um deputado conversando em um canto, outro no outro canto, mas estamos
2164 fazendo o mesmo aqui. Lamentavelmente, se as pessoas perdem a votação,
2165 paciência. Perderam.” **M. Reitor:** “Não se trata das pessoas perderem a
2166 votação, havia exclusivamente um membro fora, que não votou. Estamos
2167 falando de defeito no sistema de votação.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:**
2168 “No primeiro caso, acho que não houve.” **M. Reitor:** “Há várias pessoas se
2169 manifestando, professor. E qual é o mal de repetir? Você acha que as pessoas
2170 podem mudar o voto? E mudar o voto é ruim? Estou suficientemente
2171 esclarecido, vou submeter a duas rodadas de votação.” **Cons. Jefferson**
2172 **Antonio Galves:** “Só quero defender a proposta alternativa. É uma tragédia
2173 quando o vice-diretor, por alguma infelicidade, não se dá bem com o diretor. Já
2174 aconteceu em institutos, no meu, por exemplo. Portanto, é muito razoável que
2175 o diretor indique o nome para ser referendado ou não. Mas não vamos fazer
2176 uma brincadeira de colocar um vice que pode ser um inimigo político. Assim

2177 acaba com a administração.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada:** “O que
2178 estou entendendo é que não está dando *quorum*. Certo?” **Secretário Geral:**
2179 “Não, há 103 membros no Co, tem *quorum*.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli**
2180 **Wada:** “Mas então, quem não está votando? Porque tem 89.” **M. Reitor:**
2181 “Vamos votar e conferir.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada:** “E a que
2182 antecedeu também.” **M. Reitor:** “Vamos votar e conferir.” **Cons.ª Neli Maria**
2183 **Paschoarelli Wada:** “É, vamos conferir, porque se o diretor ou o representante
2184 foram embora, irresponsabilidade dele. Agora, não vai passar o trator.” **M.**
2185 **Reitor:** “Ninguém foi embora, vamos votar e conferir.” **Vice-Reitor:** “Só para
2186 deixar claro, são 103 pessoas presentes e só foram computados 89 votos.” **M.**
2187 **Reitor:** “Vamos fazer a votação e vou chamar nominalmente todos aqueles que
2188 aparecerem aqui como não votantes. Não é abstenção, é o não votante. E
2189 assim conferimos, fazemos uma, depois a outra. Não tem nenhum motivo para
2190 suspeitar que o Reitor quer isso ou quer aquilo. Não quer nada, quer apenas
2191 conduzir a votação. Está em votação a proposta da CLR, pois este é o hábito,
2192 votamos aquilo que a Comissão encaminhou.” Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca
2193 em votação o Caderno VII, começando pelo texto proposto pela CLR. **Votação:**
2194 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 77 (setenta e sete)
2195 votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 12 (doze); Total de votantes = 100
2196 (cem). Não é aprovado o texto proposto pela CLR quanto à alteração do artigo
2197 46-B do Estatuto, referente à eleição exclusiva de vice-diretores de unidades –
2198 mandato tampão. O **M. Reitor** faz a conferência nominal em relação aos não
2199 votantes registrados no painel eletrônico. Conclui-se que não houve
2200 discrepância. **M. Reitor:** “O número que está aqui representa a votação que foi
2201 feita, isto é, não houve número suficiente para aprovar. Passarei à votação da
2202 proposta do texto original, isto é, eleição completa para vice-diretor.” Ato
2203 seguinte, dando continuidade ao Caderno VII, o **M. Reitor** coloca em votação o
2204 texto original. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado:
2205 Sim = 65 (sessenta e cinco) votos; Não = 26 (vinte e seis) votos; Abstenções =
2206 9 (nove); Total de votantes = 100 (cem). Não é aprovado o texto original para
2207 alteração do artigo 46-B do Estatuto, referente à eleição exclusiva de vice-
2208 diretores de unidades – mandato tampão. O **M. Reitor** faz novamente a
2209 conferência nominal em relação aos não votantes registrados no painel
2210 eletrônico, sendo corrigidos manualmente os votos não computados por conta

2211 de falha no sistema (1 não e 1 abstenção). **M. Reitor:** “Está certo. Não há
2212 dúvidas. Então, nenhuma das duas propostas atingiu o número de votos
2213 necessário. Ou seja, não há solução com relação a isso, quando ocorrer
2214 alguma situação, a CLR e o Conselho Universitário resolvem.” A seguir, o M.
2215 Reitor passa ao **CADERNO VIII – ELEIÇÃO EXCLUSIVA DE VICE-CHEFE DE**
2216 **DEPARTAMENTO – MANDATO TAMPÃO. PROTOCOLADO 2015.5.1671.1.8**
2217 **– SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA. Texto atual:** Artigo 55 – [...] § 1º – O
2218 Vice-Chefe substituirá o Chefe em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á
2219 no caso de vacância, devendo-se realizar, nesta última hipótese, eleição
2220 exclusiva para a função de Vice-Chefe, nos termos do parágrafo 6º a 8º. **Texto**
2221 **proposto:** Artigo 55 – [...] § 1º – O Vice-Chefe substituirá o Chefe em suas
2222 faltas e impedimentos,55 e suceder-lhe-á no caso de vacância, devendo-se
2223 realizar, nesta última hipótese, eleição exclusiva para a função de Vice-Chefe,
2224 nos termos do parágrafo 7º a 9º. [...] § 7º - Ocorrendo a vacância apenas da
2225 função de Vice-Chefe, caberá ao Chefe iniciar, de pronto, processo eleitoral
2226 para a escolha exclusivamente de novo Vice-Chefe, a ser concluído no prazo
2227 de quinze dias. § 8º - A eleição mencionada no parágrafo anterior será
2228 realizada em até dois turnos, com inscrição prévia de candidaturas individuais,
2229 de acordo com os procedimentos previstos nos incisos I, II e III, no que for
2230 compatível. § 9º - Eleito, nos termos do parágrafo 8º, o novo Vice-Chefe terá
2231 seu mandato encerrado juntamente com o do Chefe. Proposta alternativa da
2232 CLR: § 7º - Ocorrendo vacância exclusivamente da função de Vice-Chefe,
2233 cumprirá ao Chefe indicar um Vice-Chefe, que deverá ser homologado pelo
2234 Conselho de Departamento. § 8º - Na hipótese do § 7º, o Vice-Chefe terá seu
2235 mandato encerrado juntamente com o do Chefe. **Texto atual:** Título X – Das
2236 Disposições Transitórias. Artigo 4º-C – A primeira eleição de Chefe e Vice-
2237 Chefe de Departamento [...] § 1º – Na ocasião mencionada no caput, caso não
2238 coincidentes os mandatos dos atuais Chefe e Suplente, o mandato do Vice-
2239 Chefe eleito na primeira eleição realizada em chapas somente terá início por
2240 ocasião da vacância ocasionada por morte, renúncia ou pelo término do
2241 mandato do atual Suplente. § 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o mandato
2242 do primeiro Vice-Chefe eleito segundo o sistema de inscrição prévia de chapas
2243 será limitado ao do Chefe com o qual foi eleito. **Texto proposto:** Título X – Das
2244 Disposições Transitórias. Artigo 4º-C - A primeira eleição de Chefe e Vice-

2245 Chefe de Departamento [...] § 1º – Na ocasião mencionada no caput, caso não
2246 coincidentes os mandatos dos atuais Chefe e Suplente, o mandato do Vice-
2247 Chefe eleito na primeira eleição realizada em chapas somente terá início por
2248 ocasião da vacância ocasionada por morte, renúncia ou pelo término do
2249 mandato do atual Suplente. § 2º - Se, antes do encerramento do mandato do
2250 atual Chefe, esgotar-se o mandato do atual Suplente, será realizada escolha
2251 exclusiva de Vice-Chefe, nos termos do artigo 55, parágrafos 7º a 9º. § 3º - O
2252 mandato do Vice-Chefe escolhido nos termos do caput e do § 2º será limitado
2253 ao término do mandato do Chefe do Departamento. O caderno VIII é retirado
2254 de pauta, tendo em vista que este possui a mesma dinâmica do caderno
2255 anterior, ou seja, se não há acordo quanto ao que fazer quando sai um vice-
2256 diretor, também não há possibilidade de acordo com relação à saída de um
2257 chefe de departamento. Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **CADERNO IX -**
2258 **ELEIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO/SUCESSÃO DE DIRETORES E VICE-**
2259 **DIRETORES DE MUSEUS E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS. 1.**
2260 **PROTOCOLADO 2015.5.1670.1.1 – SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Ofício
2261 da Superintendente Jurídica, Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci, à
2262 Procuradora Geral, Dr.^a Márcia Walquíria Batista dos Santos, encaminhando a
2263 versão inicial da proposta de texto que trata da diretoria dos Museus e
2264 Institutos Especializados, no âmbito da reforma do Estatuto e Regimento Geral
2265 da Universidade, a cargo da Comissão criada pela Portaria 826/2015
2266 (27.10.15). **Parecer da PG:** esclarece que, do ponto de vista jurídico, não há
2267 óbices à aprovação da proposta (03.11.15). **Parecer da CLR:** após ampla
2268 discussão sobre a versão inicial da proposta de texto que trata da eleição de
2269 Diretor e Vice-Diretor de Museus e Institutos Especializados, no âmbito da
2270 reforma do Estatuto e Regimento Geral da USP, aprova versão atualizada da
2271 mesma, incorporando as sugestões propostas em plenário, conforme material
2272 anexo (04.11.15). Proposta que trata da eleição de Diretor e Vice-Diretor de
2273 Museus e Institutos Especializados. **Texto atual:** Artigo 46-A - ... (...) § 1º – O
2274 Diretor será designado pelo Reitor, conforme procedimentos da Universidade
2275 previstos no art. 46 do Estatuto, com mandato de quatro anos, vedada a
2276 recondução. § 2º – O Vice-Diretor, substituto do Diretor em suas faltas e
2277 impedimentos, e seu sucessor, em caso de vacância, até novo provimento,
2278 será designado pelo Reitor, conforme procedimentos da Universidade previstos

2279 no art. 46 do Estatuto, com mandato de quatro anos, vedada a recondução. (...)

2280 **Texto proposto:** Artigo 46-A – ... (...) § 1º – O Diretor e o Vice-Diretor serão

2281 escolhidos por meio de eleição em chapas e com até dois turnos de votação, a

2282 ser realizada nos termos do parágrafo 6º e seguintes. § 2º - O Vice-Diretor

2283 substituirá o Diretor em suas faltas e impedimentos e suceder-lhe-á em caso de

2284 vacância. (...) § 6º- O processo de eleição do Diretor e do Vice-Diretor será

2285 conduzido por uma Comissão Eleitoral, que terá as atribuições de divulgá-lo,

2286 incentivar a inscrição de candidatos adequados às demandas do cargo e

2287 promover debates públicos, atuando nas fases de inscrição de chapas, votação

2288 e apuração. § 7º - A Comissão Eleitoral será integrada por cinco membros, da

2289 seguinte forma: I – dois membros eleitos pelo Conselho Deliberativo respectivo,

2290 sendo um deles integrante do referido Conselho; II - dois membros, escolhidos

2291 dentre os docentes da Universidade, reconhecidos especialistas na área de

2292 conhecimento respectiva; III – um membro, externo à USP, escolhido dentre

2293 reconhecidos especialistas na área de conhecimento respectiva. § 8º - O

2294 Conselho Deliberativo do Museu, quatro meses antes do encerramento do

2295 mandato do Diretor, deverá instaurar o processo eleitoral, elegendo os

2296 membros da Comissão Eleitoral mencionados no parágrafo 7º, inciso I, e

2297 solicitando ao Reitor a realização das demais designações. § 9º – Constituída a

2298 Comissão Eleitoral, esta publicará edital detalhando o procedimento de escolha

2299 dos dirigentes, dando-lhe ampla divulgação na Universidade, inclusive por

2300 meios eletrônicos. § 10 - O edital deverá ser elaborado em conformidade com

2301 normas padronizadas acerca de procedimentos eleitorais aprovadas pela

2302 Comissão de Legislação e Recursos. § 11 - Os candidatos às funções de

2303 Diretor e Vice-Diretor de cada Museu deverão ser Professores Titulares ou

2304 Associados 3 da Universidade. § 12 – Cumpre à Comissão eleitoral apontar os

2305 nomes dos candidatos a Diretor do Museu. § 13 - Identificados ao menos dois

2306 nomes de candidatos a Diretor do Museu, no prazo de dez dias os indicados

2307 deverão fazer a inscrição prévia de suas candidaturas, em forma de chapa,

2308 composta cada uma delas por um candidato a Diretor e um candidato a Vice-

2309 Diretor, acompanhada do programa de gestão a ser implementado. § 14 –

2310 Cada uma das chapas deverá conter ao menos um docente do Museu, como

2311 candidato a Diretor ou a Vice-Diretor. § 15 – Caso encerrado o termo inicial de

2312 registro de chapas sem que haja ao menos duas inscrições, a Comissão

2313 eleitoral determinará a prorrogação do prazo de inscrições, por mais dez dias,
2314 hipótese em que poderão ser apresentadas candidaturas compostas
2315 exclusivamente por docentes externos ao Museu. § 16 - Os docentes que
2316 exercerem as funções de Diretor, Vice-Diretor, Presidente e Vice-Presidente
2317 das Comissões mencionadas nos incisos IV a VII, e que se inscreverem como
2318 candidatos, deverão, a partir do pedido de inscrição, desincompatibilizar-se,
2319 afastando-se daquelas funções, em favor de seus substitutos, até o
2320 encerramento do processo de eleição. § 17 - Encerrada a fase de inscrições,
2321 serão divulgadas as chapas inscritas, para a realização da eleição. § 18 - O
2322 colégio eleitoral será composto da seguinte forma: I - pelo conjunto de
2323 docentes do Museu, quando houver quadro próprio; II - pelos demais membros
2324 do Conselho Deliberativo; III - por docentes em número equivalente ao de
2325 integrantes do Conselho Deliberativo, indicados pelo Conselho Universitário,
2326 sendo quatro deles membros do próprio Conselho Universitário; IV – por
2327 representantes dos servidores técnicos e administrativos do Museu, em
2328 número equivalente a cinco por cento do total dos componentes do colégio
2329 eleitoral mencionados nos incisos I a III; V – por representantes discentes de
2330 pós-graduação, em número equivalente a cinco por cento do total dos
2331 componentes do colégio eleitoral mencionados nos incisos I a III, escolhidos
2332 entre os estudantes que cursam disciplinas no próprio Museu. § 19 - Aplicam-
2333 se aos Museus, bem como a seus Diretores e Vice-Diretores, as normas
2334 constantes do artigo 46, parágrafos 9º a 13, e do artigo 46-A do Estatuto. **Texto**
2335 **atual:** Artigo 51 – ... (...) § 2º – O Diretor, com mandato de quatro anos, vedada
2336 a recondução, será designado pelo Reitor, se tiver obtido maioria absoluta de
2337 votos, em primeiro turno, votado pelo Conselho Deliberativo. Caso nenhum dos
2338 elegíveis tiver obtido a mencionada maioria, proceder-se-á a um segundo
2339 turno, realizado na sequência, entre os dois concorrentes melhor votados,
2340 considerando-se eleito o que obtiver maioria simples. § 3º – O Vice-Diretor,
2341 substituto do Diretor em suas faltas e impedimentos e seu sucessor em caso
2342 de vacância, até novo provimento, será designado pelo Reitor nos termos do
2343 parágrafo anterior. **Texto proposto:** Artigo 51 – ... (...) § 2º – O Diretor e o
2344 Vice-Diretor serão escolhidos por meio de eleição em chapas e com até dois
2345 turnos de votação, a ser realizada, no que couber, nos termos dos parágrafos
2346 6º e seguintes do artigo 46-A. § 3º- O Vice-Diretor substituirá o Diretor em suas

2347 faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso de vacância. (...) § 5º -
2348 Aplicam-se aos Institutos Especializados, bem como a seus Diretores e Vice-
2349 Diretores, as normas constantes do artigo 46, parágrafos 9º a 13, e do artigo
2350 46-A do Estatuto. **Texto atual:** TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES
2351 TRANSITÓRIAS (...) (sem correspondente) **Texto proposto:** TÍTULO X – DAS
2352 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (...) Artigo 15 – A primeira eleição de Diretor e
2353 Vice-Diretor de cada Museu e Instituto Especializado segundo a nova
2354 sistemática prevista, respectivamente, no artigo 46-A e no artigo 51, parágrafo
2355 2º, ocorrerá por ocasião do encerramento do mandato do Diretor em exercício
2356 na data de entrada em vigor da presente disposição. § 1º – Na ocasião
2357 mencionada no caput, caso não coincidentes os mandatos dos atuais Diretor e
2358 Vice-Diretor, o mandato do Vice-Diretor eleito na primeira eleição realizada em
2359 chapas somente terá início por ocasião da vacância ocasionada por morte,
2360 renúncia ou pelo término do mandato de seu ocupante. § 2º - Na hipótese do
2361 parágrafo anterior, o mandato do primeiro Vice-Diretor eleito segundo o sistema
2362 disciplinado nesta Resolução será limitado ao do Diretor com o qual foi eleito.
2363 Artigo 16 - No caso de Museus e Institutos Especializados cujo prazo de quatro
2364 meses de antecedência, estabelecido no art. 46-A, § 8º, já tiver sido
2365 ultrapassado por ocasião da entrada em vigência desta disposição, a
2366 instauração do processo eleitoral e o requerimento de designação dos demais
2367 membros da Comissão eleitoral deverão ser realizados no prazo de até trinta
2368 dias da edição desta Resolução. **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci:**
2369 **(apresentação)** “Essa proposta tem como primeira razão de ser compor esse
2370 bloco de alterações do Estatuto e do Regimento, que cuidam da sistemática de
2371 eleição de diretor e vice-reitor. Portanto, restava, para completar esse bloco,
2372 fazer uma alteração compatível com aquilo que já foi feito para reitor e vice-
2373 reitor, chefe e vice-chefe de departamento, diretor e vice-diretor e presidentes e
2374 vice-presidentes de comissão, faltava cuidar dos Museus e Institutos
2375 Especializados. Esse é o primeiro objetivo dessa proposta. Essa proposta foi
2376 inspirada por sugestões que recebemos. Uma, em especial, do Instituto de
2377 Estudos Avançados, de adotar a figura do Comitê de Busca, a qual vem sendo
2378 adotada no Brasil nas diversas entidades do sistema de ciências e tecnologia,
2379 por inspiração a um sistema semelhante que existe no mundo afora e que foi
2380 regulamentada a partir de 2009, por essa portaria do Ministério de Ciências e

2381 Tecnologia que cuida do processo realizado pelo Comitê de Busca. Uma parte
2382 dessa dinâmica foi usada como inspiração na proposta que será apresentada.
2383 Do ponto de vista interno, tem três objetivos que nortearam essa proposta. O
2384 primeiro é de obter maior integração dos Museus e Institutos Especializados
2385 com a comunidade universitária, aquilo que podemos denominar como
2386 transversalidade. Um museu ou um instituto especializado, diferentemente das
2387 unidades, não começa e termina dentro das suas fronteiras, dos seus limites.
2388 Museu e um Instituto Especializado se justificam justamente na medida em que
2389 conseguem interagir com os demais órgãos da comunidade universitária,
2390 abastecer as unidades e vice-versa, e dessa maneira conseguem ter contato
2391 com o meio externo. Uma segunda diretriz que norteou essa revisão e que foi
2392 apresentada na reunião de dirigentes aos dirigentes desses órgãos (museus e
2393 institutos especializados) foi a ideia de ampliar o universo de elegíveis.
2394 Exatamente porque são estruturas transversais, faria pouco sentido manter
2395 uma escolha muito restrita basicamente ao universo dos integrantes daquele
2396 museu ou uma ou outra unidade. A ideia é expandir, ampliar, para que toda a
2397 universidade tenha notícia do processo e possa participar dele. E um último
2398 princípio, conexo com esse, é a ampliação do colégio eleitoral. Ter mais
2399 pessoas podendo participar, se inteirar da escolha e dar sua opinião. Aqui
2400 temos alguns dados comparativos que mostram como é diferente a realidade
2401 eleitoral quando se pensa em uma unidade e quando se pensa em um museu
2402 ou instituto especializado. Então, naquele primeiro bloco estão os números dos
2403 membros do colégio eleitoral de algumas unidades. A FFLCH, que deve ser
2404 talvez a maior da USP e o IO que talvez seja a menor, com 47. Entre esses há
2405 a FM, com 356, a FFCLRP, com 147 e assim por diante. Se compararmos com
2406 os museus, dos quatro Museus, o maior, em termos do Conselho Deliberativo,
2407 é o MAE, com 12 membros no seu Conselho Deliberativo e 18 professores no
2408 seu quadro docente. No caso dos Institutos Especializados, o maior deles, em
2409 termos do Conselho Deliberativo, é o IEB, que tem 20 docentes. Portanto, ele é
2410 a metade da melhor unidade, que é o IO. Isso é para que se tenha noção da
2411 importância dessa expansão, tanto do colégio eleitoral, como do universo de
2412 elegíveis. Dito isso, podemos passar o teor da proposta, que começa
2413 exatamente com a sistemática de chapas e vacância, muito semelhante ao que
2414 é feito para unidade. 'O Diretor e Vice-Diretor serão escolhidos por meio de

2415 eleição em chapas, com até dois turnos de votação, a serem realizados nos
2416 termos do parágrafo sexto. O Vice-Diretor substituirá o Diretor em suas faltas e
2417 impedimentos, e suceder-lhe-á no caso da vacância.' Isso é idêntico. Adiante,
2418 começamos a tratar da peculiaridade desse processo, que foi inspirada
2419 naquela sistemática que é adotada no âmbito do Ministério da Ciência e
2420 Tecnologia. 'O processo de eleição do Diretor e Vice-Diretor será conduzido por
2421 uma Comissão Eleitoral' - então não se está usando a figura do Comitê de
2422 Busca, porque ela não contou com a simpatia dos Museus e Institutos
2423 Especializados, por isso foram feitas algumas adaptações. Essa Comissão de
2424 seleção terá atribuições mais ativas do que aquelas que conhecemos
2425 tradicionalmente. 'Terá as atribuições de divulgar o processo seletivo, incentivar
2426 a inscrição de candidatos adequados às demandas do cargo e promover
2427 debates públicos, atuando nas fases de inscrição de chapas, votação e
2428 apuração.' É uma Comissão Eleitoral dinâmica. O parágrafo sétimo descreve a
2429 composição dessa Comissão Eleitoral. Serão cinco membros, sendo dois
2430 eleitos pelo Conselho Deliberativo, um deles integrante do próprio Conselho.
2431 Além disso, dois membros escolhidos entre docentes da Universidade,
2432 reconhecidos especialistas na área de conhecimento respectiva. E, finalmente,
2433 um membro externo à USP, que também observa esse critério de ser um
2434 reconhecido especialista na área respectiva. Como é instaurado o processo e
2435 os candidatos? O Conselho Deliberativo, em um prazo de quatro meses antes
2436 do encerramento do mandato do Diretor, instaura o processo eleitoral,
2437 elegendo os próprios membros, isto é, aquele integrante do Conselho
2438 Deliberativo e aquele que o Conselho Deliberativo escolhe. E, além disso,
2439 solicita ao Reitor a indicação das demais designações, que são três como
2440 vimos, um externo e um outro docente da Universidade, um especialista
2441 daquela área. O parágrafo nono diz que uma vez constituída a Comissão
2442 Eleitoral, ela publica o edital, detalha o procedimento de escolha de dirigentes e
2443 divulga esse processo na Universidade, inclusive pelos meios eletrônicos. Vai
2444 fazer uma divulgação mais ativa possível. O edital, como foi feito em relação
2445 aos outros processos, será elaborado em conformidade com normas
2446 padronizadas, que serão aprovadas pela CLR. O parágrafo onze diz que os
2447 candidatos às funções de Diretor e Vice-Diretor deverão ser professores ou
2448 associados 3 da Universidade. Isso cumpre aquele princípio de ampliação do

2449 universo de elegíveis. A Comissão tem o papel de apontar os nomes dos
2450 candidatos, porque ela terá feito essa organização de debates, essa
2451 publicidade, e assim concluirá uma primeira fase apontando os nomes dos
2452 indicados. Uma vez identificados pelo menos dois nomes de candidatos a
2453 Diretor, será aberto o prazo para que haja a inscrição de chapas, porque esse
2454 nome previamente selecionado vai buscar um Vice-Diretor. Essa chapa, então
2455 composta de Diretor e Vice-Diretor e, idealmente, como dispõe o parágrafo 14,
2456 é que cada uma dessas chapas contenha pelo menos um docente do museu
2457 como candidato a Diretor ou Vice-Diretor. Essa regulamentação serve para
2458 Diretor e para Diretor de museu e de instituto especializado, por uma questão
2459 técnico-jurídica, a descrição é uma só, mas o procedimento se aplica a ambos.
2460 O parágrafo 15 se abre para não se ter o risco de não haver candidatos, então,
2461 se naquele prazo fixado não houver pelo menos duas inscrições, a Comissão
2462 reabre o prazo de inscrições por mais dez dias para que possam ser
2463 apresentados candidatos, agora sem aquela exigência de ser integrantes do
2464 museu. No parágrafo 16, se repete a regra de desincompatibilização que já
2465 valia para Reitor e passou a valer para Diretor e para chefe de departamento.
2466 Então, Diretor, Vice-Diretor, Presidente e Vice-Presidente das comissões terão
2467 que se desincompatibilizar antes do procedimento eleitoral. Parágrafo 17,
2468 encerradas a fase de inscrições, serão divulgadas as chapas inscritas, para a
2469 realização de eleição. Aí temos uma outra novidade importante, que é a
2470 composição do colégio eleitoral. Ele tem cinco categorias de integrantes. A
2471 primeira é o conjunto de docentes do museu, quando houver quadro próprio.
2472 Na verdade todos os museus têm quadro próprio, essa disposição havia sido
2473 pensada para o caso do IEA, por exemplo, que, como instituto, não possui
2474 quadro próprio e a disposição é a mesma por causa daquilo que já falei. No
2475 item II, compõe o colégio eleitoral os demais membros do Conselho
2476 Deliberativo. No item III, além deles, docentes em número equivalente ao do
2477 Conselho Deliberativo, de maneira que se dobra - na verdade é um pouco mais
2478 - aquele universo que vimos, na ordem de 12 eleitores mais ou menos. Como
2479 se compõe essa outra fração? Por pessoas indicadas pelo Conselho
2480 Universitário, sendo quatro deles membros do próprio Conselho Universitário.
2481 Além disso, representantes de servidores técnicos e administrativos do museu,
2482 em número correspondente a 5% e representantes discentes de pós-

2483 graduação, também em número correspondente a 5%, escolhidos entre os
2484 estudantes que cursam disciplinas no próprio museu. E no parágrafo 19, uma
2485 regra remissiva que se aplica, naquilo que não conflitar, toda a disposição que
2486 rege os diretores de unidade. Quanto aos institutos especializados, a razão
2487 técnico-jurídica para fazer só uma vez e não duas é evitar erros, se houver
2488 emendas, etc., temos usado essa técnica de fazer remissões e tratar da
2489 disposição uma vez só, fixa-se uma regra de interpretação e ela passa a valer
2490 para todos os casos. Então, no parágrafo quinto, aplica-se aos institutos
2491 especializados, bem como a seus Diretores e Vice-Diretores, as normas
2492 constantes do artigo 46 e do artigo 46-A do Estatuto. Lembrando que estamos
2493 discutindo o texto do Regimento Geral. Nas Disposições Transitórias,
2494 analogamente ao que foi feito com Diretores de unidades, a primeira eleição,
2495 de acordo com a nova sistemática, ocorrerá por ocasião do encerramento do
2496 mandato do Diretor em exercício. Também como foi feito nos outros casos, o
2497 parágrafo primeiro estabelece o que ocorre se não houver coincidência entre
2498 os mandatos do Diretor e do Vice-Diretor, e o Diretor ficará aguardando até que
2499 expire o mandato do Vice-Diretor. E na hipótese do parágrafo anterior, de
2500 qualquer maneira, o novo mandato é limitado pelo mandato do Diretor. Adiante,
2501 uma particularidade nessa próxima disposição, que é a não necessidade de
2502 observar aquele prazo mínimo de quatro meses, que passará a ser o prazo
2503 regular, na hipótese dos vencimentos dos mandatos que acontecerem em
2504 prazo inferior a esse, logo após a aprovação dessa resolução, caso ela venha a
2505 ser aprovada. Em resumo, uma vez aprovada essa resolução, se esse for o
2506 entendimento do Conselho Universitário, nas primeiras eleições não será
2507 obrigatória a observância do prazo de quatro meses, será observado um prazo
2508 mais curto de trinta dias.” **M. Reitor:** “O que se procura é completar o ciclo do
2509 processo de eleição de dirigentes da Universidade, incluindo-se agora, os
2510 diretores de museus e institutos. Dois ou três princípios fundamentais estão
2511 assentando essa discussão. Em primeiro lugar, a necessidade de dar aos
2512 museus e institutos um diálogo maior, mais amplo, com o restante da
2513 Universidade, e procurar evitar que se limite a escolha dos seus dirigentes a
2514 um grupo extremamente restrito, que é representado pelos membros do próprio
2515 museu ou instituto, em geral em número pequeno, na grande maioria deles,
2516 menor que uma dezena, ou deixar que a escolha desses diretores seja um

2517 processo absolutamente aleatório, regido pela boa ou má disposição do diretor
2518 em exercício de buscar candidatos para preencher os postos. Temos tido
2519 dificuldades com isso. Eles têm sido buscado fora, de maneira geral, portanto,
2520 nos parece razoável regular o processo. Dizer como ele deve ser executado, e
2521 onde ele está sendo executado, não há nenhuma dificuldade. O terceiro
2522 princípio - pois estamos falando de busca de candidatos amplamente na
2523 Universidade, não limitando a um grupo muito pequeno, uma busca organizada
2524 - e o terceiro componente é a ampliação do colégio eleitoral. De maneira geral,
2525 acho que em todos os casos, os diretores têm sido eleitos pelo Conselho
2526 Deliberativo, em franca discordância com o que ocorre no restante da
2527 Universidade, em que não é a Congregação que elege os diretores. Há um
2528 conselho, um colégio eleitoral, que dá muito mais validade ao candidato eleito,
2529 que por sua vez vai dirigir a Congregação. No caso dos museus e institutos,
2530 estamos falando de um processo similar que amplia o colégio eleitoral e dê ao
2531 diretor ou diretora maior representatividade para dirigir o próprio Conselho
2532 Deliberativo. Há dificuldades localizadas. Já houve no passado, então não
2533 estamos falando de um processo que tem fluído com muita facilidade. Neste
2534 momento, exatamente hoje, temos uma crise, que resulta do conflito de que o
2535 diretor é eleito pelo Conselho Deliberativo. Tenho em mãos a carta do
2536 Professor Hugo Segawa, em que ele pede demissão da direção do Museu de
2537 Arte Contemporânea. Ele começa dizendo assim: 'Eleito como Diretor pelo
2538 Conselho Deliberativo para o mandato de quatro anos', e prossegue. Depois
2539 diz que 'considerando o crescimento gradual das divergências entre o Diretor e
2540 o Conselho Deliberativo ao longo do tempo, considerando que a designação do
2541 Diretor decorre de uma decisão daquele Conselho', uma vez que abolimos -
2542 como devem se lembrar - a lista tríplice. Agora, de fato, o Diretor de cada
2543 museu e instituto está sendo designado pelo Conselho Deliberativo. Seguindo
2544 a carta, 'considerando que esse Conselho se manifestou de forma unânime,
2545 contestando a forma como o Diretor conduziu um processo administrativo
2546 representativo de uma prática de gestão, venho comunicar minha renúncia.' Ele
2547 aponta outros problemas. 'A aproximação ao cotidiano do museu permitiu
2548 constatar outras várias questões, algumas de natureza gravíssima.' E passa a
2549 numerá-las, e vou parar por aqui porque este não é local para lavar roupa suja.
2550 Este é o local para entendermos que o processo atual tem problemas e que

2551 precisam ser corrigidos, cabendo a este Conselho buscar a melhor maneira de
2552 fazer essas correções. Para dar sequência, darei inicialmente a palavra aos
2553 dois representantes de museus e de institutos. Antes, apenas, o Professor
2554 Carlotti falará do encaminhamento da proposta.” **Cons. Carlos Alberto**
2555 **Carlotti Junior**: “Acho que esse tema de museus e institutos foi o que mais
2556 tivemos dificuldades em trabalhar, em conseguir consenso, conseguir fazer
2557 uma proposta mais tranquila para apresentar a este Conselho. Estamos
2558 falando de duas instituições bastante diferentes. Os institutos realmente se
2559 identificam como unidade de interação entre unidades, junto com a
2560 Universidade; os museus, a partir de uma reforma estatutária que houve em
2561 2010, 2011, estão se identificando mais como unidade de ensino. Então,
2562 quanto à composição, por exemplo, dos institutos é bastante aberto, dos
2563 museus é praticamente fechada para os membros dos museus. Outra
2564 dificuldade que temos é com relação aos tamanhos dessas unidades - vou me
2565 referir aos museus e institutos por unidades. Temos unidades com três
2566 docentes até 34 nos institutos. Nos museus, trabalhamos com número máximo
2567 em torno de 12 ou 13, e um número mínimo de 5 - no Museu Paulista, por
2568 exemplo, tem 5 professores ligados a ele. Então, isso gerou certa dificuldade
2569 em encontrar uma fórmula para atendê-los. Qual a conclusão? Museus e
2570 institutos são diferentes em suas composições e conselhos, e devem ser
2571 tratados de forma diferente. Entre os institutos, temos ainda o IEA, que é mais
2572 diferente que os outros porque não possui corpo docente, eles podem ter uma
2573 lógica de eleição e escolha diferente dos institutos que têm essas
2574 características. Foi redigido esse documento inicial, buscando alguma
2575 equivalência com o que já tínhamos de diretores e chefes de departamento,
2576 fizemos uma reunião para ouvir o que os museus e institutos pensavam disso,
2577 eles fizeram um documento, nos entregaram, fizeram a lição de casa,
2578 discutiram bastante entre eles sobre qual seria a forma ideal para essas
2579 eleições. E os três princípios são semelhantes entre o que foi proposto e o que
2580 vocês viram aqui. Aperfeiçoar o vínculo com a Universidade, aumentar o
2581 número de elegíveis e aumentar o colégio eleitoral. Existe concordância de que
2582 esses três pontos devem ser feitos. O que vamos encontrar diferente depois
2583 desse processo é como vamos chegar a esses objetivos. Por exemplo, aquela
2584 comissão eleitoral, como deve ser composta, se deve ser mais com membros

2585 externos ou mais com membros internos, e acho que chegam a colocar se de
2586 fato deve existir essa comissão, visto que já existe uma procura informal de
2587 possíveis nomes. Mas isso foi um ponto que a comissão entendeu de que
2588 devemos insistir na presença dessa comissão que trará muita qualidade ao
2589 processo. Os limites dessa comissão é que precisamos discutir melhor nesse
2590 Conselho e depois eles vão colocar a posição que eles entendem. Em relação
2591 aos elegíveis, podemos abrir o leque de todos os membros da USP, como está
2592 na proposta, ou podemos restringir em relação àqueles que compõem a
2593 unidade ou as unidades afins - termo que surgiu na proposta deles - que
2594 existiam nos seus regimentos antes dessa mudança de 2011 e pararam de
2595 existir quando os museus passaram a ser considerados unidades de ensino,
2596 deixando de ter essas unidades afins. Então, seria uma possibilidade de trazer
2597 de volta essas unidades. Em relação ao colégio eleitoral, a mesma coisa. Qual
2598 o componente externo desse colégio eleitoral que deve participar? Deve ser
2599 das unidades afins, membros do Co? Tudo isso gerou certa discussão. E na
2600 proposta que virá dos museus, para nós não ficou bem claro o que são
2601 unidades afins, o número de unidades afins de cada museu ou instituto, qual a
2602 representatividade nesse colégio eleitoral. Esse é um tema que precisa ser
2603 melhor definido. Penso que há alguns atores que não foram bem ouvidos
2604 nessa discussão, como por exemplo, a FAU, a FFLCH, o IB, o ICB, entre
2605 outras, são unidades afins em várias situações e seria interessante que essas
2606 unidades também se manifestassem para entendermos melhor qual seria a
2607 relação ideal dessas unidades com os museus e institutos. Acho que falta um
2608 pouco dessa informação na proposta. Senti falta também da participação da
2609 Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que já teve esses museus
2610 ligados, antes dessa reforma de 2010-2011, em expor qual seria a visão dela
2611 quanto aos problemas que podem ocorrer. E também ouvir um pouco todos os
2612 membros do Co. Tivemos um pouco de ruídos nos últimos dias, talvez por falta
2613 de entendimento de como seria o processo. Como já foi distribuída essa
2614 proposta inicial, acho que os membros de museus e institutos entenderam que
2615 seria algo tipo 'traz a proposta, vota sim ou não'. E o que temos procurado
2616 explicar é que não é essa a postura dessa mudança que vem sendo proposta.
2617 Existe uma proposta inicial, você tem a possibilidade de fazer emendas ou
2618 fazer como foi feito no último Co e votamos hoje, a retirada da proposta que

2619 fazia indicação dos presidentes de comissões, para trabalharmos novamente
2620 em outra proposta que pudesse atender a todo o grupo da Universidade. Esse
2621 foi o trabalho, Professor Zago. Não foi muito simples, mas acredito que, se
2622 fizermos uma discussão de qualidade hoje nesse Conselho, teremos elementos
2623 para chegar a uma proposta que possa atender a toda a Universidade.” **M.**
2624 **Reitor:** “Muito obrigado. Todo trabalho simples já foi feito. O que nos sobrou foi
2625 o trabalho complicado.” **Cons. Marcos Domingos Siqueira Tavares:** “Tanto a
2626 Professora Paula, em seguida o Professor Zago e agora o Professor Carlotti
2627 explicitaram muito bem os pontos dessa proposta que os senhores receberam.
2628 De fato, ela se assenta sobre três diretrizes principais, três grandes eixos, com
2629 os quais os museus e os institutos especializados estão integralmente de
2630 acordo. O pequeno bemol está no *modus faciendi*, ou seja, como alcançamos
2631 isso, como chegamos lá. Ainda a título de esclarecimento, no dia 28 de outubro
2632 houve uma grande reunião de todos os museus e institutos, somos 10 ao todo,
2633 mais os membros da Comissão presidida pelo Professor Carlotti, que naquela
2634 ocasião estava quase completa. Foi uma longa manhã, muito profícua e
2635 proveitosa, de um trabalho que fizemos juntos. Entregamos uma proposta dos
2636 museus e outra dos institutos especializados, porque embora houvesse uma
2637 convergência inicial de um texto único, chegou-se rapidamente à conclusão de
2638 que, por questões de diferenças entre os museus e institutos especializados,
2639 talvez coubesse a ideia de que fossem tratados em momentos diferentes do
2640 Regimento. Mas os fatos principais que norteiam essa proposta possuem
2641 nosso total apoio. Houve também a menção e o encaminhamento para retirada
2642 de pauta, mas desde o dia 28, cotidianamente, incluindo os sábados e
2643 domingos, conversamos muito entre os museus, museus e institutos e entre
2644 nós e a própria Comissão. Além disso, ainda hoje de manhã, casualmente,
2645 chegamos juntos ao Conselho e novas conversas aconteceram, de modo que o
2646 encaminhamento é no sentido de que possamos aprofundar essa discussão e
2647 que tenhamos um momento para alguma alteração desse texto - vou
2648 apresentar sugestões de alteração sob nosso ponto de vista - e creio que
2649 podemos chegar facilmente a uma proposta bastante sólida, que vá ao
2650 encontro do que se pretende. Convém recordar que a ampliação do colégio
2651 eleitoral para alguns de nós não possui nada de estranho. Passei às mãos do
2652 Professor Vahan um documento em que está publicado no Diário Oficial, ou

2653 seja, não é uma coisa de conversa de diretores, está no Diário Oficial. Abertas
2654 as eleições e publicadas em Diário Oficial para sete unidades afins. Então,
2655 estamos acostumados a isso. Também gostaria de mencionar, como exemplo,
2656 o caso do Museu de Zoologia, pois é o que conheço melhor, mas não quero
2657 dizer com isso que essa situação não se reproduza em outros museus, nem
2658 que ela se reproduza em todos os museus e institutos. Reparem que há duas
2659 eleições atrás, concorreram um candidato de unidade afim - no caso do
2660 Instituto de Biociências - e dois candidatos do Museu de Biologia. Quem
2661 ganhou a eleição? O candidato da unidade afim, Instituto de Biociências,
2662 Professor Sérgio Antonio Vanin. Antes dele, o diretor foi do Museu de Biologia,
2663 Professor Carlos Brandão. Mas antes dele, aconteceu novamente. Qual era o
2664 grupo dos elegíveis? De novo unidades afins e Museu de Zoologia. Quem
2665 ganhou? Professor Miguel Trefaut, também de unidade afim. Portanto, não
2666 temos nenhum tipo de dificuldade com essa situação. Entretanto, o texto que
2667 aqui está suscita algum desconforto. Creio que ele requer ajustes e esse tempo
2668 de ajustes é que gostaria de solicitar ao Conselho. Vamos aos pontos: são 19
2669 parágrafos, tenho destaques apenas em 4 deles. Vou direto ao parágrafo
2670 sétimo – ‘Comissão Eleitoral integrada por cinco membros’. Não temos
2671 dificuldades com essa Comissão, de modo algum, mas esta Comissão do jeito
2672 que está proposta suscita, tanto nos museus quanto nos institutos, uma
2673 pequena alteração, para não minimizar a participação dos interessados, que
2674 são os museus e institutos. Lá diz que é uma Comissão de cinco, os museus e
2675 institutos escolhem dois e três são indicados pelo Reitor. Sugerimos uma
2676 inversão nisso. Os museus e institutos indicam três, sendo apenas dois de
2677 dentro da instituição e um de fora, pode ser de fora da USP, algum museu
2678 nacional, por exemplo. E dois indicados pelo Conselho ou pelo Reitor. Mas qual
2679 o universo do discurso? Que sejam escolhidos dentro das unidades afins. Esse
2680 ponto, para nós, é muito importante, porque temos unidades afins. Vou dar um
2681 exemplo que não deve ser entendido no sentido restritivo, é apenas um
2682 exemplo. No nosso caso, temos o Instituto de Biociências, o Instituto
2683 Oceanográfico, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto,
2684 Veterinária, Zootecnia, tudo isso está publicado em Diário Oficial, conforme
2685 documento que entreguei ao Professor Vahan, tinha sete. Então, é essa a
2686 pequena alteração. O universo do discurso são as unidades afins e não a USP

2687 inteira. É muito difícil para nós, uma instituição baseada em acervo, de repente
2688 abre para toda Universidade as dificuldades que são colocadas. As unidades
2689 são chamadas de afins, não por acaso. Passando para o parágrafo 11, lá
2690 somos muito mais ousados. Diz o que diretor e vice-diretor de cada museu
2691 deverá ser Professor Titular ou Associado 3. Pedimos que não, pedimos que se
2692 abra para todos os associados, para que também os associados 2 e 1 possam
2693 participar da direção. Outra alteração que sugiro no parágrafo 11 é que não
2694 seja da USP, a USP inteira, é que seja também das unidades afins, mínimo de
2695 3. Todas as vezes que eu falar em unidades afins, os senhores entendam
2696 como mínimo de 3. Os parágrafos 12 e 13, esses sim possuem uma
2697 complicação, porque não tem o nome de comitê de busca mas ele é um Comitê
2698 de Busca, ele é a eleição antes da eleição. Isso não gostaríamos. Gostaríamos
2699 que fosse contemplada a noção de chapa, como é para toda a universidade.
2700 Essa é a grande mudança que essa gestão reitoral fez. Chapa. É novo, está
2701 em prática, agora está sendo colocada para a universidade inteira e não vemos
2702 sentido que os museus e institutos especializados fiquem de fora. Busca é
2703 eleição antes da eleição. Por isso, respeitosamente, encaminho essa proposta
2704 de que contemplem-se as chapas. Chapas estas formadas obviamente pelos
2705 museus e institutos e unidades afins, já de saída. Chego ao parágrafo 18, que
2706 é a formação do colégio eleitoral. Estamos todos plenamente de acordo que o
2707 colégio eleitoral deve ser ampliado. Nossa proposta é que ele seja ampliado
2708 respeitando duas diretrizes. Primeiro é que seja guardada e garantida uma
2709 diversidade mínima e que o papel dos museus e institutos não sejam
2710 minimizados, mas que seja ampliado de modo a contemplar os museus e
2711 institutos e novamente as unidades afins. Com isso, é possível quase que
2712 dobrar o colégio eleitoral, com a inclusão das unidades afins. Em muitos casos,
2713 poderá dobrar, em outros quase alcançar o mesmo número. Então, em uma
2714 primeira fala, são esses os pontos que gostaria de colocar e já me adiantando
2715 um pouco, a ideia é que se tenha um debate bastante aprofundado, mas que
2716 nós - museus e institutos - tenhamos um tempo, é o que pedimos, para que
2717 possamos discutir novamente essas propostas e apresentar uma redação um
2718 pouco mais aprofundada, em um trabalho conjunto com a Comissão.” **Cons.**
2719 **Antonio Carlos Marques:** “Na realidade, praticamente tudo já foi dito, fica
2720 bastante claro a nossa grande aceitação para esses princípios de abertura dos

2721 institutos especializados e dos museus. O Prof. Carlotti historiou muito bem
2722 toda a questão. O Prof. Marcos complementou com uma proposta conjunta e já
2723 discutida entre nós, então ela tem esse respaldo na realidade, tanto de
2724 Institutos Especializados como de Museus. Lembro que os Institutos
2725 Especializados – e especificamente o do qual sou representante – têm uma
2726 diversidade muito grande, inclusive de opiniões. Claramente foi uma proposta
2727 do IEA, do Prof. Martin, que inspirou esse tipo de encaminhamento que a
2728 Profa. Maria Paula fez, que é uma proposta. Na realidade, dentro dessa
2729 diversidade, tentamos chegar nos pontos mínimos e comuns que todos nós
2730 concordássemos, e foram exatamente esses, ou seja, uma ampla
2731 acessibilidade ou os candidatos terem acesso a pleitear a diretoria e aumentar
2732 o número de elegíveis. Na realidade, se essa Comissão ficar selecionando
2733 muito ela irá restringir esse acesso e isso não é interessante, queremos ampliar
2734 esse acesso, ter uma discussão ampla sobre o colégio eleitoral. De forma que,
2735 na realidade é importante que tenhamos o máximo de universalidade possível
2736 pertinente à temática, evidente, dos Institutos. Veja bem, isso é muito amplo,
2737 sou do Instituto de Biociências, mas estou Diretor do Centro de Biologia
2738 Marinha, que já teve em sua diretoria professores do Instituto Oceanográfico,
2739 do Instituto de Ciências Biomédicas e, pasmem, até do próprio Centro de
2740 Biologia Marinha. Isso mostra que estamos muito abertos e dentre as pessoas
2741 que frequentam, só pensando na nossa Universidade, temos nove Institutos ou
2742 Unidades diretamente ligadas: a Escola Politécnica, a Faculdade de Educação,
2743 a Faculdade de Filosofia de Ribeirão, o Instituto de Biociências, o Instituto de
2744 Ciências Biomédicas, o Instituto de Geociências, o Instituto Oceanográfico, o
2745 Instituto de Química de São Carlos e o Museu de Zoologia. E estou
2746 relacionando os de hoje, pois se pegar historicamente é mais do que isso, que
2747 usam as nossas dependências, por exemplo, ainda temos a ESALQ, a EACH,
2748 entre outras, ou seja, claramente servimos amplamente como órgão de
2749 integração e é para isso que existimos é para isso que queremos manter com
2750 esses princípios fundamentais. E isso entra no último tópico, que é a
2751 transversalidade. Para a manutenção dessa transversalidade é importante que
2752 haja esse diálogo permanente com essas que são unidades parceiras,
2753 unidades afins, enfim, unidades que, historicamente, vivem as necessidades e
2754 nos colocam suas necessidades para que possamos colaborar. E isso é

2755 essencial no pensar qual é o universo de decisão, universo que pode votar
2756 nessas questões. Por quê? Porque esses, evidentemente, são os atores que
2757 estão ligados diretamente, conhecem as nossas necessidades e possibilidades
2758 e podem colaborar diretamente. Nada contra, evidentemente, que uma outra
2759 unidade se torne afim, porque afinal de contas, estamos abertos e é para isso
2760 mesmo, e ela passará então a trabalhar ativamente por isso. Na realidade, tudo
2761 que estamos colocando aqui é muito consonante entre nós. A única ressalva
2762 que faço – o Prof. Carlotti colocou brevemente, mas é importante que
2763 pensemos – é com relação à questão do IEA. O IEA é um Instituto muito
2764 peculiar, pela natureza de formação dele, e engessa-lo com um Instituto ou
2765 uma Unidade como as outras Unidades da Universidade de São Paulo, na
2766 realidade, é contra a própria natureza de criação do IEA, que é algo feito para
2767 pensar na Universidade e propor alternativas para as mais diferentes áreas e
2768 atuações dela, isso é muito importante. Para encerrar, acho que existe uma
2769 grande consonância de ideias, os princípios fundamentais estão todos
2770 mantidos, a questão é quais são os mecanismos. E para isso, pedimos que
2771 façam destaques e que se permitam que possamos trazer essa hipótese
2772 amadurecida e bem discutida, como vem sendo feito nessas últimas semanas,
2773 graças à paciência de todos os envolvidos.” **M. Reitor:** "Quantos daqui
2774 conhecem o CEBIMar? Percebo que são mais do que eu imaginava. É uma
2775 das grandes coisas que a Universidade tem, mas ela tem numerosas outras
2776 que não conhecemos. Quantos daqui estiveram no Museu de Zoologia? Há
2777 pouco tempo, conversava com um professor titular que não sabia que tínhamos
2778 um Museu de Zoologia. E são exemplos virtuosos que os dois Diretores
2779 apresentaram aqui e esses princípios que queremos que fiquem escritos no
2780 Regimento Geral da USP, eles já praticam. Mas, o fato de que este Instituto e
2781 este Museu praticam isto, não quer dizer que é uma prática obrigatória em
2782 todos os demais até o momento. Como já disse anteriormente aqui, quando
2783 fazemos legislação, não é para dizer as coisas desejáveis ou deixar
2784 subentendido que todo mundo irá fazer da melhor maneira possível, todo
2785 mundo se esforça sempre para fazer da melhor maneira possível, mas é bom
2786 ter regras, ter orientações e é isso que estamos tentando fazer, trazer essa
2787 maneira de se comportar desses dois órgãos que aqui discutiram, para o
2788 conjunto dos nossos Museus e Institutos.” **Cons. Jefferson Antonio Galves:**

2789 “Fico feliz de ver que há esse acordo, esse consenso em relação a que
2790 Institutos e Museus se abram e que haja uma transversalidade maior. A
2791 questão maior agora é saber como é que designamos unidades afins. Acho
2792 que não passaria pela cabeça que a Matemática fosse uma Unidade afim do
2793 CEBIMar. Já dirigi um projeto de pesquisa de mais de um ano no CEBIMar e já
2794 realizei dois *workshops* maravilhosos lá; a Matemática está em vários lugares.
2795 É muito complicado, nessa época de interdisciplinaridade, discutirmos o que é
2796 unidade afim *a priori*. Fico um pouco preocupado com restringir, *a priori*, quem
2797 pode, porque acho que a Universidade deveria caminhar para uma integração
2798 maior, por exemplo, em relação ao IEA. O IEA deveria, por exemplo, integrar
2799 os doze CEPIDs da USP, o que ele não faz, e é uma pena. Isso é um
2800 sentimento que tenho há anos. Já tive um projeto no IEA, já frequentei muito,
2801 acho que deveria ser a casa dos projetos de pesquisa da USP e todos
2802 deveriam ir lá, obrigatoriamente. Digamos que estamos pegando dois
2803 extremos, o CEBIMar é um lugar muito apazível, recomendo a todos que
2804 visitem, gostei muito de passar esses projetos lá, peguei um projeto em
2805 andamento quando era um jovem pesquisador, fiz um projeto com um
2806 professor da Biologia para modelar a interação entre cracas e mexilhões do
2807 costão rochoso e aconteceu um drama, esse professor faleceu eletrocutado
2808 furando a rocha e aí eu herdei o projeto e o dirigi por dois anos, deu dois
2809 artigos. Faço um apelo aos colegas dos Museus e dos Institutos para que se
2810 abram mais, acho que a noção de unidade afim é um gesso. É claro que
2811 atualmente não tenho nenhum projeto no CEBIMar, não me passaria pela
2812 cabeça me candidatar a nada, mas tenho um projeto no Museu de Zoologia, o
2813 meu CEPID está montando uma exposição lá. É muito complicado, atualmente,
2814 saber aonde você pode encontrar um interesse. Na Matemática, por exemplo,
2815 tem gente interessada em coisas que até Deus duvida, e certamente você
2816 encontrará matemáticos envolvidos com todas as instituições da USP, creio
2817 que não haja uma que não tenha algum matemático, nesse momento, com um
2818 projeto comum. Ou seja, a Matemática se candidata a ser unidade afim de
2819 todos os Institutos. Lembro-me de uma época em que eu trabalhava em
2820 ‘Modelagem Matemática na Mudança Linguística’, e estava fazendo uma
2821 conferência em Roma, na Física, La Sapienza, e falei: ‘olha, quando eu faço
2822 essa conferência tem sempre um maluco que me espera no final com um livrão

2823 e diz que ele também está fazendo Linguística e que ele vai me mostrar as
2824 descobertas.' Qual foi a minha surpresa saber que o Prof. Francesco Guerra,
2825 que é um grande físico matemático, tinha um laboratório clandestino de
2826 fonologia na Física de Roma, La Sapienza, onde ele fazia síntese de voz e
2827 onde ele me explicou as mudanças prós óticas do latim, ou seja, o que os
2828 matemáticos fazem, os físicos fazem há muito mais tempo, então, nessa
2829 Universidade, ainda bem, há uma interdisciplinaridade. Peço aos colegas dos
2830 Museus e dos Institutos que não fiquem preocupados, os matemáticos, os
2831 físicos, biólogos, os colegas da Ciências Sociais são muito curiosos. Tive um
2832 projeto na Faculdade de Filosofia, em Linguística, tive projeto no IO, na Física,
2833 então acho que não devíamos engessar, já que há esse acordo, vamos abrir,
2834 porque isso é bom. Os Museus e os Institutos Especializados são órgãos da
2835 USP, da USP como um todo." **Cons. Antonio Marcos de Aquirra Massola**: "A
2836 palavra do Prof. Galves me entusiasmou, porque o que ele falou eu queria falar
2837 para todos. O Professor usou toda a prerrogativa do que eu poderia ter falado.
2838 Isso que o Prof. Galves falou é um chamamento para que todas as nossas
2839 Unidades participem, efetivamente, de todos os Institutos Especializados e
2840 também dos Museus. A Poli já tem uma relação intensa com os Institutos
2841 Especializados e com os Museus também, já participamos de várias atividades
2842 conjunta. Lorena, por exemplo, apesar de estar apenas há dez anos na
2843 Universidade, tem uma vontade louca de participar de um monte de atividades
2844 e esse chamamento do Professor mostra que a Universidade quer ter mais
2845 vida, mais dedicação, mais amplitude nas atividades que exerce. Faço um
2846 apelo para que todos não façam unidades afim apenas aquelas que vão de vez
2847 em quando, porque tem um monte de gente que gostaria de colaborar e
2848 participar efetivamente de um maior desenvolvimento da Universidade. Meus
2849 parabéns Professor." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: "Serei
2850 brevíssimo apenas para dizer duas coisas: a primeira é que vejo com muita
2851 satisfação a maneira como, ao longo desta sessão, conseguimos construir
2852 consensos e estou absolutamente convencido de que isso será absolutamente
2853 possível no que diz respeito a este ponto de pauta. Quero parabenizar a todos
2854 os envolvidos pelo encaminhamento. A minha segunda observação é muito
2855 rápida e também foi motivada pela fala do Prof. Galves e agora, do Prof.
2856 Massola. Acho que é fundamental distinguirmos o conceito e a utilização da

2857 ideia de unidade afim, com a ideia - da qual obviamente participo - de que em
2858 todas as Unidades da USP haverá professores, docentes especialistas com
2859 interesse e possibilidade de colaborar com a atuação de qualquer Museu ou
2860 Instituto Especializado. É importante essa distinção, porque a noção de
2861 unidade afim que já existiu no Regimento da USP e que dele foi retirada há
2862 tempo suficiente para sumir da memória de alguns de nós, não supõe apenas
2863 uma participação esporádica no momento da eleição ou, eventualmente, no
2864 oferecimento de candidatos para os cargos diretivos. A noção de unidade afim
2865 supõe uma participação mais orgânica e permanente na vida da instituição.
2866 Também, é nesse sentido que o Prof. Carlotti lembrava aqui o entendimento da
2867 Comissão, e considero que também dos representantes dos Museus e dos
2868 Institutos Especializados, de que devemos caminhar para trabalhar em três
2869 universos distintos. Porque se considerarmos essa noção mais precisa de
2870 unidade afim, no caso específico do IEA, todas, rigorosamente todas as
2871 Unidades da USP são unidades afins pela natureza e missão do IEA, o que
2872 não é, necessariamente, aplicável aos demais. Parece-me ser importante fazer
2873 esse registro. A noção de unidade afim é vital aqui, não apenas para o
2874 momento da eleição, na composição do colégio eleitoral ou do quadro de
2875 elegíveis, mas é fundamental porque supõe a participação cotidiana,
2876 consistente no processo pleno de gestão e de execução da missão dos
2877 Museus e Institutos." **M. Reitor**: "Tenho a impressão que esta discussão
2878 caminhou bem. Focalizamos onde temos questões que precisam ser resolvidas
2879 e as mesmas serão resolvidas por uma Comissão formada pelo Prof. Marcos,
2880 Diretor do Museu de Zoologia, pelo Prof. Antonio Carlos, Diretor do CEBIMar,
2881 que são os dois representantes de Museus e Institutos, mais a Comissão que
2882 no momento é presidida pelo Prof. Carlotti. Essa Comissão irá rever, passará
2883 pela CLR e trará para a próxima reunião. Contudo, quero dizer que entendi
2884 dessa discussão que as questões estão focadas em quatro artigos. Primeiro, a
2885 questão da constituição da Comissão Eleitoral. Houve uma proposta concreta
2886 que a sua constituição fosse revista havendo, então, três membros indicados
2887 pelo Conselho e dois pelo Reitor. Poderia ou não se incluir aí a questão de
2888 unidades afins, cabe à Comissão pensar sobre isso. A outra questão é a das
2889 candidaturas, e aqui temos duas questões. A primeira é estender a todos os
2890 Associados. Lembrando que este Conselho já rejeitou que a eleição de

2891 Diretores se estendesse a todos os Associados, presumo que será necessário
2892 estudarem, mas manterem uma certa uniformidade. A outra questão aqui, que
2893 acho também muito crítica, e que passa tanto pelo discurso do Prof. Galves
2894 como pelo discurso do Prof. Massola é a questão de unidades afins no
2895 universo dos candidatos, o que é diferente no universo dos eleitores, isto é,
2896 talentos eventualmente talhados para dirigir um museu ou instituto, presumo,
2897 podem ser encontrados em diferentes locais na Universidade de São Paulo e
2898 não apenas naqueles em há, então, gostaria que considerassem a
2899 possibilidade de manter isto o mais aberto possível. E finalmente, o colégio
2900 eleitoral que precisa ser reestudado e a proposta de uma nova composição que
2901 leve em conta essa visão de ampliação. O que está aqui é uma visão de
2902 ampliação, mas poderá ser moldada ou modificada de acordo com aquilo que
2903 entenderem. Finalmente eu diria que eu não vejo motivo para dar um
2904 tratamento especial neste regramento, que é muito genérico, ao IEA. Por que
2905 qual é a questão central do IEA? É que o IEA se relaciona, em princípio, com
2906 toda a Universidade. Basta dizer que as unidades afins são todas, e nós
2907 teríamos o problema resolvido, presumo. Não há necessidade de um
2908 mecanismo especial de eleição, ele poderia se conformar, mas estou falando
2909 um pouco no sentido de facilitar o trabalho que votaremos aqui no dia oito de
2910 dezembro. Insisto na necessidade de encaminharmos isto com urgência,
2911 porque temos dificuldades que estão se acumulando. Temos mandato
2912 vencendo em um instituto e em um museu, e vencendo logo e tivemos um
2913 conflito que levou à demissão de um Diretor. Vou tomar a providência, se a
2914 Procuradoria Geral assim me apoiar, de não dar nenhum andamento a
2915 qualquer processo eleitoral em museus e institutos até que isto esteja
2916 resolvido. Estou comunicando o Conselho que irei procurar fazer isso da
2917 melhor boa fé possível para permitir que tenhamos uma solução que seja
2918 universitária. O assunto está neste momento retirado de pauta, passamos ao
2919 último tópico da Ordem do Dia que é 'Diretrizes Orçamentárias para 2016', e
2920 para isto convido o Prof. Adalberto Fischmann, Presidente da Comissão de
2921 Orçamento e Patrimônio, para fazer uma exposição." Em discussão:
2922 **CADERNO X - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016** - Proposta de
2923 Diretrizes Orçamentárias para 2016, aprovada pela COP em 03.11.2015. **Cons.**
2924 **Adalberto Américo Fischmann** (apresentação): "Gostaria de trazer a

2925 apresentação das 'Diretrizes Orçamentárias para 2016', e como todos sabem o
2926 cenário não é o mais favorável, mas estamos fazendo aqui o dever de casa, ou
2927 seja, trazendo a notícia da melhor forma possível. Quero inicialmente destacar
2928 algumas mudanças que ocorreram nas Diretrizes Orçamentárias. A primeira
2929 mudança diz respeito à informação de que todos os recursos para 'Outros
2930 Custeios e Investimentos' das Unidades, Órgãos e Institutos serão basicamente
2931 os mesmos valores que trabalhamos no exercício de 2015. Segundo,
2932 unificação dos Grupos de Seguro em um único fundo de Cobertura de Sinistro
2933 das alíneas: 'Seguro de Acidentes Pessoais'; 'Seguro de Veículos' e 'Reposição
2934 de Equipamentos de Laboratório, Equipamentos de Informática, Portáteis e de
2935 Áudio Visual Sinistrados'. Outro ponto é que o adicional de 'Equipamentos de
2936 Segurança' passará a ser 15% da 'Manutenção Predial' e também passará a
2937 contemplar a aquisição de EPIs que são equipamentos de proteção individual.
2938 O método de trabalho que adotamos contempla primeiro o que fizemos em
2939 julho deste ano, enviando a todas as Unidades, a todos os órgãos centrais e
2940 institutos, as Diretrizes Orçamentárias para serem analisadas e discutidas no
2941 âmbito de cada uma das Unidades. Agora em novembro recebemos e fizemos
2942 a análise das contribuições e submetemos à aprovação das Diretrizes
2943 Orçamentárias ao Co. Na sequência, no dia oito de dezembro deveremos ter a
2944 consolidação, pela COP, e encaminhamento ao Co da 'Proposta Orçamentária
2945 da USP' que vigorará para o ano de 2016. Fizemos uma pequena alteração.
2946 Antigamente fazíamos uma revisão com base no mês de março e outra
2947 segunda revisão com base no mês de setembro, e é o que fizemos agora no
2948 ano de 2015. Para esse novo exercício de 2016, iremos fazer uma revisão em
2949 junho com base nos dados de maio e outra em novembro com base nos dados
2950 de outubro de 2016 e apresentaremos em cada um desses momentos, ao
2951 Conselho Universitário, a revisão da 'Proposta Orçamentária' adequando a
2952 execução orçamentária aos valores que efetivamente recebemos da receita,
2953 tanto da receita própria da USP quanto principalmente do Tesouro do Estado
2954 de São Paulo. Com relação à previsão do orçamento do Estado, vale a pena
2955 destacar alguns pontos. A informação que temos da Secretaria de
2956 Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, que nos foi divulgada no
2957 último mês de setembro, é de que a arrecadação com o ICMS está prevista em
2958 R\$ 131,22 bilhões de reais. Dessa forma, a quota-parte Estadual ficaria em R\$

2959 98,41 bilhões de reais e essa estimativa de receita foi feita considerando-se
2960 alguns parâmetros que são importantes. Primeiro, a arrecadação efetivamente
2961 verificada até o mês de agosto deste ano. Segundo, as séries históricas que
2962 observamos nesses últimos três anos. Terceiro, a projeção de arrecadação até
2963 o final de 2015, ou seja, mais esses últimos meses e, finalmente, os dados que
2964 recebemos da Secretaria de Planejamento e Gestão nos dão uma inflação
2965 anual de 5,51% para o ano de 2016 e uma redução do PIB nacional de - 0,4%.
2966 Vamos ver como é que fica a Tabela 1 das 'Diretrizes Orçamentárias', ou seja,
2967 a comparação entre os orçamentos iniciais em 2015 e esse novo que está
2968 sendo proposto para 2016. Podemos observar que os recursos do Tesouro do
2969 Estado tiveram, em relação à proposta da Lei Orçamentária anual para 2016,
2970 um pequeno acréscimo de 7,19% quando comparamos a Lei Orçamentária de
2971 2015 e a revisão que foi feita em 2015, quando fizemos a revisão do
2972 orçamento, a última revisão, então, temos aqui uma variação positiva de 7,19%
2973 se compararmos a Lei Orçamentária anual de 2016 contra a revisão de 2015.
2974 Vamos vendo todos esses números, Recursos Próprios tivemos uma redução
2975 de 38,60%, porque nossas aplicações são menores, então os Recursos
2976 Próprios são menores e os Recursos vinculados federais que são praticamente
2977 iguais são cerca de R\$ 16, 56 milhões para o ano de 2016, ou seja, no final do
2978 exercício deveríamos ter pela Lei Orçamentária anual R\$ 5.253,11 milhões de
2979 ingresso, no que representa um pequeno acréscimo em relação ao ano de
2980 2015 se tomarmos a posição revisada. E em relação à Lei Orçamentária de
2981 2015, temos uma pequena redução de 1,59%. Passando para a Tabela 3, vou
2982 procurar chegar ao final. Os senhores podem observar que temos algumas
2983 diminuições que estão assinaladas na cor vermelha, as quais são variações
2984 relativamente ao orçamento revisado do ano passado e então temos uma
2985 posição, por exemplo, com o Pessoal Ativo um gasto menor, com a SPPREV
2986 um gasto maior de 21,64% e assim por diante. Terminando, a penúltima linha
2987 que nos mostra a Reserva, ou seja, os senhores e as senhoras devem estar
2988 lembrados que para o ano de 2015, o orçamento revisado previa uma utilização
2989 das Reservas de R\$ 988,23 milhões de reais. Nós ainda fecharemos o ano de
2990 2015, mas esse era o compromisso que havíamos estabelecido para o ano de
2991 2015 e para 2016 a nossa posição que foi preparada pela CODAGE e pela
2992 COP é de termos um uso de recursos da Reserva de R\$ 543,24 milhões de

2993 reais, ou seja, estamos gastando da Reserva menos, o que é bom, mas
2994 estamos cada vez mais sangrando essa nossa Reserva que já foi de mais de
2995 três bilhões de reais. Passando para a Tabela seguinte, iremos falar agora da
2996 estimativa de uso das Reservas financeiras da Universidade, comparando os
2997 dois anos. Para o ano de 2015, começamos com um estoque na nossa
2998 Reserva de R\$ 1.991 bilhões de reais e tivemos despesas excedentes à receita
2999 corrente do Tesouro do Estado de R\$ 1.086 bilhões de reais, sendo o déficit
3000 orçamentário de R\$ 988 milhões, dos quais já falamos, mais R\$ 98 milhões de
3001 Restos a pagar de anos anteriores e credores que a Universidade tem que
3002 saldar a dívida. Por outro lado, a Receita Líquida da Universidade é de R\$ 350
3003 milhões para o final do ano de 2015. Isso fará com que em dezembro de 2015,
3004 nosso estoque de recursos, nossa reserva, fique em torno de R\$ 1.255 bilhões
3005 de reais, que será o nosso saldo inicial para o ano que vem. E seguindo essa
3006 mesma lógica, terminaremos o ano de 2016, segundo a proposta dessas
3007 'Diretrizes Orçamentárias', com R\$ 794 milhões na nossa Reserva. Passando
3008 para a tela seguinte, as metas orçamentárias para 2016 são as seguintes:
3009 primeiro, do ponto de vista de transferência de Recursos do Tesouro paulista,
3010 R\$ 4.940 bilhões. Despesas com 'Pessoal': R\$ 4.821 bilhões de reais;
3011 despesas com 'Outros Custeios e Capital': R\$ 661 milhões. Isto nos leva
3012 àquele déficit orçamentário que já citei de R\$ 543 milhões para o ano de 2016,
3013 o que nos leva a essas mesmas Reservas no final de 2016 de R\$ 794 milhões
3014 de reais. Na próxima tela há quatro quadros que mostram a posição em uma
3015 perspectiva plurianual até 2018. Em 2016 iremos ter uma Receita de Tesouro
3016 do Estado, sinalizada na cor azul, um pouquinho maior do que os gastos com
3017 compromisso com 'Pessoal' e iremos projetando isso para os anos de 2017 e
3018 2018, com uma posição em que nós conseguiremos reduzir o nosso *gap* na
3019 receita de Tesouro do Estado, ou seja, iremos admitindo, segundo essas
3020 Diretrizes Orçamentárias, a capacidade de ter uma 'folga'. Isso faz com que,
3021 olhando o gráfico à direita, o nosso comprometimento de 'Pessoal' em relação
3022 a 2016, 2017, 2018 tenha uma queda, terminando o ano de 2018, segundo
3023 essas 'Diretrizes Orçamentárias', com pouco menos de 94% de
3024 comprometimento com gastos de 'Pessoal'. Passando para o slide no
3025 quadrante inferior esquerdo, veremos que o déficit para o ano de 2016 é de R\$
3026 543 milhões, reduzindo para R\$ 475 milhões e R\$ 349 milhões para 2017 e

2018, ou seja, estamos, segundo as 'Diretrizes Orçamentárias', diminuindo a utilização das nossas Reservas. E as nossas Reservas que estariam em 2016 em R\$ 794 milhões se esgotarão totalmente ao final de 2018, quando teremos, segundo essas 'Diretrizes Orçamentárias', apenas dois milhões de reais em caixa, ou seja, certamente isso não dá nenhum conforto para a Universidade. Passando para o próximo slide, algumas observações são importantes. Primeiro, as Reservas da Universidade se esgotarão ao final de 2018, e segundo o que falamos, teríamos apenas dois milhões de reais. O comprometimento das Receitas com 'Pessoal' permanecerá muito próximo de 94%. Esse cenário que estamos apresentando aqui revela, de forma incontestável, que as finanças da Universidade estão em uma posição de fragilidade financeira absolutamente preocupante. Por fim, quero dizer que a não verificação de uma ou mais dessas premissas que adotamos na COP podem se traduzir no esgotamento das Reservas no ano de 2017 ou até mesmo antes. Ou seja, a situação de fragilidade financeira da Universidade está muito evidente. Isto nos leva à situação de termos que procurar, para o exercício de 2016, medidas que não nos deixe ir para este caminho inexorável que está sendo sinalizado aqui por essas constatações que estamos fazendo para as projeções para 2018. Ou seja, o que quero dizer é que não dá para ficarmos parados imaginando que está tudo bem. Certamente teremos que ter posições que nos permitam, de um lado, aumentar os recursos, elevar o ingresso, e de outro lado, fechar as torneiras com relação a gastos. E esta é uma posição que certamente é muito difícil. Vimos hoje aqui mesmo, no plenário, vários dos nossos colegas comentando da necessidade de manutenção de determinadas posições que historicamente mantivemos aqui na Universidade, práticas que foram adotadas ao longo do tempo e que, no meu modo de ver, certamente deverão ser objeto de uma reflexão, pois a única forma de sairmos disso é como falei, ou seja, fechando a torneira da despesa e aumentando o fluxo de recursos para a Universidade." **M. Reitor:** "Por favor, retorne na Tabela 4. É interessante observar isto aqui. Para que o ambiente não seja tão deprimente e achar que a Universidade não é capaz de fazer qualquer coisa que seja e mostrar o efeito daquilo que a Universidade fez. E quando falo a Universidade eu quero dizer, a gestão, os Diretores, o Conselho Universitário. Isto aqui é o déficit orçamentário de 2015 previsto, mas não ficará

3061 muito diferente disso, novecentos e oitenta e oito, e no ano seguinte, 2016,
3062 previsto quinhentos e quarenta e três milhões. Desses novecentos e oitenta e
3063 oito, temos que tirar os trezentos mil, aproximadamente, que usamos no PIDV
3064 e que agora se reflete ajudando a reduzir o déficit, isto é, o déficit tradicional
3065 como nos anos anteriores, e que teremos este ano será de seiscentos e
3066 cinquenta a setecentos milhões de reais. Ora, lembrem-se que, em 2013 o
3067 déficit foi de um bilhão, em 2014 foi de um bilhão, em 2015 nós baixamos pela
3068 mesma régua para seiscentos e cinquenta, setecentos milhões e em 2016
3069 teremos um déficit previsto de quinhentos milhões. Mas isso não é
3070 obrigatoriamente assim. Como fomos capazes de reduzir o déficit, neste ano,
3071 gastamos trezentos para o PIDV, mas de agora para frente iremos nos
3072 beneficiar disso. Este déficit de quinhentos e quarenta e três é o déficit previsto
3073 com este orçamento, mas novamente podemos trabalhar nisto. Quanto às
3074 outras questões que o senhor aponta, Prof. Fischmann, muito bem, como um
3075 economista ou um administrador, temos duas maneiras de nos reequilibrarmos,
3076 reduzindo os gastos ou aumentando a Receita. No entanto, a nossa Receita,
3077 de fato volumosa, porque podemos trabalhar com 1% a mais aqui, 0,5% lá,
3078 mas são os recursos que vem do ICMS, vem do Estado. Não adianta ter
3079 qualquer ilusão quanto ao desenvolvimento da economia do país, pelo menos
3080 no ano de 2016, mas certamente não no primeiro semestre e sofreremos as
3081 consequências disso. Então, falar em aumento de Receita e tirando as coisas
3082 românticas de fazermos um *endowment*, etc, que é muito bom, devemos
3083 trabalhar para isto, a Universidade precisa ter isto e, até se possível,
3084 administrado fora da Universidade, mas serão recursos pouco significativos
3085 para pagar o essencial, aquilo que cria o nosso grande comprometimento que é
3086 a folha de pagamento. Então, pediria aos membros do Conselho Universitário
3087 que ao analisarem este quadro, nos ajudem, façam sugestões, sugestões
3088 realistas, aquelas que podemos discutir aqui e implementar nas Unidades. Não
3089 adianta falar que precisamos fazer restrição de recursos. O que precisamos
3090 saber é onde, como, por qual mecanismo, por quanto tempo.” **Cons. Marcos**
3091 **Noqueira Martins**: “Obrigado, Prof. Fischmann, pela apresentação, muito
3092 esclarecedora. Tenho um comentário pontual sobre o começo, porque
3093 considero um pouco tarde fazer a segunda revisão orçamentária em novembro,
3094 com base nos dados de outubro. Sugeriria que mantivéssemos setembro e

3095 outubro, porque senão estaríamos agindo sobre um orçamento que está
3096 praticamente encerrado na segunda revisão. A dúvida de caráter geral que
3097 entendi ao ler o documento que está na pauta é que este cenário, que já é bem
3098 grave, se baseia na previsão de reajuste salarial zero. O meu entendimento
3099 está correto que nesse cenário que está sendo apontado não há previsão de
3100 reajuste salarial algum, ou seja, a folha se mantém do jeito que está e isso vale
3101 também para 2017 e 2018. Esta é a pergunta que estou fazendo.” **Cons.**
3102 **Adalberto Américo Fischmann**: “Com relação à segunda revisão do exercício
3103 de 2016, não há problema em antecipar de outubro para setembro. Nós
3104 quisemos dar um tempo maior para a revisão, mas se o Conselho entender que
3105 é melhor fazer em setembro, não há problema algum, a qualquer tempo
3106 podemos fazer a revisão, sem dúvida alguma. Referente a qualquer reajuste
3107 salarial, a verdade é que não cabe à COP, propriamente dita, propor isto.
3108 Quero lembrar que reajustes salariais, de certa forma, não são nem uma opção
3109 da Universidade de São Paulo, pois isso é tratado no CRUESP. Nós
3110 propositadamente não contemplamos qualquer visão nessa linha porque isso
3111 será discutido no âmbito das três Universidades e aí, diante disso, teremos que
3112 ver como lidaremos com essa proposta do CRUESP.” **Cons. Benedito**
3113 **Honório Machado**: “Há um ponto sobre o qual eu tenho dúvida. Se possível,
3114 gostaria de ver a Tabela 5, que contém o gráfico de Reserva financeira.
3115 Reserva financeira, quando toca na abcissa ou vamos chamar de tragédia, é o
3116 *quash* ou *that down*, ou qualquer outro nome que se queira dar. O fato é o
3117 seguinte: há um ano atrás o cenário era menos complexo, no meu
3118 entendimento, do ponto de vista econômico, do que ele é hoje. Em outubro,
3119 novembro do ano passado tínhamos expectativa de que a crise seria
3120 momentânea. No cenário traçado pela COP em relação à Reserva financeira,
3121 vendo o mesmo documento do ano de 2014, havia a previsão de que em 2016
3122 teríamos trezentos e cinquenta e oito milhões. Em 2017 teríamos a tragédia em
3123 vinte e sete milhões e em 2018 seriam menos duzentos e cinquenta milhões.
3124 Ficaríamos devendo até para a própria Reserva da Universidade. O cenário de
3125 hoje, do ponto de vista econômico, no meu entendimento, é muito pior que há
3126 um ano, as perspectivas não são tão passageiras quanto imaginávamos.
3127 Apesar disso, essa Reserva financeira, no meu entendimento, tem uma
3128 diferença favorável, positiva, de aproximadamente trezentos a quatrocentos

3129 milhões de reais, entre os trezentos e cinquenta e oito, setecentos e noventa e
3130 quatro em 2016 e vinte e sete milhões contra trezentos e sessenta e oito. Na
3131 proposta da COP do ano passado, o PIDV, como o Prof. Zago já mencionou, já
3132 teria sido considerado naquela análise mais trágica e, inclusive, o reajuste
3133 salarial também estava contemplado na de 2014. A questão é a seguinte:
3134 esses trezentos ou quatrocentos milhões, nessa faixa, a tragédia se anuncia
3135 agora, um ano depois - e isso é um aspecto muito positivo- esse avião vai cair,
3136 vai se espatifar, seria em 2017 e agora não é mais, será em 2018 se nada de
3137 bom acontecer. O fato é o seguinte: essa diferença positiva vem de onde? É do
3138 PIDV? Não. Porque ela já estava contemplada. São dos investimentos ou da
3139 chamada Receita própria da Universidade? Ainda que ela seja
3140 percentualmente menor, ela foi melhor utilizada? Posso entender dessa forma
3141 o fato da tragédia que aconteceria em 2017 ter sido postergada por um ano, o
3142 que nos dá uma margem de manobra de reverter essa queda. Seria isso?" **M.**
3143 **Reitor:** "De fato, a diferença positiva se deve, em primeiro lugar, porque o PIDV
3144 fez o seu efeito, ele não estava completamente considerado lá. Segundo lugar,
3145 porque nós fizemos muita economia. A Universidade fez economia. Tenho
3146 dados que posso mostrar na discussão do orçamento, ou quem sabe, fazer
3147 circular depois, que mostram que a Universidade economizou
3148 significativamente em recursos para gastos com terceiros, contratos e
3149 consumo. Uma parte destes dados apresentei na Assembleia, na Comissão de
3150 Orçamento, mostrando que a Universidade está sim fazendo o seu papel e
3151 controlando os gastos. Isso é muito positivo, o que tem de negativo é o
3152 seguinte: é que agora bateu quase na trave, quer dizer, nós realmente
3153 cortamos, os Diretores participaram muito desse esforço, contando assim, tira
3154 um funcionário daqui, coloca lá, reduz o número de terceirizado, reduz o
3155 contrato, quer dizer, estão administrando a economia como se administra a
3156 economia da sua casa quando está faltando dinheiro. Agora está chegando
3157 naquilo que dá para fazer, e, claro, que podemos continuar fazendo, mas agora
3158 você começa a ter ganhos que são muito pequenos em relação ao total, os
3159 grandes ganhos já tivemos. Isto, então, se associa com esta situação complexa
3160 agora da economia, é absolutamente inseguro fazer grandes previsões muito
3161 certas que vão além de três, quatro meses, isto daqui a COP fez os estudos, é
3162 necessário para que nos informemos, mas é absolutamente impossível saber

3163 se isso se sustenta diante do que está acontecendo com a economia, diante do
3164 que está acontecendo com o ICMS. Quem sabe tenhamos uma solução da
3165 crise política, a economia deslanche novamente e essas coisas mudem, mas
3166 neste momento, este é o melhor que se pode dizer, estamos ainda em uma
3167 situação muito crítica. Se observarem a curva de ingresso de recursos na
3168 Universidade que vem pelo ICMS e os gastos com folha de pagamento, no
3169 início do ano já havíamos superado, já estávamos com a folha de pagamento
3170 abaixo de 100%, mas quando veio a queda enorme da arrecadação o negócio
3171 voltou novamente a ficar difícil. Portanto, nesse último mês, foi distribuído o
3172 sistema de informações financeiras e todos podem ver que no último mês,
3173 novamente, o comprometimento da folha de pagamento passou a ser
3174 importante, bem acima de 100%, se não me engano. Previsões mais do que
3175 isso não podemos fazer, o que temos que fazer para o próximo ano é
3176 tomarmos novamente o máximo de cuidado para que consigamos preservar as
3177 atividades-fim mais importantes. Temos que reconhecer que não temos
3178 condições de fazer contratações, não há espaço para aumentar essa folha de
3179 pagamento neste momento, mas por outro lado, tenho que reconhecer que
3180 depois de dois anos sem fazermos contratação está me preocupando como
3181 preocupa a muitos a questão de contratação de docentes, as reposições, e em
3182 um determinado momento teremos que tomar alguma decisão aqui.
3183 Certamente será depois dos primeiros meses do ano quando possamos ver
3184 que tamanho ou que cara que toma esse monstro, esta é a primeira coisa. A
3185 segunda questão é que teremos que passar ainda, como fase final da nossa
3186 reforma, pela questão da reanálise do sistema de progressão da carreira
3187 docente, do sistema de avaliação institucional e individual das atividades
3188 universitárias, das atividades docentes, o papel da CERT nesse conjunto,
3189 precisamos fazer uma tábula rasa e rediscutirmos essa questão. Tomarmos
3190 toda a informação que temos, etc, para depois começarmos a discutir a
3191 questão das contratações docentes, porque isto está começando a nos
3192 preocupar. Mas, antes de termos um quadro de qual é a situação financeira e
3193 econômica do país até março, abril, quando o Conselho Universitário começa a
3194 trabalhar, não temos nenhuma chance de discutirmos essa questão e,
3195 infelizmente, não há como imaginar que neste momento se façam contratações
3196 de qualquer tipo, porque está aí o retrato, a folha de pagamento continua sendo

3197 o maior e o mais complicado peso dentro da Universidade.” **Cons. Adalberto**
3198 **Américo Fischmann**: “Só complementando e ratificando o que o Prof. Zago
3199 disse, fizemos o nosso trabalho em termos de procurar reduzir os gastos. Onde
3200 estamos tendo problema é de fato nas projeções que a Secretaria de
3201 Planejamento e Gestão nos passa. Já neste ano de 2015 tivemos que fazer
3202 todo um contingenciamento, pois não ocorreu aquilo que todos esperávamos
3203 que pelo menos ocorresse e para 2016 novamente, até de forma mais
3204 acentuada, a imaginação que nos foi passada em termos de projeção de
3205 ingresso de Receita do tesouro do Estado, que como o Prof. Zago falou, é a
3206 principal fonte de recursos nossa, é absolutamente imprevisível. Quaisquer
3207 cenários que façamos sobre o futuro são abstrações, porque não temos
3208 segurança, temos um pouco de controle sobre a parte dos gastos, do ingresso
3209 praticamente não.” **Cons. Paulo José do Amaral Sobral**: “Sobre a diferença
3210 que o Prof. Benedito falou, parece ser que está na realidade do saldo inicial de
3211 2015, porque até o primeiro semestre trabalhávamos que aquele saldo era de
3212 um bilhão e seiscentos milhões e agora é um bilhão e novecentos e dá mais ou
3213 menos essa diferença positiva, o que é legal. O que eu quero saber mesmo - e
3214 é uma informação que preciso porque trabalho muito com os meus professores
3215 - é essa matemática do balanço de reserva, de déficit de reserva, para
3216 convencê-los a não pedir mais do que o necessário. E para me ajudar no
3217 planejamento dessa estratégia, gostaria de saber o seguinte: se vocês
3218 trabalharam ou criaram um cenário de um novo contingenciamento do Governo
3219 do Estado como os cento e noventa milhões que eles contingenciaram no início
3220 do ano e da Reitoria também mais 20%. Se esse cenário existe, gostaria de
3221 saber qual é para planejar minhas ações, principalmente para o segundo
3222 semestre.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Não vou dizer nenhuma grande
3223 novidade aqui por mais que eu ache que a maioria do Conselho está cansado
3224 de ouvir, não canso de repetir algumas coisas. A primeira é a seguinte: de novo
3225 se desconsidera a questão de que, enfim, o problema é sempre a folha de
3226 pagamento, quanto está gastando, o salário dos funcionários e nunca do que
3227 vem do Estado e não vou nem falar da nossa reivindicação de aumento de
3228 verbas que significa, na verdade, repor as verbas que eram repassadas em 89.
3229 Vou falar só do que o Governo prometeu para as Universidades em função de
3230 projetos de expansão, em acordo firmado, e não cumpriu, que se fizer as

3231 contas dá mais do que a Universidade tem de déficit anualmente hoje, ou se
3232 poderia considerar os descontos que são feitos no ICMS antes de calcular o
3233 repasse para as Universidades de alíneas tipo nota fiscal paulista, habitação e
3234 outras que todo mundo sabe que são irregulares e que sozinhas também
3235 representam um volume de dinheiro maior do que a Universidade tem de déficit
3236 anualmente, qualquer uma das duas coisas sozinha. Acordos e Leis que o
3237 Governo não respeita para passar dinheiro para a Universidade e que são a
3238 origem do cálculo do valor que os três Reitores fizeram no pedido ao Governo,
3239 mas que recentemente a USP se posicionou publicamente em um jornal
3240 dizendo que não é hora de pedir mais dinheiro ao Governo do Estado porque
3241 isso significaria dizer, em um momento de crise do Estado, que o Estado terá
3242 que tirar da educação básica, o que é absolutamente inverídico, inclusive
3243 desonesto, porque quando dizemos que para ter dinheiro para isso é
3244 necessário olhar coisas como a inadimplência do empresariado paulista que
3245 chega quase a 50% da arrecadação de impostos ou se fala em taxaço
3246 progressiva de grandes fortunas e coisas assim. Dizem que estamos querendo
3247 discutir coisas do funcionamento do Estado que escapam à Universidade, mas
3248 para justificar não pedir mais dinheiro aí sim a Universidade tem que pensar
3249 nas contas do Estado e não só da Universidade. A segunda questão que eu
3250 queria dizer é sobre os cortes. O número de funcionários em 2013, antes
3251 desses dois mil demitidos, era um pouquinho menor que em 1995, quando o
3252 número de alunos na Universidade era metade do que ele é hoje, então, o
3253 número de alunos e de cursos de graduação dobrou e o número de
3254 funcionários diminuiu considerando o número de funcionários de 2013, aí foram
3255 demitidos mais dois mil funcionários, mais de dez por cento dos funcionários e
3256 o problema ainda é para este Conselho Universitário a quantidade de
3257 funcionários. As consequências das demissões eu falo em toda reunião, já falei
3258 hoje, não vou repetir o que isso significa no HU em termos de fechamento de
3259 leitos e de serviço nas creches, nos restaurantes, como já disse hoje, inclusive
3260 nas Unidades de Ensino que têm vários serviços comprometidos por falta de
3261 pessoal em função das demissões e do congelamento das contratações.
3262 Inclusive não só de pessoal, o corte de verbas que afeta as Unidades que criou
3263 problemas importantes em várias Unidades pelo contingenciamento de verbas
3264 e para além das Unidades, por exemplo, a permanência estudantil, porque o

3265 Reitor sempre repete que não, não tem corte, e tem sim corte, soltou um
3266 comunicado, questionei na última reunião, nem o Reitor nem ninguém
3267 respondeu, mas a verba em termos reais de permanência este ano foi dez
3268 milhões menor do que o ano passado e na hora de olhar para a arrecadação se
3269 conta a inflação, o valor nominal da arrecadação do ICMS, pasmem, é maior
3270 este ano do que foi no ano passado. Evidentemente, não significa nada, porque
3271 inflação de 10% então é menor. O mesmo raciocínio óbvio deveria valer para
3272 reconhecer que está sendo cortada verba, inclusive, da permanência
3273 estudantil. Agora, o que nunca se leva em conta quando se olha onde há
3274 dinheiro para cortar é no enorme volume, enorme, escandaloso volume, de
3275 dinheiro que sai pela via das fundações. E não me refiro às denúncias de
3276 ilegalidades como as que foram feitas recentemente no caso dos professores
3277 que dirigem a fundação, dirigem um centro de pesquisa e aí abrem uma
3278 empresa e se contratam a si mesmos para fazer serviços usando a estrutura da
3279 Universidade, não estou nem falando disso, estou falando que é absolutamente
3280 considerado regular que o enorme volume de dinheiro que vai para as
3281 fundações através de cursos pagos e de uma série de serviços prestados com
3282 a estrutura da Universidade, o seu pessoal, os seus equipamentos e dos quais
3283 voltam quando muito 5% e aí vem aquela pequena receita própria. Para tudo
3284 isso, ninguém vê, o problema é o salário dos funcionários, o número de
3285 funcionários e agora surge uma proposta de Diretrizes Orçamentárias que tem
3286 como projeção nenhum reajuste salarial. Se alguém aqui acha que conseguirá
3287 conduzir as coisas dessa maneira e destruir a Universidade, porque é disso do
3288 que se trata, nesse ritmo, sem enfrentar a resistência, essa sim é uma ilusão.”

3289 **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada**: “Primeiramente, quero perguntar ao
3290 Prof. Adalberto, na Tabela 2 que o senhor demonstrou, Recursos Próprios, se
3291 está incluído fundações, cursos pagos e de onde provem esses outros
3292 Recursos Próprios. Tem também Recursos Federais vinculados, que recursos
3293 são esses? Tem uma tabela que foi enviada para todos os conselheiros, mas o
3294 senhor não explanou na sua exposição que mostra o comprometimento com
3295 'Pessoal', no mês de setembro sinaliza com um comprometimento de 111,7% e
3296 no mês de outubro, exatamente até no mês que foi dado o restante que o
3297 CRUESP nos concedeu, mostra 89,2%, quero saber o porquê disso, até
3298 porque na tabela que o CRUESP costuma trabalhar, e que também foi enviada,

3299 mostrou um comprometimento de 103%. Por que essas diferenciações? Outra
3300 questão: por que fizeram uma previsão de investimento no SVOI, Serviço de
3301 Verificação de Óbitos do Interior que fica em Ribeirão Preto, e aqui no SVOC,
3302 que vive em condições precárias de trabalho, não há nenhuma previsão de
3303 investimento? Porque o SVOI em Ribeirão Preto possui melhores condições,
3304 melhores do que o SVOC, então, é justo o investimento lá, mas aqui no SVOC
3305 não ter nenhum tipo de investimento que é necessário?" **M. Reitor:** "Quero
3306 lembrar que este assunto precisa ser votado e para votar precisa de *quorum*.
3307 Se ele não for votado não podemos discutir o orçamento da Universidade. Já
3308 houve ano em que Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento foram votados na
3309 mesma reunião e houve anos em que nenhum dos dois foram votados. Não
3310 gostaria que essas irregularidades fossem praticadas aqui. Chamo a atenção
3311 dos nossos conselheiros para a responsabilidade de votarmos essa matéria
3312 hoje." **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** "Pela ordem, então, Professor
3313 Paulo Sobral, agradeço pela informação correta. O ponto de partida para o
3314 saldo inicial das nossas reservas era, de fato, maior, e por isso que também
3315 houve aquela diferença apontada pelo Professor Benedito anteriormente.
3316 Depois, com relação aos novos contingenciamentos, se eles foram
3317 considerados para essa proposta de diretrizes orçamentárias, quero esclarecer
3318 que não fizemos qualquer contemplação disso nessas diretrizes. Se elas
3319 vierem, seremos forçados e obrigados a tratar delas, mas até o momento não
3320 nos passa pela cabeça fazer uma provisão para um potencial
3321 contingenciamento. Referente aos comentários do Conselheiro Bruno Rocha,
3322 sobre as promessas do Governo, de fato, nós também na COP não temos
3323 condições de influir nessas promessas que também desconheço. Já ouvi falar
3324 alguma coisa, mas acho que não é uma questão de responsabilidade da COP,
3325 da mesma forma, descontos que são feitos do valor do Imposto de Circulação
3326 de Mercadoria e Serviço, também não é responsabilidade nossa arguir o
3327 Estado se esses cálculos estão corretos ou não. Referente ao número de
3328 alunos e o número de funcionários que também subiu, mas não na mesma
3329 proporção, o fato é que temos um desequilíbrio muito grande se olharmos a
3330 relação de gastos com pessoal e gastos com docentes nessa Universidade.
3331 Em comparação com quaisquer outras universidades de classe mundial ou
3332 semelhantes à Universidade de São Paulo, veremos que estamos

3333 absolutamente fora de qualquer condição comparativa ou similar a
3334 universidades do exterior. Temos hoje um comprometimento com pessoal
3335 muito maior do que o comprometimento com docentes. Ou seja, as atividades
3336 meio da Universidade recebem mais recursos do que as atividades fim, que
3337 são os docentes que deveriam, teoricamente, receber uma proporção maior.
3338 Então, temos o corpo de funcionários ainda muito inchado, tanto em termos de
3339 número quanto em termos de salários que são atribuídos, principalmente se
3340 compararmos os salários vigentes na Universidade de São Paulo e os que
3341 correm em função similar na iniciativa privada. Quanto à permanência
3342 estudantil, estamos destinando recursos de forma bastante expressiva,
3343 mantendo os gastos com permanência estudantil nos níveis que tivemos nos
3344 anos passados e até aumentamos em alguns casos. Referente às fundações,
3345 quero dizer que isso é um mito. É um mito imaginar que as fundações nadam
3346 em dinheiro. Qualquer fundação muito exitosa ligada à Universidade de São
3347 Paulo, ou de alguma forma associada, é ainda absolutamente minúscula do
3348 ponto de vista de recursos que passam por ela. E boa parte das fundações são
3349 totalmente desligadas da Universidade de São Paulo, ou seja, são fundações
3350 de direito privado, que funcionam sem o uso de qualquer recurso da
3351 Universidade de São Paulo, sem uso de espaço, de pessoas, de
3352 equipamentos. Algumas outras têm o uso de espaço, pessoas ou
3353 equipamentos, mas pagam por isso e não é pouco. É algo bastante relevante.
3354 Com relação à fala da Conselheira Neli, recursos próprios contemplam as
3355 receitas financeiras que temos e outros recursos que entram para a
3356 Universidade, por exemplo, quando são feitas locações de espaços para
3357 atividades empresariais que são desenvolvidas no âmbito da Universidade,
3358 quando loco um restaurante, quando loco uma instalação para livraria ou para
3359 reprografia ou para seção de espaço, são todos recursos que chamamos de
3360 recursos próprios. Outro ponto que a Conselheira Neli levantou diz respeito ao
3361 que vem a serem os recursos federais vinculados. São valores muito pequenos
3362 - cerca de R\$ 16 milhões - e referem-se, essencialmente, a transferências do
3363 Governo Federal (CNPq, CAPES, FINEP, etc), que são verbas vinculadas que
3364 entram para a Universidade e assim elas devem ser utilizadas. Em relação a
3365 comprometimento com pessoal, já comentei anteriormente. Quanto a essas
3366 variações, Conselheira Neli, que ocorrem mês a mês - na verdade não há

3367 muito sentido fazer essa comparação mês a mês, devo pegar um período,
3368 porque em um determinado mês posso ter uma transferência maior do Estado
3369 para a Universidade e em outros mês eles fazem ajustes, e nosso gasto com
3370 pessoal é constante, é contínuo. Por isso essas variações, e se olharmos mês
3371 a mês fica realmente pouco nítido o valor efetivo que está comprometido com
3372 pessoal. Referente aos outros gastos, com o SVOC, SVOI, etc., são coisas
3373 relativamente pequenas que preciso verificar. Não teria nesse momento uma
3374 resposta imediata, mas posso lhe assegurar essas respostas posteriormente.”

3375 **Cons. Gabriel Maurílio Colombo de Freitas:** “Tenho um pedido de
3376 esclarecimento bem simples. Na tabela 1, nas fontes de recursos, aparecem
3377 recursos próprios, como a Neli já tinha avistado, e depois, quando vai colocar o
3378 déficit anual para 2016, ele é suprimido. Gostaria de entender por que isso
3379 acontece. Abaixo da tabela 2, na informação que tenho aqui, aparece como
3380 receita de tesouro esperada a única fonte de renda, e como déficit
3381 orçamentário os R\$ 543 milhões. Por que não são considerados os recursos
3382 próprios?”

3383 **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna:** “Só uma dúvida: em outros
3384 órgãos do Governo do Estado, o Governador fez uma previsão orçamentária e
3385 não repassou para as diversas secretarias o dinheiro que estava previsto.
3386 Quero saber se no caso da USP, não aquilo que estava combinado, mas aquilo
3387 que efetivamente foi acordado, se todos os repasses mensais foram feitos ou
3388 se também estamos tendo que operar a vinda de recursos menor do que a que
3389 tinha sido acordada, não nos termos que o Bruno perguntou, mas nos termos
3390 que usualmente são feitos.”

3391 **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Minha
3392 pergunta é pontual, peço desculpas, pois talvez já devesse entender isso, mas
3393 confesso que há anos venho tentando e talvez não seja o único membro do
3394 Conselho que não tenha entendido. Qual é exatamente a situação e a relação
3395 USP/SPPrev, por que continuamos fazendo a contribuição individual, a
3396 contribuição patronal e, além disso, até onde entendo, ainda arcando com o
3397 custo das aposentadorias?”

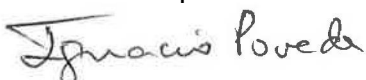
3398 **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Com
3399 relação ao que o Conselheiro Gabriel levanta, os recursos próprios já estão
3400 embutidos, por isso não estão destacados. Referente ao comentário da
Professora Ana Lanna, se o Estado tem transferido recursos menores para
nós, não, ele tem transferido corretamente. Exceto que, quando as projeções
não são aquelas que se esperavam, faz-se o contingenciamento, inclusive,

3401 recomendado pelo próprio Estado. É que a receita está ruim mesmo, mas as
3402 transferências estão corretas. Professor Carlos Martins, quanto à SPPrev,
3403 também me alinho a sua ignorância, mas o Professor Rudinei certamente
3404 poderá me ajudar, peço esse apoio, por favor.” **Prof. Dr. Rudinei Toneto**
3405 **Júnior:** “Em relação à SPPrev, há sempre uma discussão. Quando foi criada a
3406 SPPrev, foi feito um acordo para que as universidades façam o pagamento
3407 diretamente. Então, sempre é feito um desconto, que é insuficiente para arcar
3408 com tudo, e aí há um lançamento contábil que é chamado de insuficiência
3409 previdenciária, que faz um ajuste entre as despesas, entre o que recolhemos
3410 para a SPPrev e qual o tamanho da folha de pagamento de aposentados da
3411 Universidade. Desde a criação, a USP é que é responsável - assim como a
3412 UNICAMP e a UNESP - pelo pagamento da folha dos seus aposentados. E aí é
3413 um lançamento meramente contábil, entre o que a USP lança para a SPPrev, o
3414 que ela roda da folha de pagamento e ela que realiza o pagamento. Isso foi
3415 acordado desde o momento da criação.” Algum Conselheiro faz vários
3416 questionamentos a respeito da SPPrev e do pagamento dos inativos. **Prof. Dr.**
3417 **Rudinei Toneto Júnior:** “Não tem ganhar ou perder. Arcamos com a nossa
3418 folha de pagamento, da qual os aposentados fazem parte. É como se
3419 tivéssemos recolhido, mas nosso recolhimento não é suficiente para pagar a
3420 despesa total, então, há uma conta de insuficiência, a qual contamos como
3421 pagamento total da folha de pagamento. Temos os ativos e os inativos.
3422 Somamos o pagamento dos nossos inativos.” **M. Reitor:** “Professor Rudinei, há
3423 uma questão que foi levantada e estávamos tentando desvendar. E é bom que
3424 conversemos para que todos conheçam. Uma questão grave que temos é que
3425 as pessoas, muitas vezes, não se dão conta. É a questão do uso das reservas.
3426 Vocês têm que entender que a reserva é um patrimônio da Universidade, é
3427 reconhecido, está na nossa conta no banco, rende os vencimentos, todos
3428 sabem, a Secretaria da Fazenda sabe e assim por diante. Agora, o uso de
3429 recursos da Reserva não é computado quando se faz o orçamento do Estado.
3430 Supostamente, gastamos os recursos que o Estado nos manda, porque não é
3431 esperado que um órgão público tenha reservas. Isto é, para usar as reservas
3432 precisamos de autorização da Secretaria da Fazenda. Acontece que o uso
3433 dessas reservas, principalmente para pagar folha de pagamento, cria
3434 embaraços para o Governo do Estado, como gestão pública. Porque se inclui

3435 nos gastos do Governo, um órgão que tem um enorme desequilíbrio fiscal. Um
3436 ou três - USP, UNESP e UNICAMP. Muito acima do que a Lei de
3437 Responsabilidade Fiscal permite para uso de recursos para pagamento de
3438 pessoal. Portanto, em alguns momentos, há sim dificuldade de termos
3439 autorização para o recurso dessas reservas. Quero dizer, não podemos
3440 sempre encarar que temos reservas, que usamos isso quando quisermos, não
3441 damos satisfação a ninguém, não é bem assim. Precisamos de autorização
3442 para uso desses recursos. O Governo tem que, de certa forma, nos dar mais
3443 orçamento e isso significa tirar orçamento de outro órgão. Essa é uma das
3444 questões que precisam ser levadas em conta e contingenciamento do Governo
3445 não tem, obrigatoriamente, que se fazer através de um decreto em que ele te
3446 contingencia recursos, porque os recursos que estão sendo passados para a
3447 Universidade, pelo visto, não sofreram nenhum tipo de redução. **Prof. Dr.**
3448 **Rudinei Toneto Júnior:** “A Universidade recebe, normalmente, a conta feita.
3449 Mensalmente, a Fazenda faz uma previsão de arrecadação do ICMS e incide o
3450 percentual da Universidade nos repasses. Até essa situações que a
3451 Conselheira Neli levantou, quando existe erro de previsão entre o que foi
3452 efetivamente arrecadado em um mês e o que foi previsto inicialmente, é
3453 compensado no mês seguinte.” **M. Reitor:** “É compensando no mês seguinte,
3454 de tal maneira que a conta, excluindo essas disputas que são tradicionais, de
3455 como conta, se inclui ou não 1% da habitação etc., o restante não tem sofrido
3456 nenhum abalo. Mesmo com os contingenciamentos que o Governo do Estado
3457 fez, não sofremos em termos de repasse. Mas, temos que entender que
3458 estamos criando uma situação anômala dentro de toda a gestão do Estado.
3459 Nossa autonomia está sendo respeitada, mas por outro lado, não faz parte do
3460 mapa da gestão de entidades públicas que elas tenham reservas e usem
3461 quando quiser, sem dar satisfação para a Fazenda do Estado. Então, é bom
3462 que o Conselho Universitário tome conhecimento de que existem embaraços
3463 quee precisam ser tratados com muito cuidado. Não é uma questão de
3464 simplesmente tirar da reserva e mandar pagar. Precisa alguém autorizar.” **Prof.**
3465 **Dr. Rudinei Toneto Junior:** “O contingenciamento não afeta o repasse que
3466 recebemos, que é vinculado ao que é arrecadado, mas afeta a nossa
3467 autorização de gasto. Então, se formos alterar o gasto em relação ao orçado,
3468 se tivermos receita do passado, tudo bem. Mas, quando temos que ‘atacar’ as

3469 reservas, o Estado tem que nos autorizar a fazer uso dos recursos. E quando
3470 não tem mais receita passada, qual o problema? Há autonomia, mas nossos
3471 indicadores compõem o conjunto de indicadores do Estado. Então, somamos
3472 todos os indicadores do Estado na hora de colocar as metas de superávit do
3473 Estado, o comprometimento de gastos com pessoal, com educação, saúde;
3474 temos autonomia, mas no cômputo geral, entramos fazendo a conta junto com
3475 o Estado.” **Cons. João Cyro André (apresentação)**: “Vou fazer a segunda
3476 parte da apresentação, mas antes gostaria de mencionar que noto claramente
3477 um esforço da Reitoria da Universidade de São Paulo, no sentido de fazer a
3478 devida administração dos recursos, mas o que percebemos, obviamente pela
3479 situação orçamentária complicada que vivemos, é que ele tem sido insuficiente,
3480 pelas próprias condições, pelas próprias demandas que apareceram hoje nas
3481 discussões que aqui se apresentam. Quero falar também do meu profundo
3482 apreço pelo trabalho da COP, em particular pelo trabalho conduzido pelo
3483 Professor Adalberto, que fez uma exposição absolutamente irrepreensível
3484 sobre a situação orçamentária da Universidade de São Paulo. Em relação à
3485 metodologia, acho que está ok, as mudanças já foram solicitadas para junho e
3486 setembro, está tudo em ordem. Quis trabalhar com cenários distintos e vou
3487 chamar a atenção para um cenário que foi estabelecido nas Diretrizes
3488 Orçamentárias de 2015. O que percebemos é que os resultados de 2014 até
3489 2018, todos eram negativos, diminuindo os valores em módulo, mas negativos.
3490 Agora, quero chamar a atenção para a diminuição das reservas e também para
3491 outro aspecto. A variação das receitas do Tesouro do Estado é otimista e a
3492 variação de pessoal anual é pessimista. Portanto, isso cria uma situação que
3493 vamos perceber mais adiante. O cenário 2 é exatamente o que está proposto
3494 pela COP para apreciarmos e novamente percebemos uma redução, os
3495 resultados são todos negativos ao longo de todos esses anos, alguma coisa
3496 que me parece insustentável. A variação das receitas tem previsão otimista,
3497 por exemplo, essa de 7,2% do ano passado para esse ano é absolutamente
3498 otimista, e tenho certeza - dentro do que se é possível ter certeza - ela não se
3499 realizará. A variação do pessoal, por outro lado, é muito restritiva, é muito
3500 menor. Portanto, estamos projetando receitas superiores às despesas. Creio
3501 que isso não é razoável e creio que chegaremos a zerar nossa reserva no final
3502 de 2018. No cenário 2 ainda não há previsão para aumento salarial, nessa

3503 análise. No cenário 3, são as Diretrizes Orçamentárias, salário congelado em
3504 2016, mais receitas e despesas crescentes igualmente a partir de 2017.
3505 Imaginei um percentual de 4,5%. Aqui há uma variação igual, tanto de receita
3506 como de despesa. Nesse cenário, os resultados são todos negativos, na
3507 mesma ordem de grandeza, e a reserva passa a ser negativa em 2018. Ela
3508 passa a R\$ 563 milhões negativos. No cenário 4, mantendo-se as receitas
3509 positivas, com 4,5%, e os gastos com pessoal mantidos praticamente
3510 congelados nos 100%, vamos chegar a resultados negativos decrescentes, até
3511 que chegamos ao período final em 2018, com R\$ 162 milhões de reserva. Ou
3512 seja, qualquer que seja o cenário apresentado, a situação é bastante ruim.
3513 Isso nos conduz a um diagnóstico. Quis mostrar os déficits, qualquer que seja o
3514 cenário apresentado, os déficits são todos negativos ao final de 2018. As
3515 reservas financeiras, exceto no caso da previsão de 2015, é positivo, de 2016 é
3516 praticamente nulo, nos dois próximos cenários vamos chegar a reservas
3517 negativas. Então, só para completar, aprovamos nesse Conselho Universitário,
3518 limites de gasto com folha de pagamento. Quero pedir que quando vier esse
3519 orçamento, esses incisos 1º e 7º do artigo 22, que definiu competências da
3520 Comissão de Orçamento e Patrimônio, que venham com valores expressos de
3521 limites de gastos dessa Universidade. Responsabilidade fiscal com prioridades.
3522 Teremos que definir prioridades. Estou de acordo com o colega que me
3523 antecedeu. Responsabilidade fiscal sim e com prioridades que definimos nesse
3524 Conselho Universitário.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Agradeço
3525 muito suas análises e quero dizer que elas estão muito corretas. De fato,
3526 estamos percebendo uma situação difícil para esses próximos anos. Por isso
3527 mesmo que na minha exposição inicial, comentei que deveremos sim, a partir
3528 de 2016, tomar providências para que isso não venha a ocorrer. Porque, de
3529 fato, estamos com projeções que dificilmente se realizarão, principalmente, no
3530 que diz respeito à receita. Então, temos que trabalhar nos dois lados. Agradeço
3531 por suas palavras.” **M. Reitor:** “Imagino que estamos em condições de votar.
3532 Não vi propostas alternativas às Diretrizes apresentadas, portanto, vou
3533 submetê-las como estão. Devo lembrar que a responsabilidade pela redução
3534 de gastos da Universidade é de todos, no entanto, as medidas necessárias
3535 devem sempre levar em conta que não podemos jogar fora o bebê com a água.
3536 Isto é, de certa forma, temos que preservar atividades essenciais. Como

3537 discutíamos há minutos atrás, foi possível fazer uma suspensão completa de
3538 novas contratações, por um período. Neste momento, preocupa-nos a todos a
3539 reposição de docentes que estão se aposentando, se demitindo, teremos que
3540 achar uma solução para isso. É necessário combinar cortes com algumas
3541 medidas para mantermos a Universidade funcionando. Aí, entra a questão da
3542 priorização. Temos que saber priorizar, temos que tomar medidas. Não é uma
3543 questão de afeto ou não, de gostar ou não, de achar bonito ou não, de achar
3544 importante ou não. É estritamente aquilo que é essencial para que a
3545 Universidade de São Paulo cumpra com a sua função e isso tem que ser
3546 preservado. Temos que tomar sim medidas, mas não podemos imaginar que
3547 uma completa supressão de gastos, deixando apenas o pagamento da folha de
3548 pagamento, como parte da vida da Universidade, que isso nos sustente de
3549 alguma forma. Não sustenta, porque temos que parar tudo. Até telefone temos
3550 que parar de pagar. Então, pediria a todos que nos deem ideias, sugestões,
3551 mas sempre dentro dessa ótica de priorizar. Preservar atividades que são
3552 essenciais, caso contrário, deixaremos de ser relevantes no panorama do
3553 Estado. E o Estado vai questionar o porquê de se gastar R\$ 5 bilhões com uma
3554 Universidade que não é mais relevante. É uma ginástica que temos que tentar
3555 fazer dia após dia.” Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca em votação. **Votação:**
3556 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 65 (sessenta e
3557 cinco) votos; Não = 7 (sete) votos; Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes =
3558 76 (setenta e seis). São aprovadas as Diretrizes Orçamentárias da USP para
3559 2016. **M. Reitor:** “Muito obrigado a todos pela paciência e a todos os membros
3560 de Comissões que trabalharam intensivamente nos últimos 15 dias.” Nada mais
3561 havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h15.
3562 Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignacio
3563 Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada
3564 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à
3565 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 10 de
3566 novembro de 2015.